

2009

REVISTA TESSITURAS

Volume 00



SUMÁRIO

E D I T O R I A L	2
A FAMÍLIA NA AULULÁRIA	4
A “furada” do furo de reportagem: uma análise pragmática dos plantões do jornalismo da Rede Globo e Rede Record	15
A INVENÇÃO DO MITO DA SUÍÇA BRASILEIRA EM NOVA FRIBURGO	25
A “SUÍÇA BRASILEIRA” AO “PARAÍSO CAPITALISTA”:	38
A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA EM NOVA FRIBURGO	38
De Suíça Brasileira a Paraíso Capitalista: a retomada do projeto liberal	51
FINANCIAMENTO E DESIGUALDADE EDUCACIONAL ENTRE GOVERNOS LOCAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	55
O PNE E O PDE COMO DESAFIOS POLÍTICOS PARA OS EDUCADORES	72
O PODER MÉDICO EM NOVA FRIBURGO	83
SOBRE O EPITÁFIO COMO TIPOLOGIA POÉTICA	96
ENTREVISTA - JOÃO RAIMUNDO	106

EDITORIAL

Uma revista como esta que ora apresentamos é, sem dúvida nenhuma, resultado de sonhos, debates, reflexões e de efetivo trabalho. Ao longo de muitos anos, vimos levantando a necessidade de criação de uma Revista Acadêmica que possibilitasse a publicação de artigos e resenhas produzidos pelo professorado da Faculdade Santa Dorotéia de Nova Friburgo. Desde os anos 90 do século passado, é possível perceber uma significativa produção de teses, dissertações e monografias criadas por esses profissionais, resultantes das conclusões dos respectivos cursos de doutorado, mestrado e especialização realizados nas mais categorizadas universidades de nosso país. De outro lado, percebíamos que, mesmo obtendo expressivos resultados nas avaliações federais, faltava-nos a possibilidade de publicação própria, que, sem dúvida, poderá nos elevar mais ainda, no processo de qualificação das entidades de ensino superior.

Neste ano de 2009, a direção da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES, sensibilizada, deu início às discussões, reunindo Professores e Professoras interessados e dispostos a trabalhar em prol da revista.

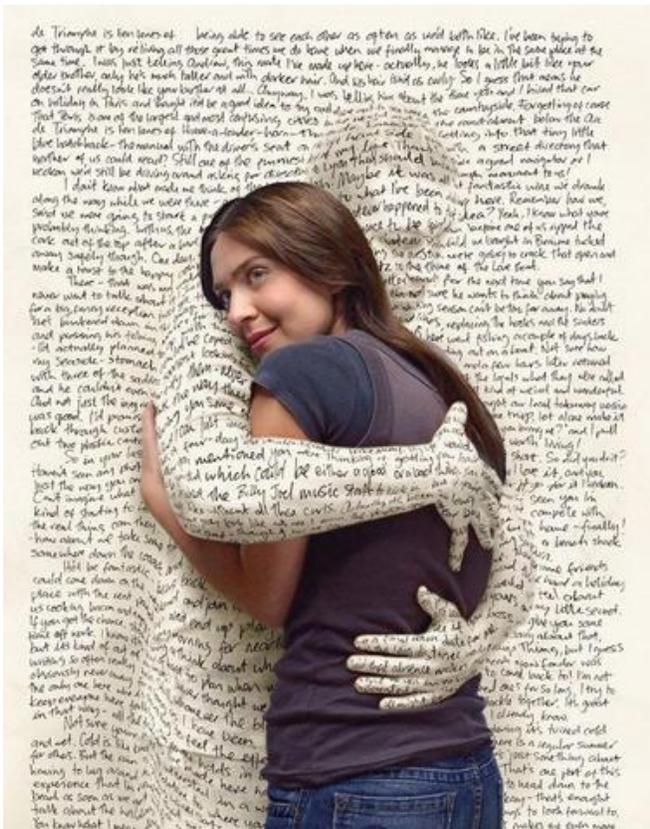
A Revista **TESSITURAS** constitui-se numa publicação eletrônica com periodicidade semestral e pertencente à ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia de Nova Friburgo. Possuindo um Conselho Editorial e um Conselho Consultivo democraticamente escolhidos, tem por objetivo publicar artigos, resenhas e resumos acadêmicos, abarcando os mais diversos campos do conhecimento, de autoria de Professores (as) da Faculdade Santa Dorotéia, e também artigos e resenhas de profissionais de outras instituições de Ensino Superior do Brasil. Os artigos enviados para publicação terão que ser aprovados pelo Conselho Consultivo, garantidor de sua qualidade acadêmica. A Revista possui ainda uma seção contendo noticiário acadêmico e outra, com as normas de publicação.

Os artigos enviados para publicação terão que ser aprovados pelo Conselho Consultivo, garantidor de sua qualidade acadêmica. A Revista possui ainda uma seção contendo noticiário acadêmico e outra, com as normas de publicação.

TESSITURAS (organização, contextura, em sentido figurado, conforme o *Dicionário Koogan/Houaiss*) é, portanto, a concretização de um sonho sonhado coletivamente e que poderá se revestir de enorme beleza, conforme os versos do poeta João Cabral de Mello Neto:

“ ... *bela* porque é uma porta,
Abrindo-se em mais saídas.
... *bela* porque tem do novo,
A surpresa e a alegria.”

COMISSÃO EDITORIAL



A FAMÍLIA NA AULULÁRIA

Paulo Roberto Souza da Silva

Mestre em Letras Clássicas (UFRJ)

micromegas_ufrj@yahoo.com.br

RESUMO

Um enquadramento da obra de Caio Júlio César, os Comentários sobre a Guerra das Gálias e a Guerra civil, dentro das características do então incipiente gênero historiográfico em Roma requer um estudo comparativo tanto da metodologia da historiografia, enquanto discurso científico, quanto da sua apresentação, enquanto gênero literário. Uma apreciação seguindo os princípios e os procedimentos da retórica revela processos de justificação e veridicção apreciáveis pela moderna semiótica. O encobrimento dos processos retóricos conduz, pela pragmática, a axiomas que se situam aquém do texto.

RESUMEN

Un encuadre de la obra de Caio Julio César, los “Comentarios sobre la Guerra de las Galias” y la “Guerra civil”, dentro de las características del entonces incipiente género historiográfico en Roma requiere un estudio comparativo tanto de la metodología de la historiografía, mientras discurso científico, como de su presentación, mientras género literario. Una apreciación según los principios y procedimientos de la retórica revela procesos de justificación y veridicción apreciables por la moderna semiótica. El encubrimiento de los procesos retóricos conduce, a través de la pragmática, a axiomas que se ubican acá del texto.

Palavras-chave: Historiografia Romana, Metodologia, Caio Júlio César

INTRODUÇÃO

O plano fundamental da comédia latina é a família. Ela descende diretamente da Comédia Nova Grega (NEA) e um importante ponto de diferenciação entre esta e a Comédia Antiga Grega é mudança do plano de atuação da cidade para a família. Com a decadência da pólis o foco do teatro passa do cidadão para o indivíduo e a família passa a ser a mais importante instituição. A realidade mais objetiva e mais imediata corporifica-se na família e através de suas relações e estruturas podemos apreender o indivíduo.

Na transposição da NEA para a Comédia Latina as adaptações feitas pelos autores trataram de retratar a família latina mesmo com personagens gregos. Por fim são as estruturas da família

romana que sobressaem, são suas relações e seus valores que conduzem o enredo. A própria idéia de adaptação consiste em inserir o que houvesse de mais peculiar na sociedade de Roma em oposição ao original grego. Em Plauto a intenção de agradar o populacho era patente. Sendo assim a redução de seus temas e enredos a uma forma que fosse inteligível ao e agradável à multidão foi o processo em que sua arte se mostrou mais criativa. O casamento, a maternidade e a relação entre pais e filhos são temas freqüentes em suas peças. Isto mostra não apenas as preocupações sociais do poeta, consoante com as transformações correntes, mas também sua perícia no transporte da arte grega para os romanos.

A FAMÍLIA ROMANA NO INÍCIO DO SÉCULO II

A família era a pedra fundamental da sociedade romana. A princípio os romanos viviam apenas em suas famílias com total independência e autossuficiência; estas forçosamente travaram contato e se associaram em cúrias que depois formaram as tribos que fundaram a cidade de Roma. As estruturas da família se estenderam até a Cidade — um exemplo é o título dado aos senadores: *patres conscripti*. Assim como a Cidade, a família pode ser vista em três níveis básicos: o religioso, o social e o jurídico. Em Roma, o nível religioso aparece no primeiro lugar em importância dele decorrendo o social e o jurídico. Todos estes níveis são marcados pelo patriarcalismo que perdurará por toda a civilização ocidental.

O aspecto religioso tem sua primazia baseada na religião familiar, a primeira religião dos romanos, que se baseava no culto ao *Lar* e aos *Manes*. O *Lar Familiaris* é o deus do fogo, o fogo central da casa, símbolo da vida sedentária. Na casa primitiva, manter o fogo aceso era indispensável para a sobrevivência — do fogo provinha a comida e o aquecimento. A família está sempre voltada para ele e dele depende a sua sobrevivência e união, por isso o fogo se torna o centro físico e psicológico da casa — de fato foi a casa e a família que se formaram ao redor do fogo. Sendo o fogo o eixo da casa, este logo ganha uma representação religiosa anímica. O fogo ganha uma personalidade e uma religião que descreve os preceitos para o seu tratamento, além dos cuidados físicos — como alimentá-lo com um tipo específico de madeira — é preciso estabelecer um relacionamento amigável com a entidade que rege o fogo sagrado e conseqüentemente a casa. A esta entidade os romanos chamavam *Lar Familiaris*.

Tão antigo quanto o culto ao fogo sagrado e indissociável deste é o culto aos mortos. O mesmo animismo que atribuía inteligência ao fogo trazia a crença na vida após a morte. Fustel de Coulanges (COULANGES, 2005: 13) defende que esta seria a primeira crença da qual viriam o culto ao *Lar* e aos *Manes*. O culto aos *Manes* traduz-se numa adoração aos antepassados, que depois da morte continuam a prover a família e a necessitar de alimento, exatamente como enquanto vivos. Deste culto surgiu a necessidade de ritos fúnebres no sepultamento e periodicamente, em geral uma

vez por ano. Do túmulo se fazia um altar, mas também em casa os antepassados eram cultuados. Os *Manes* eram colocados sobre o fogo junto com o Lar Familiaris, ao conjunto chamava-se *Penates*. Assim a família se confunde com o divino e sendo o antepassado o deus, a família é o divino.

O pater familias é o primeiro junto ao fogo sagrado, isto é os *Penates*, na religião familiar é o sacerdote. Fustel de Coulanges diz que o patriarcalismo provém da religião e não da força. A religião prescrevia o patriarcalismo porque a casa e a família se transmitem apenas por via masculina — a *agnatio*. Engels defende que a princípio a transmissão se dava por via feminina. A passagem para via masculina teria se dado com o estabelecimento da vida sedentária e a demarcação das propriedades, o que teria valorizado mais o trabalho masculino.

De qualquer modo está patente a questão social: ao homem coube o externo e à mulher o interno. Tendo o domínio sobre a produção, o homem assumiu o papel de provedor e requereu a primazia dentro de casa. Aqui *pater* assume a idéia de chefe, soberano, na casa ele é a única voz e no direito só há um *sui iuris* por família, por isso um homem emancipado mesmo que não tivesse filhos nem esposa era chamado de *pater*. Todos os outros membros da casa eram chamados *alieni iuris*, estão sob o domínio do *pater* que sobre eles tem o poder de vida e de morte. Nenhuma instância do estado interfere na casa e, por outro lado, somente o *pater* considerado cidadão, quanto aos direitos e obrigações.

Cabe à mãe a educação dos filhos e a economia doméstica. A *materfamilias* assiste o *pater* na religião, na vida social e jurídica está, no casamento tradicional *cum manu*, sob o poder do marido como estava sob seu pai, seu marido é agora seu *pater*. Casada a mulher ingressa na nova família para servir a seu novo *pater*, seus filhos não são seus de fato, pois ele não pode intervir nas disposições do pai sobre eles, daí o termo *patria potestas*.

Os filhos pertencem ao pai, como tudo na casa. O *pater* possui sobre eles vários poderes: o poder de vida e morte, caso o filho cometesse ato ilícito; o direito de expor o recém-nascido, caso fosse indesejado ou defeituoso; o direito de vender, transferindo temporariamente a *patria potestas* para outro; o direito de emancipar o filho homem excluindo-o da família e concedendo-lhe o *sui iuris* e o poder de transferir para o filho qualquer insulto cometido a ele, chamado *noxae deditio*.

Quanto à filha, esta não possuía quase nenhuma serventia. Enquanto criança servia de ajudante à mãe trabalhando quase como uma serva, tão logo chegasse à idade própria, cerca dos doze anos, passava a viver à espera do casamento. Cabia ao *pater* preservar-lhe a castidade e prover-lhe um dote para que fosse atraente a um bom varão. O filho era promessa de prosperidade enquanto a filha, porque saía da família, só trazia despesas. O casamento era o auge da vida da mulher, neste momento ela saía de sua família para entrar numa família nova com um culto e um *pater* diferentes, mas em tudo análogos a sua antiga casa.

Havia também, em Roma, o estatuto da clientela, uma cidadania de segunda classe que estava enfraquecida já no início da república e não dava mais sinais no início do século II a.C. nesta época o cliente era apenas o liberto. O termo cliente manteve valor jurídico grandemente afastado da realidade social.

Os escravos também faziam parte da família e havia até cerimônias próprias para introduzi-lo no culto do *Lar*. O escravo de nascimento ou de guerra não podia se casar legalmente e seus filhos pertenciam ao senhor. Uma vez liberto, ele permanecia como cliente, não sendo cidadão, era considerado *alieni iuris* ainda sob a *patria potestas* de seu antigo senhor. Precisava assim de autorização para se casar, mas podia possuir bens e herdar do seu senhor como um agnado.

A FAMÍLIA EM PLAUTO

As comédias gregas nas quais Plauto se baseou já traziam toda a sorte de personagens-tipo para os membros da família. Essas caricaturas baseavam-se num fenômeno comum à Grécia e a Roma da época: a decadência dos valores familiares. Em Roma esta decadência teria sido fruto das mudanças sociais decorrentes do início do imperialismo. As conquistas trouxeram enriquecimento rápido e um grande número de não-cidadãos para Roma. O uso em larga escala da mão-de-obra escrava e as práticas de usura desequilibraram a economia e intensificaram a distância entre ricos e pobres.

O dinheiro ganha peso na família. Para o pai era necessário conservar e ampliar o pecus, para a filha era necessário o dote, o jovem queria dinheiro para ter suas amantes e a matrona queria um padrão de vida opulento. Tudo isto foi alvo da crítica em forma de comédia e Plauto além de retratar os problemas e quiproquós que tal situação gerava, marcou sua opinião defendendo as tradições familiares.

O *pater*, representado pelo *senex*, boa parte das vezes está corrompido pela avareza ou pela luxúria. Quando não, sua principal preocupação é cuidar da educação dos filhos. Desse modo percebe-se o choque de gerações causado pelas rápidas mudanças sociais.

O filho, o *adulescens*, importava-se apenas com as mulheres e, ajudado pelos escravos, fazia tudo para conseguir a mulher amada, fosse ela uma donzela ou fosse uma meretriz. Os pais preocupavam-se, pois do filho dependia a perpetuação da família. Plauto por vezes defende a condescendência para com os jovens, por maiores que sejam seus excessos, eles sempre se redimem e agem como o esperado de um nobre cidadão, garantindo o final feliz da peça. A condescendência de Plauto está claramente condicionada à preservação dos valores familiares; se os excessos são tolerados é porque o jovem sempre os conserta mantendo a sacralidade da família.

A mulher casada, a *mater familias*, é muito respeitada e pouco aparecia nas comédias porque era um tema por demais delicado e comprometedor. A matrona virtuosa raramente é citada e

quando tem voz apenas reafirma o discurso patriarcal. O que mais se vê na comédia de Plauto é a esposa interesseira, vaidosa e briguenta, que vive a atormentar o marido. Isto reflete um fenômeno que começava a se mostrar no início do século II a.C: o casamento de um homem pobre com uma mulher rica por causa do dote. Em geral estas mulheres eram vaidosas e acostumadas ao luxo e, tendo o domínio econômico passavam a controlar o marido e a exigir dele presentes constantes. Este ficava frustrado com a esposa e tinha poucas condições de mantê-la no seu padrão de vida e algumas vezes acabava atraído por outras mulheres, o que lhe trazia ainda mais problemas.

A filha, *uirgo*, era a personagem mais preservada nas peças, afinal a castidade e submissão eram suas virtudes. A comédia guardava pouco espaço para personagens virtuosas e no caso da donzela, o papel era via de regra o de vítima e objeto de desejo de jovens e velhos. Muitas vezes a donzela era violada por um jovem apaixonado, mas este sempre se casava com ela e preservava a sua virtude. Em outros casos a donzela era uma escrava destinada a se tornar cortesã, mas sempre era reconhecida como filha de um ilustre cidadão e assim salva.

O casamento era um momento solene na peça e em muitas marcava o final feliz. Resguardar a sacralidade do casamento e a virtude dos noivos era um objetivo claro em Plauto. A vida de casado, no entanto, não era agradável e quando o marido está satisfeito com a sua mulher esta nem era citada.

Os escravos desempenhavam um papel importantíssimo na comédia, em muitas eles são os grandes agentes e em algumas um escravo é o próprio protagonista. A comédia como gênero deve caracterizar-se por homens menores e sentimentos menores, a intriga das peças está sempre pontuada por atos vis, mentiras, roubos e confusões. Seria problemático apresentar estes elementos em cidadãos, pois as virtudes do homem livre devem ser preservadas, os escravos ganham assim o primeiro plano por excelência. Ao lado da fraqueza de caráter, os escravos muitas vezes apresentam um forte desejo de liberdade e uma vontade sincera de ajudar seu senhor. Para tanto estão autorizados a utilizar os mais escusos meios, o que gera os problemas que trazem comicidade à peça.

A família, em Plauto, é a instituição fundamental e deve ser preservada. Sua problemática interna e suas contradições são grandes fontes de comicidade e de reflexões sobre a condição humana que Plauto utiliza.

A FAMÍLIA DE EUCLIÃO

Euclião, o protagonista, é o *pater* em sua casa e possui uma filha e uma escrava. O tema da peça é a sua avareza e como esta o causa problemas fazendo-o falhar em sua função de senhor da casa. A avareza de Euclião é uma patologia hereditária; a avareza de seu avô causou a miséria de seu pai, que também avarento, não cumpriu sua função de sacerdote familiar, por isso foi punido

pelo deus *Lar* e não encontrou o tesouro. Euclião não foi diferente: avarento, não prestou culto ao *Lar* e falhou também socialmente em não zelar por sua filha a ponto de não perceber sua gravidez mesmo às vésperas do parto. Depois de achar o ouro torna-se ainda mais avarento e também paranoico e obcecado. Somente após perdê-lo percebe sua loucura e mostra-se nobre ao oferecê-lo em benefício da filha. Grande exemplo da obsessão de Euclião é seu diálogo com Licônidas, quando confunde a própria filha com a panela de ouro.

Homo audacissime,
 Cum istacin te oratione huc ad me adire ausum, impudens,
 Nam si istuc ius est, ut tu istuc excusare possies,
 Luci claro deripiamus aurum matronis palam;
 Postid si prehensi simus, excusemus ebrios
 Nos fecisse amoris causa. nimis uilest uinum atque amor,
 Si ebrio atque amanti impune facere quod lubeat licet. (745-751)¹

A filha Fedra é uma casta donzela que é violada por um jovem rico e não tem como se defender. Negligenciada pelo pai, carrega indefesa a sua gravidez dependendo apenas da escrava Estáfila para ajudá-la. Sua nobreza, porém, a salva e redime a avareza de seus antepassados. No diálogo entre Euclião e Licônidas a atitude deste último ilustra o conceito que se tinha da donzela. Ela era um verdadeiro tesouro a ser preservado em nome da honra da família. A maneira como Licônidas seduziu Fedra nas festas de Ceres mostra quão perigoso era descuidar de uma donzela e que era preciso mantê-las em casa em segurança e sob vigilância. A comparação donzela/pote de ouro é uma clara lição sobre a importância de se preservar a virgindade das donzelas e entregá-la apenas ao marido certo. Como um investimento, o dote e a virgindade da filha, podem, se bem conservados, atrair um bom genro, isto é, um genro rico e de boa família.

O problema da filha única e o casamento sem dote

Ter uma filha única era um problema em Roma. O *pater* não tem varões para ajudá-lo no trabalho e ainda precisa arcar com as despesas de criar uma filha. A maior destas era o dote, este era indispensável para garantir à filha um bom casamento. Euclião tem sempre em vista este problema e longe de se importar em bem casar a filha preocupa-se apenas com as despesas que este casamento traria. Por isso, mostra desconfiança à proposta, mas logo se anima em casar a filha sem nenhum custo o quanto antes.

O ato de entregar o tesouro espontaneamente além de redimir Euclião tem importância religiosa. Não possuindo varões, a família de Euclião está fadada a acabar e seu *Lar* ficaria sem

¹ “Sujeito atrevido, ousar vir até mim com tal conversa, seu sem-vergonha. Pois se isto é correto, que tu de tal coisa possas se desculpar, nós devíamos, à luz do dia, depredar as matronas de suas jóias. Se depois somos pegos, nos desculpamos de bêbados: nós o fizemos por causa do amor. Nada é mais vil do que o vinho e o amor, se for permitido fazer impune o que se quiser por estar ébrio e apaixonado.” (Ato IV, cena 10, vv 745-751)

culto. Ao fazer com que Euclião encontrasse o tesouro para dá-lo à filha, o *Lar* entrega seu tesouro àquela única que lhe prestava culto para garantir a entrada dela numa nova família.

A Escrava

Por último temos Estáfila, a escrava. Ela está sempre empenhada em ajudar e proteger Fedra e usa os meios tradicionais atribuídos ao escravo na comédia. Euclião sempre a ataca usando nomes que abrem espaço à criatividade neológica de Plauto. Mas, estando claro que a escrava não sabe do tesouro, estes insultos servem mais para ressaltar a paranoia de Euclião, pois Estáfila não comete atos repreensíveis e se mostra sensata em contraste ao seu senhor.

A FAMÍLIA DE MEGADORO

A Misogamia

Megadoro é um velho rico e solteiro, vizinho de Euclião, tem uma irmã matrona e um sobrinho jovem. Sua misogamia é sintomática de seu tempo. Como era um *pater*, por estar *sui iuris*, ele poderia escolher quando e com quem se casar, mas não é gratuito o fato de ele ter chegado à velhice solteiro. Quando sua irmã insiste que ele precisa se casar ele logo expõe suas razões: não há mulher que o satisfaça. Mesmo Eunômia concorda com a decadência da mulher, naquele momento era difícil encontrar uma mulher que cumprisse os requisitos de uma mater. Megadoro recusa-se então a se casar, pois só havia desvantagens e quando aceita faz questão de Fedra, pois já a sabia virtuosa e expõe sua diferença da maioria das mulheres.

O Discurso de Megadoro

A reclamação de Megadoro quanto às mulheres de sua geração dá-nos uma grande pintura de como era o casamento na época. Exagerada pelas exigências da comédia, sua descrição retrata o problema de uma esposa rica e dotada apontando problema da opulência e do luxo excessivo das mulheres:

Nulla igitur dicat: “equidem dotem ad te adtuli
Maiorem multo quam tibi erat pecunia.
Enim mihi quidem aequum est purpuram atque aurum dari,
Ancillas, mulos, muliones, pedisequos,
Salutigerulos pueros, uehicla qui uehar.” (498-502)²

Sugere que os ricos se casem com mulheres pobres para equilibrar a sociedade. Isto se justifica porque num casamento com mulheres mais ricas o esposo ficava em dependência econômica e daí em sujeição à mulher que lhe fazia todo o tipo de exigência: “*Haec sunt atque*

² “Nenhuma assim dirá: “o dote que te trouxe era muito maior que a tua riqueza. Assim eu tenho direito a roupas finas e ouro, servas, mulas, cocheiros, sequazes, pagens e carros que me carreguem” (Ato III, cena 5, vv 498-502)

*aliae multae in magnis dotibus/ Incommoditates sumptusque intolerabiles. / Nam quae indotata est, ea in potestate est uiri;/ Dotatae mactant et malo et damno uiros. (532-535)*³

Ao se dispor a casar sem dote, pois já se considerava rico o suficiente, Megadoro é mostrado com magnanimidade, já patente no seu nome, e em defesa da família através da valorização da mulher por suas virtudes e não sua riqueza.

Eunômia

A matrona aparece raramente nas comédias pois é uma figura de respeito que deve ser preservada do ridículo. Não apenas na comédia mas em toda a sociedade romana existia um discurso feminino. A única mulher que se expressava era a desvirtuosa, a escrava e a meretriz. A mulher era valorizada apenas quando repetia o discurso masculino, é o caso de Eunômia. A matrona fala na comédia apenas para reforçar a tradição e chamar o irmão às suas responsabilidades. Preocupada com Megadoro, ela quer uma esposa para acompanhá-lo, cuidar dele e dar-lhe descendentes que perpetuarão a família.

Ressalta em seu discurso a maneira como Eunômia fala das mulheres. Seu discurso não está voltado para a mulher desvirtuosa e sim para as matronas: “*Quamquam haud falsa sum nos odiosas haberi;/ Nam multum loquaces merito omnes habemur/, Nec mutam profecto repertam ullam esse/ Hodie dicunt mulierem ullo in saeculo. (123-126)*”⁴

Estes eram os insultos que os maridos usavam contra as suas mulheres na comédia. Sua fala expõe a conformidade de seu discurso com o discurso masculino — pois ela mesma se inclui entre as mulheres de quem fala. A descrição voltada para as matronas antecipa o objetivo de convencer o irmão a se casar.

Licônidas

Licônidas vai ao encontro do arquétipo do *adulescens*, suas principais características são a nobreza e a passionalidade. Vindo de uma família rica, ele é o retrato de uma geração que não teve que trabalhar com o pai e pôde desfrutar de todos os luxos de sua posição. Sua nobreza é defendida em toda a peça e sua determinação em casar-se com Fedra e reparar seu erro se mantém firme como prova de seu valor a ponto dele confessar a Euclião seu crime e pedir-lhe desculpas. A caracterização positiva de Licônidas aproxima-o dos heróis épico-trágicos e sua justificativa é paratrágica: “*Deus mihi impulsor fuit*”(737)⁵. A atribuição da culpa a um deus e a firmeza ao buscar

³ “São estes e muitos outros os problemas e as intoleráveis despesas nos grandes dotes. Mas aquela que não tem dote, esta está em poder do marido. As com dote matam o marido com prejuízo e maldade.” (Ato III, cena 5, vv 532-535)

⁴ “Não negarei que todos nos consideram odiosas; mrcidamente muitos nos têm por loquazes que não foi encontrada nenhuma mulher muda nem hoje nem em nenhum século.” (Ato II, cena 1, vv 123-126)

⁵ “Foi um deus que me moveu.” (Ato IV, cena 10, vv 737)

a reparação resgatam a virtude de Licônidas que depois reforça: “*Quia uini uitio atque amoris feci.*”⁶ (745).

O problema da violação para Licônidas

A violação de uma donzela pobre não deveria trazer graves consequências para um jovem rico. A presença constante do tema nas comédias deve basear-se em uma impunidade real. A atitude reparadora do herói vem, assim, de sua própria vontade; nobre, ele busca reparar o erro porque ama, de fato, a donzela. A atribuição da culpa ao vinho era um recurso habitual para resguardar a nobreza do jovem. Sua inconseqüência era compensada por um sincero desejo de fazer o bem. “*Fateor peccauisse et me culpam commeritum scio; Id adeo te oratum aduenio ut animo aequo ignoscas mihi.*”(738-739).⁷

Os Escravos

O ato III é quase todo tomado pelos diálogos dos escravos. Nestes se dão os momentos mais cômicos da peça com a profusão de piadas, trocadilhos e neologismos usados por eles. Podemos crer que neste momento Plauto usasse uma linguagem próxima à usada nas ruas de Roma. Além de criar situações de humor instantâneo, estes escravos servem, como Estáfila, para ressaltar e ilustrar, com um palavreado não aceitável em outros personagens, a avareza de Euclião. Os escravos são pintados com venalidade e deboche e é neste ambiente que a avareza de Euclião pode se mostrar em todos os episódios esdrúxulos que caracterizam o teatro de Plauto. Vale destacar que todos os escravos são praticamente iguais em seu comportamento. Isto reforça a fidelidade ao personagem-tipo acompanhada do exagero de caricatura típico de Plauto.

Estrobilo

O escravo pessoal de Licônidas é o mais próximo do pícaro da peça. Ele atende ao estereótipo do escravo esperto, inescrupuloso e capaz de tudo para conseguir a liberdade. Faz o discurso sobre o bom escravo onde se pode observar a fala: “*Si erum uidet superare amorem, hoc serui esse officium reor, Retinere ad salutem, non enim quo incumbat eo inpellere.*”(593-593).⁸

Esta frase ressalta um lugar-comum na comédia: o escravo que debocha do senhor apaixonado e tenta tirar vantagem. Estróbilo é, no entanto, bem intencionado e rouba o tesouro de

⁶ “Fiz pelo amor e pelo vício do vinho.” (ibidem vv 745).

⁷ “Admito que pequei e reconheço a culpa do que fiz; e a ti venho pedir que com paz no espírito me perdoes.” (Ato IV, cena 10, vv 738-739).

⁸ “Se vê o amor o vencer [o amo], penso que é dever desse servo detê-lo, e não pois impurrá-lo para onde se inclina.” (Ato IV, cena 1 vv 593-594).

Euclião apenas para comprar a liberdade: “*Quin ego illi me inuenisse dico hanc praedam [atque eloquar] Igitur orabo ut manu me emittat. Ibo atque eloquar.*”(816-817).⁹

CONCLUSÃO

Pode-se tirar deste trabalho algumas constatações sobre o modo como a família é mostrada em Plauto. Em princípio, pôde-se perceber o momento de Plauto na trajetória da família em toda a história de Roma. A família romana segue uma estrutura surgida ainda entre os arianos vários séculos antes do assentamento no Lácio. Esta estrutura sofreu diversas alterações causadas pela proximidade das famílias na cidade. Entretanto manteve-se ainda visível a herança ariana, principalmente no tocante aos ritos do culto doméstico. No momento de Plauto, a mais recente mudança decorria do rápido enriquecimento trazido pelo início das práticas imperialistas na política externa de Roma.

Plauto se mostrou altamente sensível a estas mudanças e não deixou de apontá-las em suas peças mesmo que, às vezes, de modo sutil demais para o seu público. Sua adaptação das peças gregas traz grandes e importantes marcas que retratam o cotidiano da família em seu tempo. Plauto resguardou os tipos e as convenções da Comédia Nova Grega, às quais devia se manter fiel. Mas, por outro lado, soube bem mostrar as questões familiares em sua comicidade e expressar suas críticas e sua posição ideológica. Neste ponto se mostrou ativo defensor da virtude familiar, por meio da exposição ao ridículo de todas aquelas características consideradas corruptoras da família. Deste modo deu-nos uma consistente e rica consideração sobre a família no seu tempo com um talento cômico que seria seminal no teatro do ocidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. Tradução Antônio José Saraiva”. Lisboa: “Livros do Brasil”, s/d.

DUCKWORTH, George E. *The Nature of Roman Comedy*. Princeton: Princeton University Press. 1952.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder. 8 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A Cidade Antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições na Grécia e em Roma*. Tradução Jean Melville., São Paulo: Martin Claret. 2005.

MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*, São Paulo: Ática. 1988. Série Princípios.

POULLAIN, Philippe. *Breve História da Literatura Latina*. Lisboa: Verbo. 1964

⁹ “Por que não digo a ele que encontrei o seu tesouro? Pedirei para quem me liberte. Irei e lhe direi.” (Ato V, cena 1 vv 816-817).

PLAUTE. *Amphitryon - Ansinaria - Aulularia*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 6 ed., Paris : Societé d'edition Les Belles Letres. 1967,. Tome I

PLAUTO. *A Comédia da Marmita*. Introdução, versão do Latim e notas de Walter de Medeiros. Coimbra: INIC/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. 1985,

PLAUTO E TERÊNCIO. *A Comédia Latina*. Tradução, introdução e notas de Agostinho da Silva., Rio de Janeiro: Ediouro Coleção Universidade de Bolso.

SPALDING, Tarsilo Orpheu. *Dicionário da Mitologia Latina.*, São Paulo: Cultrix. 1991

A “furada” do furo de reportagem: uma análise pragmática dos plantões do jornalismo da Rede Globo e Rede Record

Luana Santos Lemos

Mestranda em Estudos Linguísticos (UFES)

luagora@yahoo.com.br

RESUMO

No presente trabalho, pretendemos analisar os plantões do jornalismo da Rede TV e o da Rede Globo que anunciam a morte de Eloá, vítima do sequestro mais demorado na história do Brasil, e a retificação da informação da morte da jovem pelo Jornal Nacional. Procuramos aplicar as noções teóricas concebidas pela Pragmática, pois é uma ciência que se dedica à análise das funções dos enunciados linguísticos e de suas características nos processos sociais. Utilizaremos para análise a Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962), às Máximas Conversacionais (GRICE, 1967), e, principalmente, à Teoria das Faces (BROWN e LEVINSON, 1987). **PALAVRAS-CHAVE:** *Pragmática; Jornalismo televisivo; Máximas conversacionais; Teoria das faces.*

ABSTRACT

In this paper, we analyze the journalism and of the network TV Globo network announced that the death of Beef, victim of kidnapping more time in the history of Brazil, and the rectification of the information of the death of the young by national newspaper. We apply the theoretical concepts designed by Pragmatic, because it is a science dedicated to the analysis of the functions of the described linguistic and social processes in their characteristics. Used to examine the theory of speech acts (Austin, 1962), the High conversational (GRICE, 1967), and particularly the theory of Faces (Brown and Levinson, 1987). **KEYWORDS:** *Pragmatics; TV Journalism; Highs conversational; Theory of faces.*

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, os estudos sobre a linguagem estavam restritos apenas aos aspectos formais e estruturais língua, assim, o uso da língua no dia-a-dia era posto de lado, e geralmente, como foi dito por Yule (1998, p.6), esses estudos eram colocados em um *cesto de lixo*.

Boa parte daquilo que foi parar nesse *cesto de lixo*, está entre as discussões da Pragmática. Essa teoria se propõe dar conta das pessoas e do que elas têm em mente, por isso, elege como ponto de partida, o estudo do significado do falante. Dessa forma, segundo Lins (2002, p. 52) “essa ciência tem como objetivo principal a preocupação com o estudo da significação que o falante quer dar à sua mensagem e, também, da significação que o ouvinte constroi ao interpretar determinada mensagem”. Assim, o uso da Pragmática para a análise de notícias televisivas no Brasil está no

reconhecimento de que a utilização da língua não se reduz a produzir um enunciado, mas é a execução de uma ação social.

Green (1996, p. 1) diz que a Pragmática é o estudo da interpretação das ações intencionais do homem. Para essa ciência é necessário considerar como os falantes organizam o que querem dizer, levando em conta: com quem elas vão interagir, o lugar em que estão situadas, o momento histórico que vivem, a situação em que vão atuar, as inferências que os ouvintes fazem sobre o que é dito, além da análise do não-dito como parte daquilo que é comunicado. Tendo em vista todos esses aspectos, as noções de crença, intenção e ato racional são consideradas como cruciais para a Teoria Pragmática e servirá muito bem a análise que pretendemos fazer.

No momento em que se comunicam umas com as outras, as pessoas não produzem enunciados que contém apenas palavras e estruturas gramaticais – elas praticam ações através de enunciados produzidos. Ou seja, dizer é fazer, é agir. Essa é a ideia principal defendida por Austin ([1962]1990): dizer é transmitir informações, mas é também (e sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante. Por isso, ao analisar a relação jornalista-telespectador, temos como objetivo, observar os significados intencionais implícitos ou explícitos dos enunciados das notícias e compreender a comunicação jornalística como um ato de fala dinâmico que envolve o emissor, o canal, a mensagem e o efeito desejado junto aos destinatários pressupondo que haja um contrato entre jornalista e leitor (emissor e destinatário) por meio do qual o jornalista procura garantir a adesão de seus destinatários e preservar a face (positiva).

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Durante este estudo, consideramos que a imprensa brasileira utiliza muito a *proteção à face*. O conceito de face, de domínio da Pragmática, nos remete à Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962), às Máximas Conversacionais (GRICE, 1967), e, principalmente, à Teoria das Faces (BROWN e LEVINSON, 1987). Analisando os noticiários brasileiros (nesse caso, dois, a Rede Globo e Rede TV), pode-se perceber que as palavras são muito veladas, os enunciados são proferidos de forma muito indireta, para que o jornalista se isente de qualquer responsabilidade de uma interpretação comprometedora, o que eles naturalmente justificam não como um instrumento de proteção à face, mas a busca pela imparcialidade.

Os estudos do filósofo Austin (1962), a Teoria dos Atos de Fala surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, no início dos anos sessenta, tendo sido, posteriormente apropriada pela Pragmática, que fazia uma análise do uso da língua corrente e refletia sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem: os "atos de fala. A ideia central dessa teoria é a de que a língua não serve apenas para descrever um estado de coisas, mas serve também para realizar ações, ou seja, fazer coisas. Austin (1962) afirmava que os enunciados poderiam ser

constativos, quando exprimem uma declaração ou descrevem o estado das coisas passíveis, assim, de serem submetidos ao crivo de verdadeiro ou falso, ou performativos quando exprimem não apenas a descrição de um evento, mas traz implícitos outros enunciados desejados pelo falante. Segundo o autor, teríamos verbos, como *jurar, negar, declarar, batizar, etc.*, que quando pronunciados fazem a ação que declaram. Porém, mais tarde, Austin chegou à conclusão de que todos os enunciados são performativos, o que acontece é que alguns são explicitamente performativos e outros são implicitamente performativos. Com esse entendimento, todos os enunciados são performativos, daí o conceito *dizer é fazer*.

Segundo Grice (1967), quando dois indivíduos estão dialogando, existem leis implícitas que governam o ato comunicativo. Isso significa que, mesmo inconscientemente, os interlocutores trabalham a mensagem linguística de acordo com certas normas comuns que caracterizam um sistema cooperativo entre eles, para que as informações possam ser trocadas o mais univocamente possível. Grice chama, a esse conjunto de regras de PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO.

A preocupação central de Grice era encontrar uma forma de descrever e explicar os efeitos de sentido que vão além do que é dito. Em última análise, como é possível que um enunciado signifique mais do que literalmente expresso. Deve haver algum tipo de regra que permita a um falante (A) transmitir algo além da frase e a um ouvinte (B) entender esta informação extra.

Grice propõe, inicialmente, um exemplo que se tornou clássico. (A) e (B) estão conversando sobre (C). (A) pergunta a (B) sobre a situação de (C) no seu emprego. (B) responde: "Oh! muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso". Um diálogo desse tipo, observa Grice, possibilita perceber, claramente, que há duas formas de significação distintas. A resposta de (B) diz que (C) está bem e ainda não foi preso e *implica* ou *sugere* que isso pudesse ter acontecido, tendo em vista que (C) é o tipo de pessoa que pode ceder às pressões do seu trabalho e fazer algo que o leve à prisão. É a partir desse contexto que Grice introduz os termos técnicos implicitar (*implicate*), implicatura (*implicature*) e implicitado (*implicatum*). Seu objetivo é organizar, ao redor deles, um sistema explicativo dessa significação que (A) e (B) podem entender, mas que, efetivamente, não foi dito. É importante ressaltar, aqui, que Grice usa "dito" como o significado expresso pelo enunciado em termos literais ou, em outras palavras, como a proposição em seu valor semântico.

Existem, dois tipos básicos de implicaturas, segundo Grice: Implicatura Convencional que está presa ao significado convencional das palavras e a Implicatura Conversacional que não depende da significação usual, sendo determinada por certos princípios básicos do ato comunicativo.

Nesse sentido, Grice, retomando uma formulação kantiana, sistematiza o seu PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO através de quatro categorias fundamentais articuladas a máximas e submáximas.

1. MÁXIMA DA QUANTIDADE

Relacionada à quantidade de informação que deve ser fornecida numa mensagem. A ele corresponde duas máximas:

- A. Faça com que sua mensagem seja tão informativa quanto necessária para a conversação.
- B. Não dê mais informações que o necessário.

2. MÁXIMA DA QUALIDADE

Relacionada inicialmente à supermáxima "Procure afirmar coisas verdadeiras " e, indiretamente, a duas máximas mais específicas:

- A. Não afirme o que você acredita ser falso.
- B. Não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada.

3. MÁXIMA DA RELAÇÃO

Ligada a máxima "Seja Relevante".

4. MÁXIMA DA MODO

Ligada à supermáxima "Seja Claro" e várias máximas como as citadas abaixo, entre outras:

- A. Evite obscuridade de expressão
- B. Evite ambiguidade
- C. Seja breve (evite prolixidade desnecessária)
- D. Seja ordenado

Essas máximas especificam o que os participantes de uma interação devem fazer para interagir de uma maneira eficiente, racional, cooperativa.

Outro conceito importante para os estudos pragmáticos é o conceito de "face" elaborado por Goffman que a definiu como

"valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados" (1967, p.5).

Em 1987, Brown e Levinson, utilizando a definição de face de Goffman, afirmam que todo ser humano possui face, que significa a auto-imagem pública dos indivíduos. Logo, refere-se ao senso emocional e social de si mesmo que as pessoas esperam que seja reconhecido pelos outros, que consiste em dois aspectos:

- a) face negativa: contestação de territórios, reserva pessoal, direito a não distração, liberdade de ação e de não sofrer imposição;
- b) face positiva: auto-imagem ou personalidade (incluindo o desejo de que essa auto-imagem seja apreciada e aprovada) clamada pelos interactantes.

A face negativa está associada ao que comumente entendemos por polidez, isto é, não impor nada a outrem, respeitando sua liberdade de ação. Já a face positiva, segundo os próprios autores, um tanto mais complexa, diz respeito ao desejo de ser percebido, admirado, aprovado, entendido pelos demais membros da comunidade.

O princípio central da teoria de Brown e Levinson (1987) é a ideia de que, em uma interação ordinária, há atos que são intrinsecamente ameaçadores à face, o que os autores denominam FTAs (face-threatening-acts) ou atos de ameaça à face (ex.: pedidos, ofertas, críticas, sugestões, apologias). Os atos de ameaça são determinados culturalmente, dependendo de como cada sociedade concebe seu valor. É importante ressaltar ainda que os atos dependem também das especificidades da situação comunicativa.

Brown e Levinson (1987) concebem a interação verbal como uma atividade inerentemente ameaçadora da face. Para esses autores, o simples fato de os indivíduos entrarem em contato provoca um desequilíbrio das faces. Por esta razão, os autores afirmam que, em geral, ao se engajarem em uma conversação, os indivíduos estão conscientes da vulnerabilidade da face e assim cooperam mutuamente para sua manutenção.

A atividade de preservação da face pode ser entendida, então, como parte da interação verbal, já que depende do equilíbrio das faces envolvidas o sucesso da interação. Isso implica afirmar que, mesmo não explicitamente, os participantes da interação estão o tempo todo monitorando as faces uns dos outros e, sempre que necessário, usam estratégias para afastar a possibilidade de conflito entre as faces.

A “FURADA” DO FURO DE REPORTAGEM

O plantão da Rede TV e o da Rede Globo no dia 17/10/2008 noticiam erroneamente a morte da jovem Eloá Cristina Pimentel, que só veio a falecer no dia seguinte 18/10/2008. Para uma análise pragmática dessas notícias, será necessário entender o contexto situacional que contribuiu para que uma informação errada chegasse aos telespectadores.

Na segunda-feira (13/10/2008), o público em geral, sobretudo aqueles que têm a televisão como principal meio de comunicação, começam a acompanhar detalhes do sequestro ocorrido em Santo André, no ABC paulista, envolvendo quatro vítimas adolescentes e um sequestrador, maior de idade. O motivo do crime: ciúmes pelo fim do namoro entre Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, e Lindemberg Fernandes Alves, de 22 anos de idade. Eloá e sua amiga, Nayara Rodrigues da Silva, foram mantidas reféns por Lindemberg durante a semana.

O crime teve seu desfecho somente na sexta-feira (17/10) e rendeu muitas contradições, no que concerne não só ao trabalho da Polícia Militar e ao Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), bem como à postura da própria imprensa. Esse sequestro criou grande expectativa no público, gerando uma angústia pelo fim do sequestro, prendendo a atenção de todos, características geralmente, atribuídas a uma novela.

O fim do sequestro foi transmitido ao vivo pela TV. Tiros foram disparados e logo depois as meninas mais o sequestrador saíram do apartamento, porém, as meninas pareciam feridas, que gerou um grande desespero deixando todos os telespectadores aflitos em saber o que aconteceu.

A primeira emissora a transmitir a informação sobre a jovem foi a Rede TV com o jornalista Rodolpho Gamberini dizendo o seguinte:

A menina sequestrada em Santo Andre, Eloá, Morreu.

Essa é a informação pelo site Universo Online da Folha de São Paulo, neste momento, a poucos minutos.

O universo Online pôs no ar, que a menina morreu assassinada na tentativa de resgate não se sabe, ou pelo ex-namorado sequestrador.

Essa informação foi dada pelo secretário de segurança pública de São Paulo Ronaldo Marzagão ao Governador José Serra a poucos instantes.

Eu repito a informação.

A menina Eloá, que havia sido sequestrada pelo namorado Lindemberg Alves, morreu, depois de levar um tiro na cabeça e na virilha. Não se sabe quem disparou esses tiros.

Essa é a informação da Folha de São Paulo, colocada no site da internet Universo Online.

O advogado [...] (o jornalista interrompe a informação, desconcertado)

*Nós vamos fazer um rápido intervalo e já voltamos.*¹⁰

Analisando o fragmento acima à luz do Princípio da Cooperação observamos que o jornalista Rodolpho Gamberini mostra-se bastante impreciso e viola assim, a máxima da QUALIDADE e do MODO.

¹⁰ Vídeo disponível no site: <http://br.youtube.com/watch?v=UB50TEIYsg8>. Acesso em: 02/11/2008. Com o título: Notícia falsa divulgada pela Globo e Rede TV sobre o caso Eloá.

Gamberini infringiu a supermáxima do modo *Seja Claro*, sendo prolixo, pois repete sem necessidade a mesma notícia e não traz uma organização adequada para os enunciados, veja: “O universo Online pôs no ar, que a menina morreu assassinada na tentativa de resgate, não se sabe, ou pelo ex-namorado sequestrador”. Além de não estar ordenado adequadamente, o enunciado deixa obscuro a questão da autoria dos disparos, ou seja, é violado também a máxima da qualidade em que propõe que não se deve dizer aquilo o que você não pode fornecer as evidências necessárias (provas).

A violação das máximas pode ser explicada pela necessidade de dar “primeiro” a notícia e a falta de informações concretas sobre o que aconteceu de fato, que é possível observar pelo fato da notícia partir de um site da internet. A imprensa teve grande responsabilidade em divulgar a informação na correria. Com o intuito de garantir o furo jornalístico, a Rede TV, no calor da notícia mais que *quente*, resolveu informar em *primeira mão* a morte trágica de Eloá. Comover e garantir a atenção do público era mais importante, no momento, do que checar a informação. Ou seja, foram violadas as máximas, a fim de garantir o furo de reportagem.

Além de Gamberini infringir as máximas do princípio da cooperação, observamos um excessivo ato de salvamento de face. O tempo todo, o jornalista, por ter uma informação imprecisa, no ato de salvamento de sua face positiva, enfatiza que essa informação foi dada pelo site *Universo Online* e confirmada pelo secretário de segurança pública, logo, sob ameaça de face ele usa o discurso do outro para se distanciar da informação imprecisa.

Aqueles que acompanhavam o fim do sequestro pela Rede Globo, quando ouviram a vinheta, já imaginavam o pior. Fátima Bernardes noticia a morte da jovem. Geralmente, associamos a vinheta a coisas ruins: grandes tragédias, mortes, rebeliões. Há quem diga que sente medo quando escuta a vinheta.

VINHETA DO PLANTÃO [...]

Terminou tragicamente o sequestro de Santo André no ABC Paulista.

A assessoria de imprensa do Palácio dos Bandeirantes acaba de confirmar, que a jovem Eloá Cristina da Silva, que ficou cinco dias refém em casa, (pausa) morreu.

Ela foi baleada na cabeça e na virilha pelo ex-namorado e chegou a ser levada em estado muito grave para o hospital que ainda não confirmou a informação da morte da jovem.

A amiga Nayara, que também estava no apartamento, também foi ferida com um tiro na boca, mas com menos gravidade.

Segundo o comandante da operação, o apartamento foi invadido depois de serem ouvidos disparos no interior.

O sequestrador saiu ileso.

*A cobertura completa sobre essa tragédia você vai ver no Jornal Nacional.*¹¹

No entanto, minutos depois, o desfecho se torna mais *ameno*: Eloá ainda estava viva, porém em estado grave. No Jornal Nacional, Fátima volta a falar sobre o fim do sequestro de Eloá, mas justificando o erro cometido pela assessoria de imprensa. O público descobre que a informação dada pela assessoria do governo de São Paulo estava errada. Neste momento, eis o culpado por comover o país indevidamente: os assessores apressados em dar a informação.

Voltamos a falar sobre o desfecho do sequestro em Santo Andre.

A assessoria de imprensa do Governo de São Paulo esclareceu agora a pouco, PORQUE chegou a divulgar ERRADAMENTE a notícia da morte da jovem Eloá Cristina.

A assessoria explicou que chegou a receber a informação da área de segurança pública sobre a morte, no entanto, em seguida nova informação deu conta que ela havia sido reanimada na sala de cirurgia. Neste momento, ainda segundo a nota da assessoria de imprensa do governo, ela está em coma induzido e passando por cirurgia. A nota termina com o pedido de desculpas a família de Eloá pela informação errada que chegou a ser divulgada.

*A assessoria declara, ainda, que deseja a recuperação da adolescente.*¹²

No primeiro trecho, podemos observar que, na fala de Fátima Bernardes há uma contribuição conversacional, respeitando a maioria das máximas de Grice, isso confirma a face positiva do jornalismo da Rede Globo, como sério, comprometido e de qualidade. Porém, observamos que quando Fátima reafirma a morte de Eloá, deixa implícito que o fato não foi confirmado por todas as fontes, ou não houve tempo de confirmar: “*Ela foi baleada na cabeça e na virilha pelo ex-namorado e chegou a ser levada em estado muito grave para o hospital que ainda não confirmou a informação da morte da jovem*” ela viola supermáxima *procure afirmar coisas verdadeiras* deixando obscura a veracidade da informação.

Nesse aspecto, vale lembrar, que a polidez está relacionada à preservação de face do falante, no caso, Fátima representa, naquele momento, o jornalismo da Rede Globo. Sendo face, definido por Brow e Levinson (1987), como a imagem pública que cada indivíduo reivindica para si. A Rede Globo tem uma imagem de sempre ser a primeira a trazer a notícia com qualidade e

¹¹ Vídeo disponível no site: <http://br.youtube.com/watch?v=UB50TEIYsg8>. Acesso em: 02/11/2008. Com o título: Notícia falsa divulgada pela Globo e Rede TV sobre o caso Eloá.

¹² Vídeo disponível no site: <http://br.youtube.com/watch?v=UB50TEIYsg8>. Acesso em: 02/11/2008. Com o título: Notícia falsa divulgada pela Globo e Rede TV sobre o caso Eloá.

responsabilidade. Socialmente, é representada como um jornalismo que sempre traz a verdade. Diante do fato da necessidade de dar a notícia e não ter a confirmação do hospital, Fátima dá a informação usando o discurso do outro “*A assessoria de imprensa do Palácio dos Bandeirantes acaba de confirmar*”, o que linguisticamente, cria um efeito de distanciamento, e logo após ela retoma o discurso ameaçando a face da assessoria quando diz que o hospital “*ainda não confirmou a informação da morte da jovem*”. Essa estratégia possibilita a isenção na responsabilidade da informação, e dá a possibilidade de voltar à atrás diante de algum erro sem prejuízo a sua face positiva.

É o que acontece no segundo trecho, quando no Jornal Nacional, Fátima Bernardes, anuncia que assessoria de imprensa divulgou erradamente a informação da morte da jovem. Ela ataca a face negativa da assessoria para salvar a sua face positiva em relação ao erro da notícia, essa ação é chamada por Goffman de práticas defensivas. A jornalista enfatiza na própria entonação que o erro partiu da assessoria, ela diz, “*A assessoria de imprensa do Governo de São Paulo esclareceu agora a pouco, PORQUE chegou a divulgar ERRADAMENTE a notícia da morte da jovem Eloá Cristina*”. Em nenhum momento, reconhece a sua responsabilidade para o erro, seguindo uma orientação defensiva de face. Analisando o todo do segundo trecho, observamos que Fátima sempre recorre ao discurso da assessoria, revelando um distanciamento (A assessoria – esclarece, explica, declara).

Para Goffman, além das práticas defensivas, existem também as práticas protetoras, que visam salvar a face dos outros. Fátima Bernardes age linguisticamente de acordo com a preservação da sua *face positiva*, ou seja, a própria imagem. Mas vemos uma tentativa de salvamento da face positiva da assessoria de imprensa do governo de São Paulo. Essa tentativa de salvamento da face do outro, pode ser explicada pelas convenções sociais, o jornalismo da Rede Globo possui uma imagem de imparcialidade, dessa forma, ela ameniza a informação e divulga o pedido de desculpas e o desejo de recuperação da jovem, implica na ideia que os outros têm direito a uma proteção moral. Fátima diz: “*A nota termina com o pedido de desculpas a família de Eloá pela informação errada que chegou a ser divulgada. A assessoria declara, ainda, que deseja a recuperação da adolescente.*” Mesmo nessa tentativa de salvamento de face, ela continua mantendo o distanciamento e se isenta de qualquer responsabilidade.

Segundo Goffman (1967) ao tentar salvar a face do outro, deve-se escolher uma ação que não leve à perda da própria face. Em contrapartida, ao tentar salvar a própria face deve-se considerar a perda de face que esta ação possa acarretar nos outros. Nesse aspecto podemos afirmar que no seu discurso Fátima protege sua face atacando a face do outro (Assessoria de imprensa), mas também, tenta salvar a face do outro para manter a sua imagem como imparcial. Outra estratégia utilizada pela emissora para preservar a sua face foi não atribuir qualquer expressão ameaçadora.

Fátima Bernardes procura proteger a sua face ao atribuir as explicações a assessoria de imprensa, cujo objetivo é isentá-lo da responsabilidade de não ter verificado a informação antes de ir ao ar. Isso implica afirmar que, mesmo não explicitamente, os participantes da interação estão o tempo todo monitorando as faces uns dos outros e, sempre que necessário, usam estratégias para afastar a possibilidade de conflito entre as faces.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, a polidez foi analisada como um fenômeno situado num determinado contexto situacional, num universo específico, com ocorrências reais. O conceito teórico de face introduzido por Goffman (1967) e posteriormente desenvolvido por Brown e Levinson em sua pesquisa sobre polidez (1978) juntamente com máximas conversacionais de Grice (1967), possibilitaram a análise das estratégias de preservação de face em notícias televisivas. Embora a interação analisada neste trabalho se caracterize pela distância física entre os interlocutores, o conceito se mostrou extremamente relevante e aplicável para demonstrar como os indivíduos articulam seus discursos em interações como uma forma de preservação de sua face.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BROWN E LEVINSON. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GOFFMAN, E. *Interactional Ritual. Essays on face-to-face behavior*. New York. Pantheon Books, 1967.
- GREEN, Georgia M. “What is pragmatics and why do I need to know, anyway?” in: *Pragmatics and natural understanding*. 2 ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum associates, 1996. p. 1-15.
- GRICE, Paul H. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (org). *Fundamentos metodológicos da linguística. Pragmática*. Campinas, 1982.
- LINS, Maria da Penha Pereira. “**Mas, afinal, o que é mesmo Pragmática?**” in: *Revista Fala Palavra*, nº 2, Aracruz: Facha, 2002.
- _____. *Aula: Polidez e interação*. Ministrada na disciplina *Pragmática*, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos, curso realizado em Vitória, na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em outubro de 2008.
- YULE, George. Definitions and background. *Pragmatics*. Oxford University Press, 1996. p. 3-8.

A INVENÇÃO DO MITO DA SUÍÇA BRASILEIRA EM NOVA FRIBURGO

João Raimundo de Araújo (FSD)
Doutor em História Social (UFF)
josoni@frinet.com.br

RESUMO

Com este artigo visamos elaborar reflexões sobre as origens históricas do que chamamos ‘mito da Suíça brasileira’, ocorrido em Nova Friburgo no decorrer das comemorações do Centenário do município em 1918. Trata-se pois, de um trabalho de História Regional-Local.

RESUMEN

Este artículo objetiva elaborar reflexiones sobre los orígenes históricos de lo que llamamos “mito de la Suiza Brasileña”, ocurrido en Nova Friburgo durante el transcurso de las conmemoraciones del Centenario del Ayuntamiento en 1918. Se trata, pues, de un trabajo de Historia Regional-Local.

Palavras-chave: mito – ideologia – história – Nova Friburgo – Suíça brasileira - discurso

*“...A cidade está no homem
quase como a árvore voa
no pássaro que a deixa.
Cada coisa está em outra
de sua própria maneira
e de maneira distinta
de como está em si mesma.
A cidade não está no homem
do mesmo modo que em suas
quitandas, praças e ruas”.*

(Ferreira Gullar. Poema Sujo, 1975)

INTRODUÇÃO:

Por volta de meados dos anos 80 do século passado foi possível perceber a presença de historiadores e de alguns alunos da UFF e da Faculdade Santa Doroteia de Nova Friburgo iniciando pesquisas diversas nos arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo. Desde então, tem sido bastante significativo o número de monografias, dissertações, teses e manuais, resultantes de diversas e variadas pesquisas ligadas aos estudos da memória, da história, da geografia, da economia, da educação, do urbanismo e de outros temas. Novos estudos, novos temas, novas abordagens, ampliam e aprofundam os conhecimentos sobre o município. O trabalho a seguir insere-se sem dúvida, nesse contexto.

Este artigo pretende abordar a origem e a consolidação da ideologia da Suíça Brasileira, construção mítica, fabulosa, aplicada a Nova Friburgo, cidade serrana do Estado do Rio. Por que surgiu tal ideologia? Pergunta pertinente ainda mais se considerarmos se eram suíços os colonos europeus que para esta localidade emigraram no 1º quartel do século XIX. Quem são os autores do mito da cidade branca, europeia, modelo de colônia nos trópicos contraposto ao resto do país, negro e escravocrata?

Abordaremos o surgimento da ideologia da Suíça Brasileira nas primeiras décadas do século XX, a partir de uma fonte *Discurso Comemorativo do Centenário de Nova Friburgo* de autoria de Agenor de Roure, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em Janeiro de 1938.¹³

Começamos nossa abordagem por uma discussão sobre Mito e História, pois é de um mito que se trata, uma lenda, a da “previsão histórica de Dom João VI que anteviu a grande solução para o Brasil, a adoção do trabalho livre do europeu civilizado”. Nesta oportunidade, achamos relevante definir em que sentido utilizamos o conceito de “mito” e, para tal, nos servimos do ensaio de Moses Finley, *Mito, Memória e História*.¹⁴

Finley discute em seu texto as apreciações de Aristóteles sobre Poesia e História, preferindo a primeira à segunda pois, a seu ver, a Poesia era mais universal e, neste sentido, mais verdadeira, pois falava de “verdades universais”, enquanto as “histórias” tratavam de fatos particulares, singulares. Em todo o caso, os antigos não se interessaram pela História como disciplina. O seu grande interesse pelo passado refletia-se nas tragédias, por exemplo, onde os feitos dos heróis apareciam destacados. Tratava-se, também, de separar mito de história, porquanto em seus inícios a História parte do mito. Finley, então, utiliza o conceito de mito no sentido de “lenda”, como lenda de Hércules, lenda de Prometeu, etc.

¹³ Agenor de Roure. *O Centenário de Nova Friburgo*. Conferência proferida no IHGB em sessão solene da Câmara Municipal de Nova Friburgo, a 19 de Maio de 1918, publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro de 1938, pp. 245-65.

¹⁴ M. Finley. *Mito, Memória e História*, in *Uso e Abuso da História*, SP, Martins Fontes, 1989, pp. 3-27

Os gregos antigos, segundo o autor, amavam os mitos e as tragédias porque transmitiam ensinamentos sobre moralidade e conduta, além de fundamentarem os ritos da religião cívica.¹⁵ Mas *mythos* não se distingue de *logos*, pois ambos significam narrativas, discursos, não havendo entre os antigos, pelo menos, a desvalorização do mito como algo “irracional”, mentiroso, ao contrário.¹⁶ O autor destaca que a construção mítica continuou presente entre os gregos pois os ritos atualizavam os mitos, conservando-os.

Igualmente importante para a nossa discussão é o conceito de “tradição” tal como Finley define: “*algo ligado a uma prática ou crença*”. Como as gerações conservaram certas tradições? Para Finley, isto se deveu, na era pós-heróica, vale dizer, do século V a . C., interesses das famílias nobres reinantes na cidade em filiar-se a uma tradição que remontava aos heróis. O autor destaca também que, se preciso, os elementos das tradições eram “inventados” para melhor servir aos grupos dominantes a quem tais lendas remontavam.¹⁷

Ora, em Nova Friburgo há inúmeros elementos míticos que reforçam a história da cidade. A nossa hipótese central é a de que, para explicar e reforçar o projeto industrializante da cidade de Nova Friburgo - projeto estabelecido com capitais provenientes de empresários alemães - foi necessário recorrer a um passado idealizado, a origem supostamente suíça do povo e da cidade. Na serra fluminense teria surgido uma cidade peculiar, diferente de outras, uma cidade suíça, branca, industrializada, com trabalhadores livres, por iniciativa do rei português. É o teor do discurso do Centenário que Agenor de Roure pronunciou e vamos analisar. Nele fica demonstrado que, se as origens dessa tradição tornada ideologia - a Suíça Brasileira - localizam-se neste discurso, são perenemente atualizadas por outros atores sociais, como Galdino do Valle Filho, grande chefe político da cidade na primeira metade do século XX, adepto do projeto industrializante alemão.

NOVA FRIBURGO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉC.XX:

A partir do ano de 1911, Nova Friburgo passou a viver um processo de grandes mudanças, de progresso e de modernização percebido claramente em sua configuração física, como também na alma de seu povo. Como nos versos acima, cidade e homem, isto é, Nova Friburgo e seus habitantes, vivem um longo momento de transformações, iniciado com a industrialização patrocinada por empresários alemães e assumida por um setor de suas elites, liderado por Galdino do Valle Filho.

Um discurso produzido e defendido pelo grupo galdinista, que se tornou hegemônico no período, enfatizava a relação industrialização-modernidade isto é, que a indústria, além

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 6.

¹⁶ Le Goff. *Mitos/Logos in Enciclopédia Einaudi*

¹⁷ M. Finley, *op. cit.*, pp. 20-3.

dos benefícios diretos da produção e de novos empregos para sua população, constituía-se num elemento capaz de arrancar Nova Friburgo de sua letargia transformando-a numa cidade moderna à imagem e semelhança de grandes centros da Europa. Por outro lado, corroborando com o discurso da modernidade, era interessante buscar nas raízes históricas da cidade isto é, no passado de colônia Suíça, elementos para justificar o caráter diferente desta cidade, encravada no interior da Serra dos Órgãos. Tem início neste momento, a construção do discurso que coloca ênfase nas raízes helvéticas de Nova Friburgo, quando lhe é dado o alcunha de “Suíça brasileira”.

Juntamente ao exercício de reconstrução do seu passado histórico, é possível perceber referências às suas belezas naturais, a seu clima ameno, em evidente contraste com as temperaturas tórridas do país tropical. Percebe-se também a construção do outro lado da “moeda friburguense”. O turismo passa a ser incentivado, requerendo a criação de um conjunto de elementos capazes de fornecer serviços de qualidade àqueles que procuram a cidade em busca de descanso, lazer e tranquilidade. Na construção do ideal de cidade turística, torna-se perfeito o casamento entre a história - o passado de origens suíças - com a geografia - o planalto que propicia um clima ameno e suas belezas naturais.

Concluindo, podemos afirmar que a modernidade em Nova Friburgo não pode ser dissociada da elaboração do discurso de “Suíça brasileira” que possibilitou, por sua vez, a construção de uma cidade além de industrial, também turística, Nessa construção, a presença ativa do homem friburguense, constituiu na própria vida da cidade.

INDUSTRIALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE NOVA FRIBURGO:

A industrialização processada em Nova Friburgo a partir de 1911 significava, nos discursos da nova elite liderada por Galdino do Valle, a ponte necessária para que a cidade pudesse atingir um momento de progresso e conseqüente modernização. O jornal *A PAZ*, semanário dirigido pelo jovem médico e político, em seus editoriais e artigos associava constantemente indústria, progresso e modernidade. Vejamos o artigo publicado neste semanário em 26/01/1911:

“Em breves dias, pois, a nossa cidade experimentará pela primeira vez, a sensação de estremecimento de seu solo pela força propulsora da indústria moderna. Afigura-se-nos que o momento atual, era o início de uma era nova para nossa cidade, cremos firmemente que o espantalho plantado a sua porta não resistirá ao movimento de progresso que se opera atualmente. E é justo que tal aconteça, Friburgo não pode por mais tempo, sofrer indolente o seu atrelamento à rotina atroficante dos seus músculos de gigante, ela tem que caminhar e caminhará. A fábrica Arp será na nossa história futura o marco glorioso de nosso progresso e como tal receberá as nossas bênçãos.”
(sic) *A PAZ*, 26/01/1911.

Este curto texto traça uma boa síntese do que o Autor considerava importante para Friburgo: a noção de progresso vem indissolúvelmente ligada a indústria, pois esta seria a “força propulsora” anunciadora de uma “nova era” e capaz, por isso, de espantar a letargia que tomara conta da cidade. Por outro lado, a “indústria moderna” que estremecerá, pela primeira vez, o solo friburguense, é a do Sr. Arp, capitalista alemão, cuja atuação em Nova Friburgo se dá a partir de 1911.

Fica evidente também, com a referência a uma “nova era que se aproxima”, a relação um tanto maniqueísta entre o passado rural, tradicional, identificado com o “atraso”, enquanto que o “progresso”, isto é, o novo, o moderno, identifica-se com a indústria criada pelo grupo de capitalistas alemães. A contraposição velho e novo está presente no discurso, evidenciando ainda a necessidade de banir o primeiro e assim abrir passagem ao novo, sinônimo de moderno.

Devemos lembrar, ainda, que no plano mais geral do contexto republicano, bem como no plano mais restrito da “Velha Província”, as antigas oligarquias rurais exercem a hegemonia, mesmo sabendo do incremento das atividades industriais em alguns pontos do território brasileiro. Trocando em miúdos, a República brasileira é uma República de coronéis, embora se perceba o crescimento de uma burguesia industrial, no momento ainda frágil quanto à possibilidade de assumir o poder.

Em Nova Friburgo, nota-se uma novidade contrastante com a realidade nacional: a partir de 1911, a burguesia de origem alemã ao lado de um setor da elite dirigente local torna-se hegemônica, muito embora os setores oligárquicos não tenham sido definitivamente aliçados da luta política. Podemos admitir certo pioneirismo de Nova Friburgo já que aqui, na segunda década do século XX, o discurso burguês é dominante, verificando-se, ainda, sua correspondência no plano político, no momento em que em todo o país persiste o predomínio rural-oligárquico. Efetivamente, as bases desse poder não se modificam. A clássica expressão “coronelismo, enxada e voto”, cunhada por Victor Nunes Leal¹⁸, pode ser aplicada à realidade friburguense, embora no tocante à questão da “enxada” ser possível substituí-la por “fábrica”.

MODERNIZAÇÃO E TURISMO EM NOVA FRIBURGO:

No período da História friburguense que vimos analisando, avulta também o papel de Nova Friburgo como fornecedora de serviços, especialmente de turismo, voltados para uma população que para ali acorria em determinadas épocas do ano. Além do industrial, configurava-se, então, o modelo de cidade turística, alardeando-se as delícias de seu clima, o

¹⁸ Victor Nunes Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto*. SP, Alfa Ômega, 1975.

conforto das acomodações dos hotéis, a “beleza e o verdor de sua natureza”, a “tranquilidade de sua vida”, a “educação e ordem de seu povo”, nas palavras e expressões da imprensa friburguense. Essas características atraíram visitantes e hóspedes para temporadas na serra, mas lembramos que desde a criação da E. F. Leopoldina Relway a questão do transporte entre a baixada litorânea e esta cidade serrana foi bastante facilitada.

Se, por um lado, a natureza bela e o clima ameno atuavam como fatores de atração, por outro o fator histórico-social apontava para a originalidade de Nova Friburgo. Suas origens identificadas com a presença dos imigrantes suíços e alemães será um fator fundamental na construção do modelo turístico desta cidade. Esse passado foi absorvido e reinterpretado por grupos dirigentes do município em seus discursos na tentativa de demonstrar que esta era uma cidade que apresentava aspectos totalmente diversos das demais cidades brasileiras. É nesse momento que tem início a construção da ideia de “Nova Friburgo: a Suíça brasileira”. Tal construção ideológica aponta para as origens europeias da cidade e, se aparentemente parece haver uma contradição entre a prática e os discursos, se a implantação industrial foi feita com capitais alemães, na construção do protótipo de cidade moderna, desenvolvida, no entanto, o papel dos alemães foi escamoteado em função dos suíços, que há tempos se ausentaram do perímetro urbano, trabalhando pobremente nas roças na periferia do município. Não se tratava de uma “Alemanha brasileira”, mas sim de uma “Suíça brasileira”.

Acreditamos que a explicação deste fato prende-se à análise da conjuntura internacional referente à segunda década do século XX. A eclosão da Grande Guerra e a posição da nação alemã durante o conflito teria gerado uma animosidade da população brasileira em relação aos germânicos. Nesse momento, portanto, teria sido mais interessante ressaltar as origens suíças e não alemãs da colônia do Morro Queimado. O elemento suíço se prestaria de forma bastante adequada à construção do ideal de cidade europeia montada em pleno mundo tropical. Nova Friburgo tornar-se-ia uma pedaço da Suíça - leia-se país adiantado, civilizado, moderno - nos trópicos, onde predominava uma população de origem portuguesa e africana - entenda-se regiões como Portugal e África, atrasadas, não civilizadas.

O momento da construção capitalista de Nova Friburgo foi também o da criação das duas faces da “moeda friburguense”: de um lado, a face industrial e, de outro, a face turística. Empresários alemães aliados a setores da elite local souberam usar e associar o passado histórico friburguense à existência de belezas naturais, construindo assim um modelo de cidade que deveria ser admirada e querida por todos

A tradição suíça em Nova Friburgo passa a ser recriada com o intuito de elaborar uma ideia de cidade diferente do restante das cidades brasileiras, porque sua população era

apregoadas como sendo brancas de origem europeia, mas de uma região da Europa tida como desenvolvida, civilizada. Ao pensarmos a questão da “invenção das tradições”¹⁹ e ao aplicarmos seus fundamentos à análise da realidade histórica friburguense, podemos admitir, de um lado, o enaltecimento das belezas naturais e, de outro, a busca de um passado recriado a partir das conveniências dos grupos dirigentes. Daí a importância de perceber-se, na construção ideológica da “Suíça brasileira”, a conjugação dos seguintes fatores: a valorização das montanhas em dois sentidos, à semelhança com os Alpes suíços, a serra friburguense tinha um clima propiciador da boa saúde e possuía belezas naturais; o elogio ao progresso, entendido como desenvolvimento fabril, era sinônimo também de trabalho árduo e diligente dos brancos suíços nos primórdios da colônia do Morro Queimado.

A associação entre o espaço geográfico e o passado histórico recriado, reinventado pelos grupos dirigentes, fica explicitamente caracterizada quando da comemoração do Centenário do Município, realizada no ano de 1918. Tal data se prende à assinatura, por D. João VI, da criação da Colônia do Morro Queimado e não da chegada dos suíços, o que ocorreu em 1820.

Ainda em relação ao Centenário da vinda dos suíços, nota-se que, na criação do Hino a Nova Friburgo, aparece a associação entre o espaço geográfico e o passado histórico glorioso, porque europeu. Os elogios à natureza pródiga podem ser observados neste trecho:

*“Friburguenses cantemos o dia,
Que surgindo glorioso hoje vem
Nesta plaga, onde o amor e a poesia
São como as flores, nativos também.
Escutando os rumores da brisa,
Refletindo este céu todo azul,
O Bengala sereno desliza
Sob o olhar do Cruzeiro do Sul.
Estas serras de enorme estatura,
Alcançando das nuvens o céu...”*

A referência ao passado de origem suíça fica bastante evidente nos versos que compõem o estribilho do mesmo Hino:

*“Salve brenhas do Morro Queimado
Que os Suíços ousaram varar;
pois que um século agora é passado.*

¹⁹ Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A Invenção das Tradições*, RJ, Paz e Terra, 1984. “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica (...) uma continuidade com relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.”, p.

Vale a pena esse tempo lembrar.”

Inegavelmente, devemos perceber que a criação deste Hino enquadra-se no processo de implementação de símbolos, fundamentais na legitimação dos novos regimes republicanos, necessitados de inventar uma tradição para fincar pé num passado, senão glorioso, pelo menos conveniente. Daí o apelo a hinos, bandeiras, algo que a burguesia brasileira tomou emprestado aos franceses. Para o caso friburguense, o hino da cidade, criado por ocasião do Centenário, continha em seus versos elementos importantes para a construção do ideal de “Nova Friburgo, a Suíça Brasileira” pois, tanto pelos aspectos geográficos quanto pelas características sociais, este município era apregoadado como “diferente” dos demais do território brasileiro.

Outras fontes que apontam a benignidade e excelência da natureza em Nova Friburgo passam a ser analisadas com vistas à comprovação da nossa hipótese central. Assim, por exemplo, citamos a “Crônica Semanal” publicada no jornal *A Gazeta de Notícias*, de autoria do escritor Carlos de Laet:

“Nova Friburgo - dela é que desejava contar-lhe - está a cerca de 851 metros acima do nível da Rua do Ouvidor, quando basta para assegurar o pitoresco povoado montezino uma diferença de temperatura não inferior a dez graus centígrados. Nada mais agradável do que sentir, à medida que o solo rapidamente se eleva depois de Cachoeiras a progressiva diminuição do calor que nos enerva e desseca. De manhã, lá em cima, quando o excursionista em passeio matutino tem de enfiar o sobretudo para se resguardar da neblina que o bourifa, só com a mais profunda comisseração pode lembrar-se dos infelizes que a mesma hora tressuam esbaforidos no grande foco da civilização nacional”. (sic)²⁰

Na mesma época, o jornal *O PAÍZ* publicava crônica onde se percebe o destaque feito às questões da natureza pródiga, fator de bem-estar para aqueles que procuravam visitar Nova Friburgo:

“Visitamos Nova Friburgo, a antiga colônia suíça, a moderna cidade fluminense que guarnece a formosura campesina de Serra da Boa Vista, ramificação da Serra do Mar. Era oportuno dizer della alguma coisa, que a população abastada do Rio de Janeiro foge a canícula e vai procurar algumas centenas de metros acima do nível do oceano, onde não se esfalfem os pulmões nem se estrompe a pelle na disputa do oxigênio e no trabalho forçado dos corações.”(sic)²¹

²⁰ Carlos de Laet. “Crônica Semanal”, *Gazeta de Notícias*, 1889, in *Nova Friburgo, Impressões, Lembranças*. Pró-Memória da P.M.N.F., 1988.

²¹ Jornal *O PAÍZ*, 31/01/1897, APUD *Nova Friburgo: impressões, lembranças, op. cit.*

Neste texto, mais do que no anterior, o aspecto da saúde, do clima saudável da serra, é ressaltado. De novo, cidade grande é contraposta à paz e sossego da cidade do interior. A cidade grande, o Rio de Janeiro com suas atrações de capital, é mostrada nos dois textos quase como uma sucursal do inferno: “*rua do Ouvidor*”, “*calor que nos desseca*”, “*infelizes que tressuam ... no grande foco da civilização nacional*”; “*população abastada do Rio de Janeiro foge a canícula*”, “*acima do nível do oceano, onde não se esfalfem os pulmões nem se estrompe a pelle ...trabalho forçado dos corações*”.

Já Friburgo, a “*antiga colônia suíça*” oferece um refúgio e um refrigerio para os esfalfados e acalorados cariocas dotados de algumas posses: natureza e história, dois elementos que se completam na montagem de um ideal de cidade diferente de tudo existente no ambiente tropical brasileiro. Com base nesses parâmetros cunhava-se o título “Suíça brasileira” que, até hoje, acompanha a caracterização de Nova Friburgo.

Ao lado do fator geográfico e na busca de uma demarcação do caráter diferente de Nova Friburgo, buscava-se acentuar as origens históricas do município, remontadas ao episódio da chegada dos suíços à região, em 1820. Na primeira página da revista *A LANTERNA*, publicada com o álbum do Estado do Rio de Janeiro, em seu número dedicado a Nova Friburgo, lê-se:

*“Foi aquelle grupo de louros filhos das montanhas, trabalhadores e virtuosos, e os brasileiros delles nascidos, que da modesta colônia de criadores e cultivadores, fizeram a cidade civilisada e bella de hoje, essa Friburgo tão singular entre nós, pelos vestígios dos esplendores de nossas mattas, do nosso céu e das nossas cachoeiras.”*²²

Um importante criador do discurso de exaltação dos suíços como elementos civilizadores e ainda do discurso colocando Dom João VI como impulsionador de um projeto amplo para o Brasil começando pela colônia de Nova Friburgo foi Agenor de Roure por ocasião das comemorações do Centenário do município.

AGENOR DE ROURE E A FESTA DO CENTENÁRIO: CONSTRUINDO O MITO - 1918:

Nascido na Vila de S.João Batista de Nova Friburgo em 1877, Agenor de Roure era descendente de família francesa que migrara para Portugal em decorrência da Revolução de 1789 e posteriormente, migrara para o Brasil acompanhando a Corte joanina nos primórdios do século XIX. A família De Roure teve participação no processo de criação de Nova Friburgo, ocupando o território que, mais tarde, constituiria o Distrito de Lumiar.

Orientado por seu padrao e em idade conveniente, Agenor dirigiu-se ao Rio de Janeiro onde tornou-se jornalista especializado em assuntos econômicos. Já na era

²² *A LANTERNA*, Nova Friburgo, 1907, arquivos. do Pró-mem

republicana torna-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição criada no período do 2º. Reinado e preocupada com a definição dos fatores responsáveis pela construção de nossa nacionalidade bem como, dos elementos formadores de nossa etnia.²³ Não podemos menosprezar esse fato importante ao trabalho de um historiador. Ao proferir a conferência comemorativa do Centenário de Nova Friburgo, De Roure o faz a partir de um “lugar” o que lhe confere melhores condições de aceitação e de credibilidade.

É ainda, necessário considerar que tais festejos se fizeram quando já passados 28 anos de sua elevação à categoria de município que, até então, ainda não pudera eleger sequer um Prefeito pelo voto direto. Até 1916, o executivo municipal vinha sendo assumido pela Presidência da Câmara Municipal e a partir daí o cargo vinha sendo ocupado por Interventores nomeados pela Presidência do Estado. Em 1918, o município era dirigido pelo interventor nomeado Silvio Rangel, cuja administração cuidara da organização dos festejos revestidos de certa pompa, não faltando discursos, sessões na Câmara Municipal, missa solene, jantares, bailes. Demonstrando uma postura de comiserção com os mais humildes moradores daquele “frio burgo”, as elites municipais realizaram na sua praça central um almoço para os pobres.

A conferência proferida pelo intelectual Agenor de Roure ocorrera no espaço interno da Câmara Municipal. Assistida por um numeroso porém, seletivo grupo da elite política friburguense, seu título revelava a razão da comemoração: O CENTENÁRIO DE NOVA FRIBURGO. Cabe ao historiador uma pergunta, possivelmente reveladora do que se comemorava naquele momento. De que Centenário se fazia a comemoração? Não se tratava de festejar os 100 anos da chegada dos colonos suíços à região da antiga fazenda do Morro Queimado – fato ocorrido somente, quase 2 anos depois. Tratava-se sim, de comemorar, de festejar o Centenário da assinatura do acordo firmado entre o rei do Brasil D. João VI e Nicolau Gachet que se encarregaria da seleção e do transporte dos futuros colonos. Comemorava-se pois, em 1918 o centenário de um evento palaciano envolvendo representações diversas das elites luso-helvéticas. Festejava-se sim, o aniversário da criação de uma colônia sem colonos. Os primeiros colonos somente começaram a chegar a Nova Friburgo em janeiro de 1820.²⁴ Evidentemente, essa festa, que se apresenta como resultado de um desejo do povo, na prática constitui-se num fato pensado, organizado e realizado pelas elites municipais, vindo contribuir substancialmente na construção do ‘mito da Suíça brasileira’.

Corroborando com tal situação, a evocação do passado histórico e a adoção de uma postura seletiva dos fatos ajudam realizar a montagem do discurso-narrativo mítico. Desse

²³ Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros, RJ, IHGB, 1993, pp. 140-1

²⁴ M. Nicoulin. *A Gênese de Nova Friburgo*. RJ, Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

modo, é possível identificar no discurso de De Roure alguns eixos que possibilitam, não só a coerência interna, mas também a gerência do mito. Inicialmente, o Autor afirma que festejar o aniversário da terra natal constitui um ato de “autêntico patriotismo” principalmente, em seu caso, filho de estrangeiros:

“... não só porque as festas representariam o tributo de gratidão e amor dos filhos do município, como porque valeriam por uma inequívoca manifestação de patriotismo. Do amor ao torrão natal é que vem o amor à pátria. (...) Descendente de estrangeiros nunca pude compreender o patriotismo hereditário: a Pátria não está no sangue mas no meio em que nascemos e que vivemos.”²⁵

O ponto de partida é pois, o “amor a terra natal” base necessária para o “patriotismo” fundamental para a construção da nacionalidade. Esse patriotismo naturalista parece ser um dos elos que vem dar sentido e objetividade ao discurso.

Em seguida, o Autor apresenta um segundo elemento que será também básico em todo processo de suas argumentações. Em sua visão, os principais problemas vividos pelo Brasil têm origens montadas no sistema de emigração criado pela Metrópole portuguesa na fase colonial e que deu origem à escravidão de africanos. A iniciativa de D. João VI ao promover a vinda de colonos livres para o Brasil iria iniciar a correção desse mal primeiro. Vejamos a afirmativa:

“A fundação da Colônia do Morro Queimado, eu vo-lo provarei, apresenta a primeira tentativa de execução de um plano, visando corrigir a a formação étnica da Pátria brasileira, perturbada e viciada pelo sistema de povoamento, até então seguido”.²⁶

E em seguida afirma: *“Friburgo fora escolhida como primeiro núcleo de uma colônia inteiramente livre, entregue a sua própria iniciativa e a seus próprios esforços...”²⁷*

Vemos aí o estabelecimento da dicotomia que norteia todo o discurso de De Roure. Mantendo sempre um certo tom maniqueísta, podemos perceber que a escravidão estaria na raiz de todos os principais males, enquanto que o trabalho livre seria o ponto de partida para a redenção de nossa Pátria. Desse modo, mais do que iniciar uma colônia, os Suíços tiveram o papel de corrigir um erro profundo de nossa formação histórica, assim como assumir função de nossos redentores. Desse modo, sua ação ultrapassaria o âmbito restrito da região do Morro Queimado e passaria a agir no sentido de corrigir falhas e apontar soluções que atingiriam o Brasil como um todo. Convenhamos, esse mega destino traçado pelo Conferencista é o resultado direto de sua capacidade imaginativa típica de uma construção mítica, e não tanto da realidade histórica. Talvez aí possamos perceber a dicotomia existente

²⁵ Agenor de Roure Conferência O Centenário de Nova Friburgo. 19 de Maio de 1918, publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1918.*

²⁶ Idem, ibidem

²⁷ Idem, ibidem

entre o discurso mítico e o discurso histórico, pois suas assertivas estavam longe da verdade histórica.

Num momento da história brasileira em que percebemos as elites intelectuais e políticas da ‘Velha República’ preocupadas com a criação de símbolos nacionais, com a definição sobre nossos heróis forjadores da Pátria, a fala de Agenor De Roure vem colaborar com esta discussão. Evidentemente, sua posição expressa ou representa determinada posição que via na família Bragança a “verdadeira” idealizadora do Brasil independente e da nação compromissada com os ideais da liberdade de seu povo.

Na elaboração da narrativa que constrói o discurso mítico é sempre possível criar um ou vários personagens também míticos. Esse personagem pode ser um povo, como o de nacionalidade suíça que veio para o Brasil com a missão “regeneradora”, conforme afirmou o Conferencista. Embora definida a nacionalidade, a categoria ‘povo’ constitui-se numa massa disforme, sem rosto. A invenção daquilo que denominamos “mito da Suíça brasileira” teve como ponto de partida a figura de D. João VI, chamado de “rei liberal” e idealizador desse “grandioso projeto” capaz de extirpar a mancha negra da fase colonial.

Ao longo da exposição, percebe-se a intenção do Autor no sentido de mesmo antes de nossa independência idealizar a construção de um país cuja população, também livre das amarras da escravidão, seria responsável pelo progresso. De certo modo, trata-se de dar à ação real um sentido teleológico pois teria sido o Rei quem conseguiu efetivar os elementos necessários à liberdade e ao progresso brasileiro. Ao juntar a imigração suíça - homens livres e progressistas - com a criação de um sistema de pequenas propriedades, Dom João teria alavancado a construção de um novo país, como também ocorrera com os Estados Unidos da América. Estranhamente, na visão de De Roure os EUA seriam um modelo a seguir, já que “era uma ex-colônia” cuja economia e sociedade basearam-se no trabalho livre.

Em suma, a Conferência proferida por Agenor De Roure, por ocasião dos festejos do Centenário de Nova Friburgo, é uma narrativa que contém em seu bojo vários elementos que configuram o relato do mito. Essa criação veio se reproduzindo no decorrer do século XX corroborando com a consolidação da representação de um município suíço e brasileiro.

CONCLUSÕES:

É inegável a importância que os estudos de história regional vem assumindo no conjunto dos estudos da história brasileira. Este estudo é parte da pesquisa que desenvolvemos tendo em vista a elaboração da tese de doutoramento, defendida em agosto de 2003 no Departamento de História da UFF, intitulada *‘Nova Friburgo: a construção do mito da*

Suíça brasileira – 1910-1960, sob orientação da Professora Doutora Ismênia de Lima Martins, e constitui numa contribuição aos estudos de História Regional-Local.

Evidentemente, não procuramos definir o mito como uma inverdade, pelo contrário, acreditamos tratar de uma construção social, datada historicamente e que veio a se tornar um dos traços marcantes da representação do município de Nova Friburgo. A narrativa mítica se baseia em fatos do passado, porém dispostos e interpretados a partir da necessidade de demonstrar uma certa finalidade idealizada por uma pessoa - o Conferencista - ou por um determinado grupo.

A invenção do mito da Suíça brasileira para Nova Friburgo partiu de uma construção de setores da elite local interessada em mostrar a constituição de uma cidade moderna, progressista, industrializada a partir de investimentos de grupos alemães. Porém, tal cidade é mostrada como tendo origem suíça e não alemã. As feridas provocadas pela primeira Grande Guerra estavam ainda bastante expostas. A construção do mito não poderia ser alemão, nem português e muito menos africano. Para uma localidade, moderna como Nova Friburgo, a busca do passado tinha que se centrar nas origens europeias - leia-se não portuguesas - enfatizando a questão do imigrante livre e branco.

O discurso da 'Suíça brasileira' inaugurado por Agenor de Roure foi posteriormente, assumido por políticos e intelectuais locais como Galdino do Valle Filho, Pedro Cúrio, Rafael Jaccoud, Heródoto B. de Mello que, ou o assumiram integralmente ou o modernizaram, alterando-o sem perder a essência. De 'Suíça brasileira' Nova Friburgo tornou-se o 'Paraíso Capitalista', nos fins do século XX, nova versão do mito inaugurado com o discurso de Agenor de Roure.

A “SUÍÇA BRASILEIRA” AO “PARAÍSO CAPITALISTA”: A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA EM NOVA FRIBURGO

*Prof. Dr. Ricardo da Gama Rosa Costa
Faculdade Santa Doroteia – História
rgrcosta@terra.com.br*

RESUMO

Ao longo dos anos tornou-se preponderante a imagem que associa o município de Nova Friburgo às origens históricas da cidade colonizada por europeus. Um processo de “invenção de tradições” elaborou o mito da Suíça Brasileira, colaborando para a idealização da cidade “paradisíaca”, onde os colonos suíços (e também os alemães) teriam sido responsáveis pela formação de uma sociedade dotada de padrões culturais avançados, fincando as bases da “civilização” e do “progresso”, no lugar do “barbarismo” e do “atraso” reinantes na maioria das regiões brasileiras, por conta do latifúndio escravista e da presença negra. Com a instalação das fábricas e o surgimento de um significativo proletariado urbano no município, passou também a preponderar o discurso que associava o trabalho do imigrante a uma natural propensão à disciplina e à ordem, contribuindo para a edificação de uma sociedade harmoniosa e sem conflitos, onde não teria vez a luta de classes. Ao longo das décadas, a classe dominante em Nova Friburgo transformou o “mito da Suíça Brasileira” na ideologia do “Paraíso Capitalista”.

Palavras-chave: Hegemonia burguesa – ideologia – história política de Nova Friburgo.

RESUMEN

A lo largo de los años se ha vuelto preponderante la imagen que asocia el ayuntamiento de Nova Friburgo a los orígenes históricos de la ciudad colonizada por europeos. Un proceso de “invencción de tradiciones” elaboró el mito de la Suíza Brasileña, colaborando para la idealización de la ciudad “paradisíaca”, donde colonos suizos (y también alemanes) fueron responsables por la formación de una sociedad dotada de patrones culturales avanzados, construyendo las bases de la “civilización” y del “progreso”, en lugar del “barbarismo” y del “retraso” reinantes en la mayoría de las regiones brasileñas, causados por el latifundio escravista y la presencia negra. Con la instalación de fábricas y surgimiento de un significativo proletariado urbano en la ciudad, ha preponderado también el discurso que asociaba el trabajo del inmigrante a una natural propensión a la disciplina e al orden, contribuyendo para la edificación de una sociedad armónica y sin conflictos, donde no habría espacio para la lucha de clases. A lo largo de décadas, la clase dominante en Nova Friburgo ha transformado el “mito de la Suíza Brasileña” en la ideología del “Paraíso Capitalista”.

Galdino do Valle Filho e a nova ordem capitalista em Nova Friburgo

O médico Galdino do Valle Filho, no início do século passado, foi um dos homens políticos pioneiros na elaboração da imagem que se consolidou ao longo dos tempos como a identificar Nova Friburgo a uma espécie de “paraíso capitalista”. O grupo liderado por Galdino iria se destacar como paladino da nova ordem capitalista e burguesa emergente com a industrialização e o desenvolvimento urbano da cidade, advogando, por meio de decisiva propaganda ideológica, a adoção de um projeto modernizador, a ser efetivado com a instalação das primeiras fábricas têxteis na década de 1910. A afirmação e a posterior consolidação deste projeto fizeram parte de uma estratégia política formulada e concretizada na luta travada pelo grupo para desbancar do comando político do município a facção de grandes proprietários ligados à economia do café então decadente.

Durante todo o século XIX, a economia cafeeira foi responsável pelo desenvolvimento da região oriental do Vale do Paraíba do Sul, sob a liderança de Cantagalo. Nova Friburgo organizou sua economia como abastecedora dos gêneros necessários à região e tornou-se, a partir da segunda metade do século retrasado, o principal produtor de alimentos da região. Na década de 1870, com a construção da estrada de ferro, passava a intermediar o café oriundo de Cantagalo em direção ao porto do Rio de Janeiro e os produtos da capital rumo à região do Paraíba Oriental. O município cresceu e surgiram novos estabelecimentos comerciais, hotéis, escolas (como o Colégio Anchieta e o Colégio das Doroteias) e indústrias do ramo da construção civil, logo constituindo-se no centro urbano da região, onde os barões do café, como Antônio (pai) e Bernardo Clemente Pinto (o filho, posteriormente, Conde de Nova Friburgo), possuíam diversas propriedades e acabavam por influir decisivamente na política local. Foi Antonio, inclusive, quem recebeu do Imperador Pedro II, em 1857, a concessão para a construção da Estrada de Ferro Cantagalo, que ligaria o Rio de Janeiro a Cantagalo, inaugurada somente em 1873.

O fato é que, no início do século XX, a região em torno de Nova Friburgo sofria o instante derradeiro de uma economia que se sustentara, até o fim do século anterior, sobre o latifúndio escravista. Em contrapartida, assistia-se ao crescimento comercial e urbano de Friburgo, onde já havia diversas oficinas ligadas ao setor de vestuário (alfaiatarias e sapatarias) e à fabricação de ferramentas, pequenas fábricas de alimentos (cerveja e café), além de um intenso comércio ambulante. A população crescia, e Nova Friburgo já se constituía, segundo o Censo de 1900 (IBGE), na terceira cidade do centro-norte fluminense, com 16.117 habitantes, atrás apenas de Cantagalo (29.856 habitantes) e Itaocara (17.305). Durante os vinte anos seguintes verificou-se o aprofundamento desta tendência, com o célere crescimento da população friburguense em cerca de

78% (em 1920, são 28.651 habitantes, segundo o Censo do IBGE), paralelamente ao esvaziamento progressivo das cidades da periferia, que viviam a crise da economia cafeeira. Nova Friburgo, tendo se tornado sede de vários empreendimentos ligados ao comércio e à indústria, mesmo que ainda incipientes, foi se afirmando como um pólo de atração para os contingentes populacionais em fuga das então adversas condições de vida no campo.

Com o advento da República, veio a transformação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo em município e o seu desmembramento de Cantagalo, numa medida que fazia parte da estratégia de Deodoro da Fonseca para a consolidação de seu poder político nos Estados. Esta mudança não representou uma ruptura no quadro político local, que continuou sob o domínio dos setores ligados à grande propriedade, com destaque para os coronéis Galiano das Neves (pai e filho) e o médico Ernesto Brasília, os quais ocuparam a presidência da Câmara Municipal e, por extensão, o governo da cidade, de 1890 a 1910, quando então surgiu o movimento de oposição encabeçado por Galdino do Valle Filho.

Galdino, nascido a 24 de setembro de 1879, filho de um proeminente homem político do município, Dr. Galdino Antonio do Valle, também médico, pertencente a uma família de fazendeiros em Sapucaia, começou sua ação política partindo de uma situação vantajosa quanto ao capital pessoal de notoriedade acumulado: de um lado, por ser filho de renomado homem público e, de outro, por ser médico recém-formado, numa região carente, à época, de tais serviços. Sua atividade profissional iria render um reconhecimento inicial por parte da população, o que facilitaria a sua projeção na vida política, impulsionado por seu pai. Mas o que faria dele uma destacada liderança política, dando-lhe condições de forjar um novo e influente grupo político, capaz de disputar e conquistar o poder local, seria o seu projeto de cidade, embasado em uma visão de mundo que pregava, acima de tudo, o advento do progresso e da civilização que somente a indústria seria capaz de trazer para o município.

Entusiasmado pelas teorias científicas que predominavam na virada do século XIX para o XX, ideias com as quais entrou em contato na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi colega de Azevedo Amaral e Carlos Chagas, Galdino encarnou, mais do que ninguém à época, os ideais burgueses de progresso e civilização, que vislumbravam como necessária e urgente a modernização da cidade. Era preciso, pois, desencadear a mobilização da sociedade friburguense (ou de sua parte interessada) no sentido da substituição do grupo político então dominante, formado por representantes dos fazendeiros do café. Galdino tornava-se o porta-voz do projeto modernizador que, através das páginas do seu Jornal *A Paz*, fundado em 1906, pregava a grande transformação da cidade. Somente a instalação de indústrias, patrocinando novos empregos e produzindo lucro e riqueza, seria capaz de elevar a cidade aos padrões da chamada civilização ocidental.

A fim de concretizar seu plano, Galdino liderou, por meio do jornal *A Paz*, campanha em prol da entrega da concessão para a exploração de energia elétrica no município ao empresário alemão Julius Arp, condição exigida por este para instalar a Fábrica de Rendas em Nova Friburgo. Travou-se uma verdadeira guerra na cidade, com manifestações públicas que redundaram na “Noite do Quebra-Lampiões” e em “quebra-quebra” na Câmara Municipal, a 17 de maio de 1911. O Legislativo Municipal, presidido pelo Coronel Galiano Emílio das Neves Júnior, representante do decadente grupo dos fazendeiros do café, era contrário às pretensões de Galdino, pois a concessão da energia elétrica, de sua competência, havia sido dada, em 1906, ao Coronel Antônio Fernandes da Costa, ligado à facção política ainda dominante. Ao negar a concessão da energia elétrica ao Grupo Arp, a Câmara provocou o descontentamento de parte da população, já ganha pela perspectiva de desenvolvimento e de novos empregos que a indústria daria à cidade. Os velhos lampiões da iluminação pública foram quebrados e, em seguida, o prédio do Legislativo foi apedrejado e invadido por uma multidão de quinhentas pessoas.

A estratégia de Galdino terminou por se fazer vitoriosa, com a Câmara, pressionada pela ação popular, sendo obrigada a rever a antiga concessão e a passá-la aos alemães. Logo, durante as décadas de 1910 e 1920, foram instaladas as primeiras fábricas têxteis (Fábrica de Rendas Arp - MARKEIS SINJEN & CIA. - 1911; Fábrica Ypu - MAXIMILIAN FALCK & CIA. - 1912; Fábrica Filó S/A - principais acionistas: Gustav Siems e seu filho, Ernst Otto Siems - 1925) e outras, além de ter sido criada a Companhia de Eletricidade, com capital privado do grupo Arp, que se constituiu no principal representante dos capitais em mãos de empresários alemães em Nova Friburgo. Exercendo o monopólio sobre a concessão da energia elétrica no município, o grupo Arp controlava a instalação de novas indústrias, conquistando inclusive a participação acionária em várias delas.

Além de, por várias vezes, assumir a presidência da Câmara Municipal (ao eleger-se vereador sempre muito bem votado), Galdino foi eleito deputado estadual e federal e prefeito, após a criação deste cargo em 1916 e o estabelecimento de eleições para o mesmo em 1922. Desta data até a Revolução de 1930, o grupo de Galdino do Valle Filho comandaria o poder político em Nova Friburgo, representando, em primeiro lugar, os interesses dos grandes empresários e comerciantes locais, que, desde 1917, estavam organizados na Associação Comercial de Nova Friburgo e influíam nas decisões tomadas pela Prefeitura.

O posicionamento político e ideológico do grupo de Galdino ficou explícito em vários artigos publicados no jornal *A Paz*, porta-voz da corrente liberal, que assumia sempre a defesa dos empresários, por ocasião inclusive de movimentos de luta contra os baixos salários ou por melhores condições de trabalho, organizados pelos operários das fábricas. Nas páginas do veículo celebrava-se a vitoriosa estratégia modernizante adotada pela facção liberal, e o sentimento triunfante da burguesia local ilustrava um quadro romântico de exaltação ao trabalho disciplinado e ordeiro que

seria praticado no interior das fábricas. O artigo *“Friburgo Industrial”*, publicado na edição de 28/03/1915, pintava um quadro idílico no qual os ruídos de máquinas das fábricas de passamanaria e rendas entoariam uma canção em honra ao trabalho, em perfeita sintonia com a paisagem das montanhas e com o clima evocativos da Europa, onde *“os dinamos vão transformando a Suíça em nação industrial, e as solidões alpestres do Tirol se cobrem de manufaturas”*. Suíços e alemães eram representados como uma humanidade ativa (*“ninguém vem viver na América para se divertir e sim para trabalhar”*), em contraposição ao trabalhador nacional, mostrado como passivo e parasita.

Mas o artigo é especialmente significativo por fazer alusão à iniciativa individual, figurada como a vara mágica que impunha leis até à natureza, e que seria gerada pela ambição e pelo interesse. O texto retratava com fidelidade o “espírito” liberal burguês do grupo agora dominante, o qual não se importava em ufanar-se da empresa estrangeira, numa atitude pragmática: *“afaguêmo-la, mesmo alienígena, porque ... os capitais e os dotes não têm pátria”*. Dessa forma, cantando loas à indústria e ao trabalho organizado nos moldes capitalistas, associando a presença do trabalhador europeu a uma ordem harmoniosa e desprovida de conflitos, em que a luta de classes não se estabeleceria, o grupo de Galdino buscava consolidar seu projeto hegemônico na sociedade local.

Na elaboração do modelo de cidade ideal que deveria ser Nova Friburgo, destacou-se toda a construção ideológica definidora de uma identidade cultural que correspondesse ao projeto modernizante burguês. Foi-se buscar no passado de Friburgo, ligando-o à colonização suíça encaminhada por D. João VI em 1818, a origem de um burgo “europeu”, como sinônimo de cidade “progressista” e “harmoniosa”. A imagem de moderna cidade do início do século vinte, inserida no processo de industrialização, casava-se perfeitamente com um passado original de região colonizada por europeus, onde a pequena propriedade trabalhada pelos imigrantes brancos, “civilizados” e “ordeiros” não teria permitido, de um lado, a presença do latifúndio e da mão de obra escrava e negra, símbolos de um país decadente, em vias de ser ultrapassado e esquecido; de outro, também não se verificaria o conflito social onde a colaboração entre as classes deveria ser a norma.

A construção da hegemonia liberal: o mito da “Suíça brasileira”

O conceito de hegemonia proposto pelo pensador e militante comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) é peça-chave para o entendimento do processo de consolidação do projeto liberal burguês em Nova Friburgo. Hegemonia significa a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto sociopolítico um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas.

Logo, a hegemonia é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso e não mediante a coerção. Pressupõe, além da ação política, a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade. O pensamento político e ideológico, dessa forma, apresenta-se como uma realidade prática, porque, ao ser compreendido e aceito pelos sujeitos sociais, torna-se poder material, converte-se em ação prática, ou, mais precisamente, em *práxis*, “*categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação*” (VÁZQUEZ, 1968: 05).

A ideologia, no momento em que se trava o debate ou o conflito social aberto, é uma verdade interiorizada por quem a defende, é o sentido comprovado, a intencionalidade da ação. Renovaria, assim, a função tradicional dos mitos e das religiões, qual seja, a de garantir o consenso social por meio da construção de um paradigma a designar as posições sociais, ao mesmo tempo em que as justifica. Somente aos olhos da posteridade, passado o momento da exaltação, é possível enxergar o caráter contraditório da ideologia, a carregar consigo diferentes funções: o mesmo discurso pode ocultar aos sujeitos o sentido objetivo da ação; concretizar um projeto político, como a tomada de poder; ou iludir as classes dominadas. Afinal, toda ideologia política comporta em seus traços essenciais também realizar distorções, ocultação de certas relações ou experiências sociais, porque toda visão de mundo traz no seu bojo uma forma muito específica de apreender a realidade social, própria de um determinado grupo. Toda classe que visa defender sua existência e seus interesses, produz um saber parcial, ligado à sua própria particularidade. Por isso mesmo, a ideologia não pode ser confundida apenas com mera manipulação, simples ilusão ou distorção da verdade. “*A ideologia política possui precisamente a especificidade de não ser um discurso verdadeiro nem falso no sentido científico da palavra, e sim fundir na mesma lógica a verdade e a ocultação polêmica, as instituições vivas e as distorções*” (ANSART, 1978: 196).

A ideologia é, pois, consciência política ligada aos interesses de determinada classe, uma visão de mundo, portanto, presente nas atitudes dos sujeitos sociais e políticos. Mais que um sistema de ideias, relaciona-se com a capacidade de inspirar e orientar a ação política, de acordo com o imaginário de cada grupo social, transformando-se, assim, numa força simbólica historicamente criadora. Baseando-se na ideia de Marx presente no célebre “*Prefácio à Crítica da Economia Política*” (MARX, 1996: 52), Gramsci afirma que as ideologias são o terreno no qual os homens adquirem consciência da sua posição de classe e do conflito em que estão situados, assumindo a luta e a conduzindo até o fim. A política, se nasce da articulação dos interesses mais imediatos e da representação dos grupos sociais, fundando-se necessariamente no terreno do

econômico, precisa superar o momento meramente corporativo, para atingir o instante da consciência ético-política, em que o grupo social busca assumir papel hegemônico na sociedade.

A construção da hegemonia burguesa em Nova Friburgo deve ser entendida como decorrente da associação do processo econômico e social resultante da expansão e consolidação das relações capitalistas na cidade com as lutas políticas capitaneadas pelo grupo de Galdino do Valle Filho, processos estes responsáveis pela derrocada final da ordem aristocrática fundada, ao longo do século XIX, no latifúndio escravista. A nova ordem capitalista e liberal burguesa não se afirmaria, ainda, sem o desenvolvimento e a imposição de uma nova visão de mundo, uma nova ordem cultural e ideológica (o novo consenso, novo senso comum, segundo Gramsci), marcada pela construção idealizada do passado de Friburgo.

A imagem idealizada da cidade seria cuidadosamente elaborada quando das comemorações em prol do centenário de Nova Friburgo, em 1918, pelas autoridades e pela imprensa locais, momento em que seriam criados os símbolos da “Suíça Brasileira”, como o Hino e a Bandeira de Nova Friburgo, além de se realizar uma Sessão Solene na Câmara Municipal, no dia 19 de maio, com palestras proferidas por personalidades de fora da cidade, como um representante do Instituto Histórico-Geográfico Fluminense, Luiz Palmier, e o jornalista Agenor de Roure, “filho ilustre de Friburgo” (descendente de franceses fundadores do bairro de Lumiar), que ocupava o cargo de redator de atas na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Estas autoridades, dentre as quais vários representantes do Governo de Estado, de câmaras dos municípios vizinhos e um Ministro da Suíça, vinham, com seu peso intelectual e institucional (capital cultural e simbólico, segundo Pierre Bourdieu), dar legitimidade ao projeto que se desejava construir.

Destacava-se a presença de Agenor de Roure, de quem se pode dizer ter sido um dos grandes ideólogos do mito da Suíça Brasileira. De Roure, que, em 1921, viria a ser o secretário particular do Presidente da República Epitácio Pessoa, já em 1915 apresentara às autoridades friburguenses a proposta de comemoração do centenário de Nova Friburgo, firmando a data de 16 de maio de 1918 para o evento, quando faria cem anos a assinatura do decreto de D. João VI que confirmara o projeto de colonização. A escolha de tal data, mais tarde, seria motivo de polêmica entre escritores e historiadores em Friburgo, pois muitos argumentariam que faria mais sentido comemorar o aniversário do município tomando por base o ano de 1820, quando os suíços chegaram efetivamente à fazenda do Morro Queimado e assentaram simbolicamente a fundação da Vila de Nova Friburgo.

Importa realçar, então, a tese de Agenor de Roure sobre a fundação de Nova Friburgo, a qual se ajustaria perfeitamente ao projeto modernizador de Galdino do Valle Filho e de seu grupo. Além de apresentar D. João VI como um “*rei liberal*”, por este ter aberto os portos brasileiros ao comércio das “nações amigas”, dando fim ao monopólio da metrópole sobre a colônia, Agenor de

Roure afirmava que a criação de Friburgo teria feito parte de uma “*nobre e elevada preocupação*” do monarca português em dar uma nova orientação ao povoamento do país. A sua palestra na Câmara Municipal de Nova Friburgo (DE ROURE, 1918: 243-266) apresentava a fundação da Colônia do Morro Queimado como a fazer parte de um amplo projeto de D. João VI, visando a corrigir a formação étnica da Pátria Brasileira, a qual teria sido perturbada e viciada pelo sistema de povoamento até então seguido. À “*influência nefasta*” da escravidão, responsável pela caça aos indígenas e o roubo de negros na África, teria vindo somar-se negativamente o processo de transferência, para o Brasil, de criminosos e degenerados da Europa, transformando a colônia em depósito da “*escória*” europeia, segundo ele, arrebanhada nos antros da vadiagem de todas as grandes cidades marítimas, processo este que teria continuado após a Independência, com a imigração subvencionada.

Para Agenor de Roure, a intenção de D. João VI teria sido a de, introduzindo colonos brancos e livres, “*homens capazes*”, industriais e agricultores, promover o rápido progresso do país e, com o tempo, forjar uma nova nacionalidade, com caracteres de uma “*raça perfeitamente definida*”. Através de cruzamentos étnicos, a partir da instalação de colônias suíças, alemães, irlandesas, açorianas, promover-se-ia a substituição dos núcleos de povoamento iniciais, formados por homens sem vontade, sem liberdade e sem instrução, incapazes de gerar uma “*alma nobre*”, de ter iniciativa, lutar e vencer. Tão logo a nacionalidade estivesse formada, com os novos traços culturais e étnicos, as linhas principais deste novo caráter seriam perpetuadas por meio da hereditariedade, conservadas sem mais necessidade de outros cruzamentos.

O pensamento de Agenor de Roure operava na lógica das teorias raciais formuladas por autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, que, em fins do século XIX, trabalhavam dentro da perspectiva evolucionista desenvolvida na Europa pelo positivismo comtiano, o darwinismo social e o spencerianismo. A história brasileira era apreendida em termos deterministas, com o clima e a raça servindo como aspectos definidores de seu “atraso”. Começava, assim, a ser elaborado o mito das três raças, atribuindo ao elemento branco uma posição de superioridade na constituição da população brasileira, ao passo que o negro e o índio eram apresentados como entraves ao processo civilizatório (ORTIZ, 1985).

No momento das comemorações pelo centenário de Nova Friburgo, portanto, estavam sendo criadas as tradições que passariam, anos mais adiante, a fazer parte do calendário oficial da cidade. Estas tradições inventadas, para utilizar a expressão de Eric Hobsbawm, passaram a fazer parte do imaginário social criado pelas classes dominantes locais e, transformadas em ideologia, viriam a ser amplamente difundidas e incorporadas pela maioria da população friburguense. Se a esperança dos pioneiros emigrados, expressa em seu canto de partida da Suíça, segundo o qual buscavam a “*vantagem de ser burgueses para sempre*” (NICOULIN, 1996: 136), não encontrou o terreno

desejado, sua imagem ilusória inicial acabaria por ser resgatada, um século mais tarde, pelos homens políticos interessados em constituir uma identidade cultural para o município, dentro do projeto maior da construção da nova ordem hegemônica burguesa. O passado, manipulado em função dos interesses do presente, não seria mostrado em sua totalidade, promovendo-se a *“ocultação dos aspectos não oficiais do acontecimento escolhido, notadamente, das provações e lutas dos setores populares”* (CHESNEAUX, 1995: 31).

Há que se desmitificar a visão idílica que envolve a vinda dos migrantes suíços para Nova Friburgo. Tratava-se, na verdade, de indivíduos considerados “indesejáveis” na Suíça, obrigados a fazerem parte de uma “operação limpeza” ou de escaparem da fome e da miséria que grassavam em várias regiões do país. Enfrentaram trágica viagem, durante a qual morreu um em cada seis emigrados. As condições adversas encontradas na fazenda do Morro Queimado, cujas terras distribuídas eram de qualidade desigual, muitas das quais incultiváveis e localizadas em encostas e picos escarpados, completaram o quadro de uma situação desesperadora. Pintados como valentes desbravadores e colonizadores, os suíços enfrentaram imensas dificuldades para se estabelecerem na colônia, não encontrando a mínima infraestrutura ou os recursos prometidos pelo Governo de D. João VI. Acalentando o sonho do enriquecimento rápido e fácil, os imigrantes se depararam com outra realidade: pequenos lotes de terra e vias de escoamento dos possíveis produtos excedentes em péssimas condições.

Após a fase inicial, quando os colonos foram mantidos pelos subsídios enviados pela Corte Portuguesa instalada no Rio de Janeiro, a população de 1.662 suíços fixados em 1820 caíra para cerca de 600 em 1830, os restantes tendo emigrado em busca de melhores condições no Rio, em Macaé e, principalmente, em Cantagalo, onde o café proporcionava o sonho de riqueza imediata. Ficaram em Nova Friburgo aqueles que conseguiram vencer as adversidades na lavoura, dedicando-se à agricultura de subsistência (NICOULIN, 1996: 221). Além disso, já se vinha verificando uma progressiva ocupação luso-brasileira da região, cujos integrantes tiveram maior participação na vida econômica local e assumiram de fato a direção político-administrativa da Vila. Os suíços acabaram marginalizados, casando-se entre si e constituindo pequenos núcleos concentrados nas imediações da Vila.

Há também que se rechaçar a falsa versão que postula a ausência de escravos em Nova Friburgo. Mesmo não tendo igual peso que os municípios vizinhos, cujas economias eram cafeeiras e escravistas, a exemplo de Cantagalo, a escravidão negra fez parte da formação histórica de Friburgo. O Censo Demográfico de 1872 (fonte: IBGE) indica a existência de 897 escravos em meio à população de 6.303 habitantes da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, perfazendo cerca de 14% da população. Nas paróquias, onde se fixava a grande maioria da população, suplantando em muito (70% do total do município) a área urbana, esta percentagem era bem maior,

já que representavam regiões dedicadas à lavoura do café. Em São José do Ribeirão, atual município de Bom Jardim, os escravos equivaliam a 39% da população da paróquia (3.072 contra 7.962), enquanto que, em N. Sra. Conceição do Paquequer (hoje município de Sumidouro), representavam 54% dos habitantes do local (2.167 escravos em meio a 4.015 moradores).

Portanto, nos distritos da periferia da cidade, predominava a mão de obra escrava dedicada à lavoura. Nas áreas centrais, pontificavam os escravos domésticos e de ganho, e a existência de um rígido Código de Postura confirmava a preocupação da classe dominante local com possíveis revoltas dos escravos. Numa conjuntura de crise do escravismo, após a interrupção do tráfico negreiro no Brasil desde 1850 e em meio à campanha abolicionista que crescia nas grandes cidades brasileiras, o número de escravos em Nova Friburgo era ainda bastante significativo.

Suíços *versus* alemães

No entanto, a construção do mito da Suíça Brasileira não se fez sem lutas e tensões. A identificação de Nova Friburgo com a história dos suíços confrontou-se com a presença de significativa colônia de alemães no município, constituindo, nas primeiras décadas do século XX, importante núcleo social, cultural e político por causa das fábricas, nas quais ocupavam lugar de destaque, como acionistas, diretores ou fazendo parte da “elite operária”. Sua influência sobre os destinos políticos da cidade foi muito mais evidente que o de qualquer outro grupo social, ao menos até o fim da Segunda Guerra Mundial. Não é à toa que os discursos associando Friburgo aos pioneiros suíços tornaram-se mais intensos nas conjunturas imediatamente posteriores às duas guerras mundiais, quando a imagem dos alemães esteve bastante abalada.

O baixo prestígio de que gozavam os germânicos em fins da década de 1910 pode ser comprovado por um artigo publicado no jornal *Cidade de Friburgo*, de propriedade do então Prefeito Sílvio Rangel, na edição de 08 de maio de 1918, às vésperas das comemorações do centenário de Nova Friburgo, que tiveram do veículo uma ampla cobertura. Nova Friburgo era chamada de “*Canaan bíblico*”, “*terra de pasmosa fertilidade*”, na qual era destaque a “*benignidade do clima*”. Deixando de se referir aos enormes problemas enfrentados pelos colonos e ao abandono do local, por parte da maioria dos imigrantes suíços, anos após a inauguração da colônia, o autor do artigo, Enoy Pontes, enumerava apenas os aspectos positivos do projeto de colonização, além de incensar as figuras dos suíços como responsáveis pelo “sucesso” do empreendimento, pois teriam se adaptado perfeitamente à terra e à nova nacionalidade.

Já o retrato dos alemães era pintado de forma oposta ao dos suíços: se estes apareciam como forjadores de uma população na qual se encontrariam uma “*sobriedade de maneiras*” e uma “*moral austera*”, das “*colônias suspeitas dos alemães*” teriam partido “*os exemplos de rebeldia e conquista*”

extravagante”, provável referência aos conflitos desencadeados entre dirigentes católicos da colônia suíça e alemães praticantes da religião luterana, durante o século XIX (no ano de 1824, a vinda de 324 imigrantes alemães, dentre os quais muitos protestantes, foi organizada pelo Ministro José Bonifácio de Andrada para reativar a Vila de Nova Friburgo, cuja decadência e esvaziamento já eram evidentes desde o retorno de D. João VI a Portugal, quando cessaram os subsídios reais à colônia). Mas o teor do artigo também fazia sentido em meio à conjuntura do final da Primeira Guerra Mundial, quando os alemães eram execrados pela opinião pública internacional e nacional.

Esta caracterização extremamente negativa a respeito dos alemães foi construída no desenrolar da guerra, tornando-se mais acintosa a partir de 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, e francamente virulenta em 1917, após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o que levou o Brasil a declarar guerra à Alemanha. Por esse motivo, inclusive, o Sanatório Naval de Friburgo recebeu, na condição de prisioneiros, 226 oficiais e marinheiros da Marinha Mercante alemã, que se encontrava aportada em Recife naquele ano de 1917. Os prisioneiros ali ficaram durante o restante da guerra, sendo que alguns deles foram posteriormente contratados pelas fábricas Ypu e Arp, que aproveitaram seus conhecimentos de técnicos em máquinas e de administradores. Finda a guerra, boa parte deles retornou à Alemanha, mas outros se mantiveram na cidade, engrossando a colônia alemã existente. De qualquer forma, a presença dos prisioneiros em Nova Friburgo, naquele momento, só poderia contribuir no sentido da caracterização negativa dos alemães.

No entanto, passado o momento de maior acirramento e tensão provocado pelos conflitos decorrentes da Primeira Guerra Mundial, a forte presença da colônia alemã em Nova Friburgo, graças, acima de tudo, ao papel desempenhado pelas fábricas têxteis, acabaria se impondo como uma realidade impossível de ser obliterada. Para tal muito contribuiu a organização dos alemães em torno de uma entidade sócio-cultural que teria também importante papel político a cumprir, a Sociedade Alemã de Escola e Culto.

A Sociedade Alemã, como ficaria mais conhecida, foi criada em 1921, em reunião organizada pelos proprietários das fábricas, Julius Arp e Maximilian Falck, com o intuito de facilitar a integração à cidade de um novo contingente de imigrantes, famílias de operários alemães, no mês de junho daquele ano. A Sociedade se constituiria em um “*centro aglutinador e difusor da cultura teutônica*” (SILVA, 1990: 35), onde funcionou a Igreja Luterana e uma escola para os filhos dos operários, tendo servido ainda como centro recreativo e cultural. Mas também exerceu a função de controlar a oferta de trabalho nas fábricas, privilegiando a seleção de operários com sobrenomes alemães e reunindo informações sobre o conjunto da força de trabalho industrial na cidade, fazendo com que os operários demitidos enfrentassem grande dificuldade para conseguir novo emprego

(CORRÊA, 1985; 107). Este controle pode ser confirmado ainda pela ausência, durante vários anos, de negros trabalhando nas fábricas.

Na década de 1930, muitos dos integrantes da colônia alemã de Nova Friburgo se reuniram com frequência na sede da Sociedade para comemorar o retorno à condição de potência europeia de seu país natal, o qual estaria se recuperando, assim, da situação humilhante imposta ao final da Primeira Grande Guerra. A ascensão de Hitler era entendida como reação natural à crise econômica e social decorrente das indenizações de guerra, dos empréstimos contraídos com os banqueiros norteamericanos e dos reflexos do *crack* de Nova Iorque, que provocaram grande onda de desemprego. O nacional-socialismo, trabalhando sobre as ideias de nação e raça, teria reconquistado a unidade e a coesão do povo alemão, ao libertá-lo, a um só tempo, das “*garras do capitalismo estrangeiro*” e da “*praga comunista*”, eliminando as lutas entre capital e trabalho, conforme palavras de Edmundo Weber, membro ativo da Sociedade Alemã, em artigo publicado no jornal *O Nova Friburgo*, na edição de 29 de janeiro de 1933.

Muitas foram as referências, na imprensa local, às atividades da Sociedade, como as festas politicossociais organizadas pelos admiradores de Hitler, os quais conseguiam reunir numerosa assistência, notando-se a presença de muitos brasileiros e de uma comitiva da colônia italiana, uniformizada à caráter para representar o partido fascista da Itália. Eram ouvidos os hinos alemão, brasileiro e italiano e diversas vezes aclamados os nomes de Hitler e de Mussolini. Música, dança, números humorísticos animavam os presentes, dentre os quais se destacavam, na organização dos eventos, o capitão aviador Edmundo Weber, Emílio Cleff e Max Küenzel, diretores da Fábrica Ypu, que representavam o Grupo Friburguense do Partido Nacional Socialista Alemão. Estes proferiam discursos enaltecendo a personalidade e os ideais de Hitler, louvado pelo combate ao comunismo e como continuador da obra iniciada pelo “*inesquecível estadista Otto Bismarck*”, conforme noticiado em *O Nova Friburgo*, em edições de dezembro de 1932 e maio de 1933.

Também eram cobertas pela imprensa as comemorações do dia 1º de maio, como a de 1935, registrada por *O Friburguense* na edição do dia 05 de maio daquele ano. As maiores indústrias organizaram grandes festas para seus operários, com jogos, distribuição de brindes, comes e bebes. Os gerentes das principais fábricas discursaram, rendendo homenagens tanto ao trabalho intelectual quanto ao manual, rejubilando-se com o fato de o Brasil não ter sentido, com a mesma intensidade que outros países, os reflexos da depressão econômica que assolava o mundo capitalista. O gerente da Fábrica de Filó, Ernest Otto Siems, enaltecia o trabalho como única atividade capaz de promover o desenvolvimento e o progresso de um país, garantindo-lhe o merecido lugar na comunidade das nações. Na Fábrica de Rendas Arp, o Sr. Richard Ihns, diretor-geral conhecido por sua truculência na forma de tratar os operários, também proferiu discurso em honra ao trabalho. O discurso de Ihns concitava a comemorar aquela data não como expressão da luta entre as classes, mas dentro da nova

compreensão das coisas que, segundo ele, passava a prevalecer no mundo, almejando-se o entendimento e o interesse mútuo e deixando-se de lado as lutas ferozes e as demonstrações hostis. O ponto alto das festas promovidas pelas indústrias era o pagamento aos operários do salário correspondente àquele dia, seguindo o exemplo praticado na Alemanha de Hitler, que, desde 1933, instituíra o Primeiro de Maio como o dia oficial nacional do trabalho, como estratégia de atração do proletariado para o seu projeto político.

Tais acontecimentos davam mostra da forte influência exercida pela Sociedade Alemã de Escola e Culto, que congregava então mais de cem associados. Seus dirigentes eram os donos, diretores e gerentes das principais fábricas de Nova Friburgo. Estes forneciam constantemente à imprensa local, como se pode notar pelos vários artigos publicados na época, muito material de propaganda em prol da Alemanha nazista. Nas solenidades da Sociedade Alemã ou nas comemorações do 1º de maio organizadas pelas fábricas estavam sempre presentes destacadas figuras da comunidade friburguense, tais como representantes da Igreja Católica e entidades a ela ligadas (Associação Católica da Juventude Friburguense, Colégio Anchieta), diretores da Associação Comercial e da Liga dos Proprietários, autoridades municipais, jornalistas e até membros dos sindicatos de trabalhadores. Pode-se dizer que a Sociedade Alemã transformou-se em importante aparelho privado de hegemonia, atuando em favor da fração burguesa liderada pelos capitalistas de origem alemã, interessada em promover, junto à sociedade friburguense, os valores políticos e culturais em desenvolvimento na Alemanha sob Hitler.

Não foi à toa que o Prefeito Hugo Motta, no ano de 1935, decretou feriado municipal para o dia 25 de julho, instituído pela colônia alemã do sul do país como o “Dia do Colono”, representando a data da chegada dos primeiros alemães ao Rio Grande do Sul em 1824. No ano seguinte, criado o Círculo de Nova Friburgo da Federação 25 de julho, o Dia do Colono foi comemorado em grande estilo, no salão nobre da Escola Alemã, reunindo grande número de participantes e autoridades. No palco do auditório, conforme foto estampada pelo jornal *O Nova Friburgo* em 06 de agosto de 1936, pontificavam as bandeiras da Suíça, do Brasil e da Alemanha nazista, com a suástica em destaque.

Mas as atividades políticas da Sociedade Alemã de Escola e Culto sofreram rude golpe em 1938, por causa do decreto do Ministério da Justiça proibindo que os estrangeiros radicados no país exprimissem ideias partidárias ou se organizassem em associações que tivessem sede no exterior. A publicação de artigos, comentários ou entrevistas com teor político ou doutrinário na imprensa ficava igualmente impedida. O governo do Estado do Rio de Janeiro designou interventores para a entidade dos alemães e para a Casa di Itália, e diversos membros destas agremiações foram presos e conduzidos à Casa de Detenção de Niterói. Com isso, o grupo nazista foi afastado da associação e, de imediato, iniciou-se o processo de sua nacionalização, completado nos anos seguintes, quando

novos estatutos sociais foram aprovados e a entidade, renomeada (em 1942, passaria a se chamar Sociedade Esportiva Friburguense, seu nome atual). Seus objetivos principais passaram a ser o incremento dos esportes, a realização de reuniões de caráter cultural e estético e o estímulo às relações de amizade entre brasileiros e alemães. O número de alemães associados ao clube caiu vertiginosamente na segunda metade dos anos de 1940, limitando-se a 1/3 do total de agremiados (SILVA, 1990: 37-38).

De Suíça Brasileira a Paraíso Capitalista: a retomada do projeto liberal

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e após longo ostracismo decorrente da perseguição política sofrida por seu grupo durante o Estado Novo, a fração liberal da classe dominante em Nova Friburgo, sob a liderança do médico Galdino do Valle Filho, rapidamente se organizou para tentar apagar do passado histórico recente da cidade a influência dos alemães e do nazismo. Destaque-se que, durante todo o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e até o seu término, Galdino, através do jornal *A Paz*, não deixou de desfechar ataques ao nazifascismo, coerente com sua visão liberal de mundo. No entanto, com a preocupação de evitar o rompimento da aliança política com os empresários, defendia a manutenção das relações de amizade e cortesia com a colônia alemã. Por isso procurou, a todo custo, isentar a maioria dos alemães radicados em Friburgo de quaisquer ligações com grupos nazistas, a exemplo do que fez através do artigo intitulado “*Quinta-Coluna*”, publicado em seu jornal no mês de abril de 1942, por meio do qual tentou refutar a inclusão de Nova Friburgo em um vasto triângulo territorial dentro do qual se instalara o “quartel-general dos 5ª-colunas” no Brasil (triângulo este formado pelas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, com um de seus lados passando por Juiz de Fora e Nova Friburgo), conforme denúncias veiculadas na imprensa brasileira.

Após a guerra, no momento em que já se tinha amplo conhecimento dos crimes cometidos por Hitler e seus seguidores, era preciso apagar da memória coletiva da cidade a presença do nazismo, para o que foi necessário inclusive obscurecer a contribuição dos alemães na formação histórica do município. Por conta disso, em maio de 1947, Nova Friburgo voltava a celebrar a sua “data máxima”, que, desde o Centenário, em 1918, deixara de ser comemorada, ou seja, o 16 de maio, que remontava à formação da colônia suíça. No ano de 1948, as comemorações foram oficializadas pelo Prefeito César Guinle (eleito pela UDN, partido formado, em Nova Friburgo, pelo grupo de Galdino), que declarava feriado municipal o dia 16 de maio, abrindo crédito especial para as solenidades e decretando o encerramento do expediente nas repartições municipais nos dias 13, 14 e 15.

Uma semana inteira de festividades foi organizada pela Comissão de Turismo, a qual, indicada e presidida pelo Prefeito, foi composta pelos presidentes da Associação Comercial e da Câmara, por industriais e comerciantes, pelo Diretor da Companhia de Eletricidade, pelo Delegado de Polícia, pelo Monsenhor Teixeira, representando a Igreja Católica, e outras entidades, como o Movimento Pró-Friburgo, a Liga de Esportes, a Sociedade Friburguense de Turismo, o Parlamento Estudantil, além dos jornais e da Rádio. Em suma, a “nata” da sociedade friburguense, excluídos os trabalhadores, estava representada na comissão organizadora do evento, evidenciando a preocupação com que ficasse sacramentada a data de fundação da cidade no imaginário de toda a população. Os festejos, dentre inúmeras atividades, tiveram como um dos pontos altos a “Grande Parada”, desfile pela avenida principal da cidade, com a participação dos colégios, a Liga de Esportes, clubes sociais, etc, e culminou na “romaria aos túmulos dos fundadores e das pessoas de relevo da vida friburguense”, como noticiava *O Nova Friburgo* em 15 de maio de 1948.

A importância atribuída ao evento pelo grupo que se dedicou ativamente à preparação e organização das festividades ficou explícita no discurso proferido por Galdino do Valle Filho, transmitido pela Rádio Sociedade de Friburgo no dia 13 de maio daquele ano e publicado na íntegra em *O Nova Friburgo*, na edição do dia 23. O discurso, a exemplo daquele produzido trinta anos antes por Agenor de Roure, mantinha a abordagem raciológica, identificando nos suíços a “*raça modelo*” a servir de paradigma na construção dos destinos da cidade, mas havia algo de novo despontando das entrelinhas: a vinculação do povo suíço a uma tradição de cultivar a liberdade e a democracia, palavras mágicas naqueles tempos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Se, nos idos de 1918, quando estava em jogo afirmar o processo de industrialização e urbanização de Nova Friburgo, a imagem elaborada em torno dos fundadores do município buscava ressaltar o amor ao trabalho, o espírito de iniciativa, o dinamismo e a perseverança responsáveis pela conquista do progresso e da civilização em condições adversas, após a Segunda Grande Guerra procurava-se enfatizar aspectos ligados à temática ora dominante na conjuntura política mundial e nacional: a reafirmação da democracia liberal e a condenação aos regimes totalitários.

A fala de Galdino homenageou ainda a figura de D. João VI, a cuja “*feliz inspiração*” ou “*lúcida intuição*” Nova Friburgo devia seu nascimento. Mas sua homenagem visava enfatizar também o que ele denominaria (copiando a tese de Agenor de Roure) de “*plano verdadeiramente revolucionário para a época, de instaurar aqui a primeira colônia de homens livres, para o trabalho livre, que se fundou no Brasil*”.

Além do amor à liberdade, os suíços teriam sido capazes de legar uma herança de inumeráveis virtudes aos friburguenses, sobre os ombros dos quais, segundo o orador, repousava imensa responsabilidade em dar prosseguimento a qualidades tais como a sobriedade e a abnegação, a austeridade e o conservadorismo, a firmeza nas convicções e crenças, a dedicação ao trabalho

construtivo e ao árduo labor da terra, as mais nobres preocupações de probidade, lealdade e decência. Os suíços, agora, eram enaltecidos por outras qualidades que não estavam apenas associadas ao trabalho, mas, principalmente, ligadas a uma “tradição democrática”. Apontados então como amantes da liberdade e da democracia, instrumentos a serviço da paz mundial, os suíços serviam como contraponto ideal aos belicosos alemães, nunca mais citados pelos articulistas dos periódicos friburguenses, mas com certeza a rondar, feito fantasmas, suas consciências, agora que haviam sido retomadas as mais legítimas preocupações de cunho liberal.

Foram os governos dos prefeitos da UDN (César Guinle - 1947/1950; Heródoto Bento de Mello - 1964/1967), nitidamente identificados como continuadores da facção liberal inaugurada por Galdino do Valle Filho, que retomaram com intensidade o discurso ideológico voltado a identificar Nova Friburgo à Suíça Brasileira. Tratava-se, segundo o engenheiro Heródoto (que voltou a governar Nova Friburgo nos períodos de 1982/1988, 1994/1996 e foi novamente eleito prefeito em 2008), de “*promover culturalmente o povo de Nova Friburgo dentro dele mesmo*”, de “*desenvolver o povo*” através de suas “*raízes culturais*” e de suas “*origens*”. Promovendo-se “*Nova Friburgo na Suíça*” dar-se-ia “*uma nova dimensão a Nova Friburgo*”, conforme entrevista concedida à *Revista Zoom*, edição nº 17, no ano de 1987.

E foi exatamente o grupo de Heródoto que cunhou a expressão “Paráiso Capitalista”, no período em que esteve à frente do Executivo Municipal, na década de 1980, momento em que o empresariado local se rejubilava com a expansão da indústria têxtil e metalúrgica e pregava um pioneiro discurso neoliberal, ao exaltar o que teria sido, em Nova Friburgo, uma “*bem-sucedida experiência de capitalismo*”, construída pelo esforço individual de empresários cujo sucesso nos negócios seria demonstrativo da competência e da capacidade pessoal de cada um e de seus “*antepassados*”, os primeiros industriais, precursores do progresso e da civilização na cidade. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 18/09/1983, assim declarava Heródoto: “*Ganhei as eleições dizendo ao povo o quanto é bom ganhar dinheiro. (...) Nós prosperamos de acordo com a escola europeia: trabalho, ordem, organização, limpeza.*”

Assim se traduzia, com flagrante transparência, a visão das classes dominantes a respeito de suas pretensões na cidade, onde o encontro do passado histórico singular (de uma comunidade europeia erigida em meio ao considerado crônico atraso brasileiro) com o individualismo burguês transformava a “Suíça Brasileira” em “Paráiso Capitalista”. Mas o grupo era também capaz de manipular escandalosamente o passado, através de ilação tal como: “*Nunca houve uma greve em Nova Friburgo*”, proferida, na mesma entrevista citada acima, pelo então Prefeito, que assim buscava reafirmar a ideia de uma sociedade harmoniosa e sem luta de classes, ao negar a própria existência do movimento operário, cuja história na cidade não foi nada desprezível, pelo contrário. Mas esse assunto teria de ser objeto de outro artigo.

A destacada atuação de homens políticos como Galdino do Valle Filho, Agenor de Roure, Heródoto Bento de Mello, dentre outros, agindo, ao longo da história de Nova Friburgo, como verdadeiros intelectuais orgânicos, ou seja, organizadores da classe e “*persuasores permanentes*” na construção da nova hegemonia (GRAMSCI, 2000: 53), foi determinante para que se consolidasse na sociedade friburguense o projeto liberal-burguês e capitalista, tendo sido fundamental a ação política mobilizadora desenvolvida por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia (partidos, meios de comunicação, associações classistas), conjugada à produção de uma imagem idealizada da cidade, a qual vem sendo historicamente reelaborada do início do século XX aos dias atuais. Em suma, a hegemonia burguesa consolidou a ordem capitalista em Nova Friburgo no momento em que o mito da “Suíça Brasileira” transfigurou-se na ideologia do “Paraíso Capitalista”.

REFERÊNCIAS:

- ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARAÚJO, João Raimundo & MAYER, Jorge Miguel (orgs.). *Teia Serrana: a formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Heloísa Beatriz Serzedello. *Nova Friburgo: o Nascimento da Indústria (1890-1930)*. Niterói: dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985.
- COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Visões do Paraíso Capitalista: hegemonia e poder simbólico na Nova Friburgo da República*. Niterói: dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1997.
- DE ROURE, Agenor. “O Centenário de Nova Friburgo” em *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo 83, 1918, pp. 243 a 266.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Volumes 1, 2 e 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999/2000.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MARX, Karl. “Prefácio à Crítica da Economia Política” em *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1996.
- ORTIZ, Renato. “Memória Coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX” em *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- SILVA, Luiz Henrique da. *Um Mundo na Sociedade*. Nova Friburgo: Atlas Artes Gráficas, 1990.

FINANCIAMENTO E DESIGUALDADE EDUCACIONAL ENTRE GOVERNOS LOCAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO²⁸

Bluma Salomão

bssalomao@ig.com.br

Mestre em Educação (UERJ)

FSD – UNESA - UCAM

Emilio Luiz P. Araújo

emilio_araujo@ig.com.br

D^o em Educação (UFRS)

SME-Rio – SEE-RJ

Resumo

Utilizando dados do Censo Escolar e das receitas municipais do ano de 2002, o trabalho²⁹ analisa o quadro de heterogeneidade da municipalização do Ensino Fundamental e as grandes desigualdades na capacidade de financiamento das matrículas observadas nos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Ao comparar os recursos por aluno-ano disponíveis nos municípios antes e depois do FUNDEF, o trabalho conclui que as políticas de municipalização não foram projetadas como mecanismos de superação das grandes desigualdades educacionais apresentadas pelo Estado.

Resumen

Utilizando datos del Censo Escolar y de los ingresos municipales del año 2002, el trabajo analiza el cuadro de heterogeneidad de la municipalización de la Enseñanza Fundamental y las grandes desigualdades en la capacidad de financiación de las matrículas observadas en los 92 municipios del Estado de Río de Janeiro. Ao compararse los recursos alumno-año disponibles en los municipios antes y después del FUNDEF, el trabajo concluye que las políticas de municipalización no se proyectaron como mecanismos de superación de las grandes desigualdades educacionais presentadas por el Estado.

Palavras-chave: descentralização, financiamento, desigualdade educacional

Introdução

O trabalho pretende analisar as condições de financiamento que os municípios do Rio de Janeiro possuem para garantir escolarização, num Estado que apresenta quadro de intensa municipalização do Ensino Fundamental.

Do ponto de vista do financiamento educacional, a pesquisa se apoia na legislação brasileira, que vincula recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, identificando que a

²⁸ Trabalho apresentado originalmente à XXIII Reunião da ANPAE, Porto Alegre, novembro de 2007.

²⁹ Parte de um estudo que pretende compreender aspectos da municipalização do ensino fundamental no Estado do Rio de Janeiro, correlacionando-os com eventuais desigualdades na capacidade de financiamento por parte dos municípios. A próxima etapa do mesmo, a ser concluída em março de 2009, analisa a implantação do FUNDEB como mecanismo equalizador do financiamento educacional.

Emenda Constitucional 14/96 e sua regulamentação subsequente, pela Lei 9.424/96, constituíram-se um ponto de inflexão no Art. 212 da Constituição Federal e na formação dos fundos públicos educacionais.

Utilizando dados do Censo Escolar do INEP-MEC, dados coletados dos Pareceres Prévios das Contas de Gestão das diferentes Prefeituras – coletados na página *web* do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, o trabalho aponta as consideráveis diferenças educacionais reveladas pelos municípios do Rio, a partir dos indicadores analisados.

Metodologia

A pesquisa analisa quatro indicadores dos 92 municípios³⁰ do Estado do Rio de Janeiro: 1. Municipalização da matrícula do Ensino Fundamental; 2. Recursos disponíveis por aluno-ano, considerando a vinculação de 25% estabelecida no Art. 212 da Constituição Federal; 3. Recursos disponíveis por aluno-ano, considerando a vinculação das receitas municipais após a redistribuição das receitas fixada na legislação do FUNDEF – o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 4. A importância do FUNDEF na formação dos fundos municipais de financiamento da educação.

Todos os indicadores são referentes ao ano de 2002, pois este é o ano mais próximo em que os Pareceres Prévios das Contas de Gestão dos municípios, disponíveis na página *Web* do TCE, permitem identificar as receitas de impostos vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino³¹.

O indicador de municipalização foi construído levando em conta todas as matrículas públicas³² estaduais e municipais do Ensino Fundamental, em todas as suas modalidades, pois a

³⁰Os dados de municipalização e da capacidade de financiamento educacional por aluno dos 92 municípios estão no Anexo 1.

³¹ No caso de 11 municípios, os dados disponíveis das receitas não permitiam a análise. Foram utilizados, então, os dados de 2001, que foram corrigidos pela média de crescimento da receita de todos os demais 81 municípios entre os anos de 2001 e 2002. Esses municípios são: Cabo Frio, Duque de Caxias, Itaguaí, Itaperuna, Macuco, Miracema, Natividade, Rio Claro, São Fidélis, Sapucaia e Silva Jardim.

³² Cabe registrar que a oferta do ensino fundamental por parte de escolas particulares no Estado do Rio de Janeiro é maior que o dobro da média nacional. Em 2002, 9,2% das matrículas de Ensino Fundamental do país eram em estabelecimentos privados. No Rio de Janeiro, esta proporção chegava a 18,67%.

legislação brasileira estabelece que “é dever do Estado garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”³³.

A capacidade de financiamento educacional dos governos locais será analisada a partir do cálculo dos recursos disponíveis por aluno-ano, em duas simulações a serem utilizadas comparativamente: uma em que se considera apenas a vinculação de 25% das receitas, estabelecida no Art. 212 da Constituição Federal e, outra, em que cada município tem seu fundo público educacional alterado pela sistemática redistributiva do Fundo do Ensino Fundamental. Para esses dois indicadores é considerada a totalidade das matrículas da Educação Básica dos municípios, pois a contabilização dos gastos por nível de ensino não é confiável para justificar a separação dos recursos.

A comparação da disponibilidade de recursos por aluno sem o FUNDEF e com o FUNDEF permite identificar a importância que a diferença para mais ou para menos teve, em 2002, para a possibilidade de financiamento educacional pelos governos locais.

A análise dos resultados encontrados permite identificar alguns aspectos da municipalização no Estado do Rio de Janeiro, relacionando-os com o que denominamos de capacidade de financiamento educacional dos governos locais e, assim compreender alguns dos marcos importantes da desigualdade educacional entre os diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Descentralização e municipalização educacional no Brasil

O debate educacional dos anos 80, quando associado à temática da descentralização, denunciava o momento histórico brasileiro, caracterizado pelo final da ditadura militar, período em que predominou a excessiva centralização política. Dessa forma, generalizou-se a opinião de que o modelo autoritário e centralizado seria responsável pela ineficiência e corrupção na implementação das políticas públicas, favorecendo a crença que “*descentralização, democratização do processo decisório e eficiência na gestão pública andariam automaticamente juntas*” (ARRETCHE, 2002:26).

³³ Art. 208, I, da Constituição Federal.

No entanto, políticas de descentralização estão presentes na organização da educação brasileira desde o Ato Adicional de 1834 que “*descentraliza para as províncias pobres em recursos e escassas em autonomia, o encargo das primeiras letras*” (CURY, 2000:572).

No sentido inverso, é no governo Vargas que tem início uma política centralizada de educação. Valle (2008) observa que a Constituição brasileira de 1934, em seus artigos 150 e 151, estabelecia a divisão de responsabilidades, cabendo à União a definição das diretrizes da educação nacional e aos Estados e ao Distrito Federal (DF), a competência para organizar e manter seus sistemas educativos, respeitadas as diretrizes nacionais. Essa política atinge o seu mais alto grau em 1937, quando o Plano Nacional de Educação deixa “*aos estados liberdade de ação somente em relação aos aspectos administrativos*” (OLIVEIRA, 1999:22).

Com o fim da ditadura Vargas e a promulgação da nova Constituição Federal, em 1946, se afirmam os princípios liberais defendidos pelos pioneiros da educação, “*consagrando todo o Capítulo II do Título VI à educação e à cultura*”, e assegurando, no Artigo 166, o direito à educação. Ao estabelecer, no Artigo 5º, que cabia à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, desencadeou o debate que iria culminar na primeira Lei de Diretrizes da educação brasileira, acirrando mais uma vez a disputa de projetos educacionais antagônicos, revelada na polarização entre defensores do ensino privado e do ensino público e entre partidários da centralização e da descentralização educacional (ROMANELLI, 2003:170-171).

Nas décadas de 70 e 80, no entanto, “*a política de descentralização materializou-se pela via da municipalização*” (ROSAR, 2002:106), o que de fato observa-se na Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692/71. No artigo 58 e seu parágrafo único, além de estabelecer a exigência de legislação estadual supletiva que defina as responsabilidades dos Estados e de seus municípios no desenvolvimento dos diferentes graus de ensino, determina que tais medidas deverão levar à “*progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, especialmente de 1º grau, que por sua natureza, possam ser mais satisfatoriamente realizados pelas administrações locais*” Argumentava-se que o município, por exercer o poder local, teria mais capacidade de responder às necessidades da população.

As intenções expressas na Lei se concretizaram pela ação do Governo Federal, que, principalmente na Região Nordeste, apressou-se na elaboração de projetos que induziram a transferência de responsabilidades educacionais para os municípios, sem a necessária transferência de recursos técnicos e financeiros que viabilizassem as condições dos governos locais de garantir eficiência e qualidade da gestão de políticas públicas educacionais.

O esgotamento do regime militar, nos anos 1980, coincide com um vigoroso movimento de diferentes forças sociais que, na defesa da descentralização como forma de garantir melhores

serviços à população enfatizou o papel dos municípios, o que explica, em grande medida, a importância conferida a esses na Constituição Federal de 1988.

Nem mesmo a “onda” de descentralização, como sinônimo de municipalização, conseguiu transformar o Ensino Fundamental (então 1º Grau) em uma política predominantemente municipal. Apesar do crescimento acelerado da matrícula nesse nível de ensino, entre os anos 1975 e 1995, a participação proporcional das prefeituras brasileiras na oferta da educação obrigatória, como vemos na Tabela 1, estacionou pouco acima dos 30%, sem variações significativas. Observemos que, apesar da matrícula dos oito anos de escolarização crescer 67% entre 1975 e 1995, incorporando mais de 13 milhões de novos alunos às redes de ensino, a oferta do 1º Grau pelos municípios chegou a reduzir-se entre 1980 e 1985/1990 – de 33,64% para pouco mais de 30% - e as matrículas estaduais, que eram de 52,78% em 1980, passaram a 57,24% cinco anos depois.

O processo de municipalização do Ensino Fundamental começou a se configurar a partir da promulgação da EC 14, com a criação do FUNDEF. Se em 1995, um ano antes da promulgação da Emenda, os municípios tinham 32,11% das matrículas de Ensino Fundamental e os Estados 56,16%, sete anos depois isso tinha mudado muito: em 2002, os municípios tinham 50,22% das matrículas de Ensino Fundamental e os Estados tinham diminuído sua participação para 40,5%. Este quadro, no entanto, é bastante desigual em todo o país, com estados e regiões onde a municipalização do Ensino Fundamental já era uma realidade anterior ao FUNDEF e outros em que os Estados é que tinham maior participação na garantia deste nível de ensino.

A tabela 2 nos mostra que das cinco Regiões Geográficas, apenas o Norte e o Sul apresentavam índices de oferta educacional obrigatória pelos municípios próximos ao índice nacional: 32,29% e 36,01%, respectivamente, contra 32,11%. As Regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentavam índices bem inferiores à média nacional, sendo que esta última tinha apenas 20,38%. O Nordeste era a exceção, pois já naquele ano tinha quase 47% das matrículas de Ensino Fundamental sob a responsabilidade das prefeituras.

Todas as Regiões, no entanto, tiveram expressivo aumento da oferta de Ensino Fundamental no intervalo de sete anos, sendo quatro deles sob a vigência do FUNDEF. O quadro mais notável é, seguramente, a Região Sudeste, que, entre 1995 e 2002, transferiu quase 20% da matrícula para os municípios, praticamente dobrando o índice de municipalização deste nível de ensino.

O Estado do Rio de Janeiro: um caso a parte

O Estado Rio de Janeiro possui características bem diferentes de outros estados brasileiros. Criado de forma autoritária pelo então general Ernesto Geisel, que em 15 de março de 1975 – desconsiderando antagonismos políticos, herança de mais de 200 anos como sede do Governo do país, e diferenças sócio-econômicas, que faziam do antigo Estado da Guanabara a maior concentração da arrecadação de impostos -, através da Lei Complementar n° 20, de 1° de julho de 1974, determinou a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Assim, extinguiu-se o Estado da Guanabara e criava-se a Cidade do Rio de Janeiro, que ganhou a responsabilidade por toda a rede pública de ensino de 1° Grau do Estado extinto, incluindo todos os seus profissionais de educação. O novo Estado do Rio de Janeiro ficou com a responsabilidade da rede de escolas de segundo grau, o ensino supletivo e a Universidade do Estado da Guanabara (UEG) – atualmente Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Mesmo não se constituindo numa política deliberada de municipalização, a transferência de boa parte da rede escolar do antigo Estado da Guanabara para a nova Cidade do Rio de Janeiro provocou o surgimento da maior rede municipal de Ensino de 1° Grau do país.

A política de municipalização da educação no Estado do Rio de Janeiro, segundo Cunha, vai se fazer presente, ainda que de modo secundário, no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do período de 1984/1987, elaborado pelo governo de Leonel Brizola (PDT), terceiro governador pós-fusão, que, entre outras metas apresentadas, na tentativa de superar a crise educacional diagnosticada, “*reconhecia, contraditoriamente, a importância de uma escola concebida pela ‘comunidade’, na perspectiva da municipalização do ensino*”. (CUNHA, 2005:133)

Porém, foi a partir de março de 1987, quando toma posse o governador Moreira Franco (PMDB), que teve início um intenso processo de municipalização do ensino de 1° Grau, através de “*convênios entre a Secretaria Estadual de Educação e as prefeituras municipais*”, antes mesmo da elaboração de um Projeto que definisse as linhas gerais para todo o Estado. Quando o Programa de Municipalização do Ensino de 1° Grau do Estado do Rio de Janeiro – PROMURJ – foi publicado, em fevereiro de 1988, cerca de 300 escolas já haviam sido municipalizadas em 16 municípios. “*Eram pequenos municípios, com predominância de atividades rurais, onde, aliás, o governador tinha sua principal base política*” (*Ibidem*, p. 418).

No processo de implantação do PROMURJ, Davies (1989:131) afirma que a anunciada democratização, que justificaria a municipalização, cai por terra quando “*a transferência de encargos e serviços da educação básica do Estado para os municípios não é acompanhada da transferência automática e concomitante de recursos financeiros que possibilitem a manutenção desses encargos e serviços municipalizados*”. Tanto Davies (*Ibidem*) quanto Cunha (2005) chamam a atenção para a inusitada situação dos municípios assumirem escolas de 1° Grau que anteriormente

pertenciam ao Estado e, mesmo assim, serem obrigados a cumprir uma série de exigências para receber os recursos estaduais, ainda assim por um tempo determinado. Ambos assinalam que a transferência de responsabilidades educacionais do Estado para os Municípios, sem a devida contrapartida financeira e controle social dos recursos públicos, além de acarretar um aprofundamento da crise educacional no Rio de Janeiro, implicou também num maior controle do governador sobre os políticos locais, pela utilização dos recursos da educação como moeda de troca. A rede municipal da Cidade do Rio de Janeiro que, após a fusão, reunia 40% de todos os alunos matriculados no 1º Grau do Estado, recebia, em 1976, 24% dos recursos da cota estadual do salário educação. Ainda no Governo Brizola, em 1983, deixou de receber os recursos desta contribuição social e passou a receber valores insignificantes nos anos posteriores, pois não fazia parte da base política ruralista de Moreira Franco (CUNHA, 2005:420).

Restou aos municípios uma relação educacional conflituosa, obrigados a conviver com a diversidade instalada entre a sua rede de escolas e a rede de escolas transferidas do Estado, com formação profissional, contratos de trabalho, salários e organização sindical diferenciados. Davies acentua que tal política acarretou “*centralização política, a degradação e conseqüente privatização do ensino público e a fragmentação das entidades estaduais de professores*” (DAVIES, 1989:134-135).

No segundo governo de Leonel Brizola, entre 1991 a 1994, não existiu uma política sistemática de municipalização da educação e a prioridade foi, segundo Santos (2003:96-97), o II Programa Especial de Educação, com a meta de chegar a 506 CIEPs em todos os municípios do Estado. Apenas nos três últimos meses de seu mandato, através da Lei Estadual nº 2.332, publicada em 05 de outubro de 1994, o Governo transferiu prédios escolares aos municípios.

Uma nova administração se instala no Estado do Rio de Janeiro no período de 1995 a 1998. Eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o mesmo partido do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, o governador Marcello Alencar tinha o compromisso de viabilizar no Estado do Rio as reformas neoliberais articuladas pelo Governo Federal.

A sintonia entre os Governos do Estado e Federal fez com que a política educacional do seu governo tivesse como prioridade o projeto de autonomia da gestão escolar, com a transferência de fundos para a gestão direta por parte das direções e de órgãos gestores das escolas. Além da gestão desses fundos bem como de recursos de transferências de programas federais, as escolas passaram a ter a função de captar e gerenciar recursos de parcerias com o setor privado e a população.

Outra prioridade do Governo foi a municipalização de escolas, que Santos distingue dos movimentos anteriores pela sintonia ideológica com o campo hegemônico da política nacional e, neste sentido, apoiada em dois elementos essenciais “*a relação de reciprocidade entre o Estado e*

os municípios” e a “preocupação em fundamentar as suas ações conciliando-as à legislação federal” (SANTOS, 2003:101).

Marcello Alencar, para viabilizar seu programa de municipalização, editou diferentes decretos que, aos poucos, estabeleceram as condições para firmar os convênios, possibilitando, como afirma Santos, cada vez mais a condução unilateral desse processo (*Ibidem*, p.103).

As sucessivas políticas de transferência das escolas municipais para as prefeituras transformaram a educação do Rio de Janeiro num caso singular. Como demonstrado na Tabela 3³⁴, que permite uma análise de um período de 15 anos, no início dos anos 1990, o Estado tinha mais de 61% das matrículas públicas de Ensino Fundamental sob responsabilidade dos governos locais, um quadro que tinha proximidades apenas com os estados da Região Nordeste. Os anos 1990 apresentaram um crescimento pequeno da municipalização. Mesmo no Governo de Marcello Alencar, que deu grande ênfase à municipalização, a transferência de escolas se deu num ritmo mais moderado. Após a implantação do FUNDEF, no entanto, num período de oito anos, as matrículas municipais tiveram um crescimento de quase 10 pontos percentuais. No ano de 2002, as matrículas municipais, utilizadas para a repartição dos recursos do FUNDEF, somavam 68,34%.

Quando incluídas as matrículas de Educação de Jovens e Adultos, o percentual de municipalização de 2002 diminuiu para 56,94%, pois nesta modalidade de atendimento, que não contava para a redistribuição de recursos do FUNDEF, o Estado possuía 185 mil matrículas - das quais 54,5 mil semipresenciais -, enquanto os municípios somados tinham apenas 67,5 mil.

Como se vê no Anexo 1, a municipalização nas 92 cidades variava desde 21%, em Trajano de Moraes, até a incrível marca de 97,23%, registrada em Armação de Búzios. Entretanto, mais da metade dos municípios – cinquenta, no total - se posicionavam abaixo da média estadual. Sete dos municípios – inclusive Niterói, que já foi a capital do Estado do Rio de Janeiro, antes da fusão com o Estado da Guanabara – têm índices de municipalização inferiores a 30% e outros oito têm mais de 80% das matrículas de Ensino Fundamental, entre os quais a atual Capital, Rio de Janeiro.

A característica mais marcante da municipalização no Estado do Rio de Janeiro é que, em todas as cidades, este indicador é bem maior até a 5ª série³⁵, revelando um entendimento sobre as determinações legais do regime de colaboração intergovernamental em que o Estado se incumba das matrículas de 5ª a 8ª séries e os municípios assumem as matrículas das séries iniciais. Isso

³⁴ A Tabela 3 mostra apenas as matrículas do ensino fundamental regular, que eram, então, consideradas para a distribuição dos recursos do FUNDEF, diferente, pois, do indicador de municipalização do Ensino Fundamental que será utilizado nesta pesquisa, que considera todas as matrículas, independentemente da modalidade de ensino.

³⁵ Devemos considerar que no Estado do Rio de Janeiro, desde a implantação do FUNDEF, as Prefeituras transformaram as matrículas de Classes de Alfabetização em matrículas de Ensino Fundamental, iniciando-o, portanto, aos seis anos de idade. Em 1997, os municípios possuíam 131.891 matrículas de CA, e o Estado 39.806. Em 1999, os municípios tinham apenas 10.683 matrículas e o Estado, em 1998, apenas 138. Portanto, quando se fala em matrículas de 5ª a 8ª séries no Rio de Janeiro, no ano de 2002, rigorosamente já estamos falando de matrículas de 6ª a 9ª séries.

explica que nas quatro últimas séries seja encontrado o menor índice de municipalização, 54,49%, enquanto as Prefeituras têm 79,1% das matrículas de 1ª a 5ª séries³⁶.

Em seis cidades todas as matrículas públicas das cinco primeiras séries do Ensino Fundamental são municipais e, em 16 – inclusive a Capital –, o índice de municipalização é superior a 90%. Nas séries finais, ao contrário, sete municípios não possuem uma matrícula sequer e outros quatro têm menos de 10% do atendimento. Entretanto, chama a atenção que nove cidades têm mais de 70% das matrículas das séries finais. Duas delas, Itatiaia e Armação de Búzios, que têm 100% das matrículas das séries iniciais, têm, respectivamente, 89,56% e 91,26% das matrículas das séries finais.

Entre os municípios que se destacam por índices de municipalização baixos, estão Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto, ambos sem matrícula das séries finais e com os menores percentuais de municipalização das séries iniciais: 35,24% e 37,56%.

Há, no entanto, o caso daqueles municípios onde os índices de municipalização nas séries iniciais e nas séries finais revelam um desencontro que impressiona pela grandeza. Os três casos mais reveladores são Duas Barras, que tem 81,69% das matrículas dos anos iniciais e apenas 4,05% das matrículas finais; Paty do Alferes, com nenhuma matrícula dos últimos quatro anos e 85,11% das matrículas dos cinco primeiros anos; Porciúncula, o caso extremo, que também não tem matrícula das séries iniciais e tem 89,64% das matrículas finais.

Capacidade de financiamento e desigualdade educacional nos municípios do Rio de Janeiro

É possível afirmar, a partir da análise dos dados de municipalização e das condições de financiamento dos 92 municípios, que as políticas de municipalização realizadas no Estado não tiveram o objetivo de melhorar a escolarização das crianças e jovens. O fator essencial que comprova esta afirmação é que os diferentes programas realizados por diferentes governos não foram acompanhadas pela transferência de recursos que assegurassem oportunidades educacionais mais justas e harmoniosas entre os diferentes municípios. As consequências dessas escolhas mostram-se ainda mais desintegradoras quando consideramos que o Estado possui um desenvolvimento local muito desigual, com o PIB *per capita* oscilando entre R\$ 3.266,01 e R\$ 137.463,35³⁷, uma diferença entre o maior e o menor equivalente a mais de 42 vezes.

Além de não apoiar financeiramente aos municípios que aceitaram receber suas escolas, o Governo do Estado sistematicamente se apropriou dos recursos pertencentes aos governos locais. O caso mais emblemático é o desrespeito à Lei nº 9.766, de 24 de dezembro de 1998, que determinava

³⁶ Esta tendência apresenta uma curva contínua. Em 2008, os municípios tinham 88,86% das matrículas das séries iniciais e também aumentaram o atendimento nas séries finais para 58,71%.

³⁷ PIB *per capita* dos municípios de Mesquita e Quissamã, ano de 2002. Disponível em www.ibge.gov.br

que os recursos da cota estadual da contribuição social do salário-educação deveriam ser repartidos com os municípios, sendo que, pelo menos metade deveria ser repartida levando em conta as matrículas do ensino fundamental. O Governador simplesmente desobedeceu a Lei e, não fosse a mudança promovida pela Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003, garantindo a transferência dos recursos do salário-educação diretamente para os governos locais, a perda dos municípios certamente teria sido ainda maior³⁸.

A análise da capacidade de financiamento, utilizando dados de 2002, permite identificar os resultados que o FUNDEF, já em vigor naquele ano, provocou na capacidade de financiamento educacional dos municípios analisados. Mas os resultados são mais reveladores porque permitem comparar, como demonstrado no Gráfico 1³⁹, a capacidade de financiamento resultante do FUNDEF com o cenário anterior, quando os municípios dispunham tão somente da vinculação de receitas públicas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, fixada pela Constituição Federal de 1988.

O FUNDEF representou importante transferência das receitas educacionais do Governo estadual em direção aos municípios. “Donas” de uma rede de ensino fundamental correspondente a mais de 63% no primeiro ano de vigência do Fundo, a maioria das prefeituras foi beneficiada por considerável transferência de recursos novos para o investimento e o custeio do ensino obrigatório público. Segundo os resultados apurados nas Contas de Gestão do Governo do Estado de 2002, naquele ano, mais de R\$ 1,245 bilhão do FUNDEF era dinheiro oriundo das receitas estaduais. Dessa participação, o Governo do Estado teve de volta, em função de suas matrículas no Ensino Fundamental, quase R\$ 557 milhões, repartindo entre os municípios beneficiários de ganhos com o Fundo, mais de R\$ 688 milhões. Mesmo assim, persistiu, como veremos a seguir, importante desigualdade nas condições de financiamento educacional entre os diferentes municípios.

Os valores resultantes da vinculação constitucional anterior ao FUNDEF mostram que os municípios do Rio de Janeiro oscilavam sua capacidade de financiamento educacional por aluno-ano entre R\$ 277,75, em Japeri, e R\$ 3.789,24, em Trajano de Moraes, uma diferença que chegava a 13,64 vezes. Se considerarmos que a média entre estes dois valores se situa em pouco mais de R\$ 2.033,00, temos apenas nove municípios situados acima da média, deixando, portanto, 83 outros abaixo dela. Mas a capacidade de financiamento dos 92 municípios é muito desigual: 10 têm menos de R\$ 500,00 por aluno-ano, 50 menos de R\$ 1.000,00 e os outros 33 têm entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00.

³⁸ No ano de 1996, o Decreto nº 22.115, de 16 de abril, do então Governador Marcelo Alencar, estabeleceu que 25% dos recursos do salário-educação seriam transferidos aos municípios que cumprissem um conjunto de exigências, entre as quais a constituição de Conselhos Municipais de Educação. Mesmo sem a revogação do Decreto, a transferência dos recursos só aconteceu no ano de 1997, sendo interrompida assim que o FUNDEF entrou em vigor, em janeiro de 1998.

³⁹ Este dado foi obtido utilizando o volume de recursos que resultou após a redistribuição dos recursos movimentados no Fundo do Ensino Fundamental sobre o total de recursos vinculados no Art. 212 da Constituição Federal.

O FUNDEF, com seu mecanismo de redistribuição de recursos, alterou bastante este quadro, sem, no entanto, representar uma reversão do quadro de desigualdade da capacidade de financiamento educacional das matrículas municipais. Um primeiro olhar considera a importância do FUNDEF para o financiamento educacional, identificada pelo percentual de perda ou de ganho de recursos sobre o total das receitas vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, como estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal. O FUNDEF provocou a perda de receitas educacionais de 33 dos municípios do Rio de Janeiro no ano de 2002. As perdas oscilaram de 0,01%, em Comendador Levy Gasparian, a 44,58%, no caso de São Sebastião do Alto. Quanto aos municípios beneficiados com a redistribuição de recursos, 69 no total, temos desde Campos dos Goytacazes, cujo acréscimo de receitas educacionais foi de apenas 2,38%, até Japeri, cujo crescimento foi de 209%.

A possibilidade de gasto aluno-ano de Japeri elevou-se, portanto, de R\$ 277,75 para R\$ 858,67. Na outra ponta, o município com a maior capacidade de gasto aluno-ano, que era Trajano de Moraes, com R\$ 3.789,24 sem o FUNDEF, com a perda de receitas da ordem de 35,3%, diminuiu sua capacidade de financiamento das matrículas para R\$ 2.451,64.

O município com maior capacidade de financiamento por aluno-ano passou a ser Niterói, com R\$ 3.210,48, o que representou uma redução de 15,27% em relação ao maior valor anterior ao FUNDEF que, como foi dito era o de Trajano de Moraes. A redução do maior valor e o aumento na capacidade de financiamento do município “mais pobre”, Japeri, fez com que a diferença entre os municípios com maior e menor capacidade de gasto por aluno-ano reduzisse significativamente, chegando a 3,73 vezes.

O potencial redistributivo do FUNDEF mostra-se insuficiente quando verificamos que dos 14 municípios que perderam mais de 20% de suas receitas educacionais após o FUNDEF, oito – Trajano de Moraes, São José de Ubá, Quissamã Macuco, Santa Maria Madalena, Cantagalo, São Sebastião do Alto e Laje do Muriaé - continuam entre os 14 que apresentam maior capacidade de financiamento por aluno-ano, inclusive os que se situam em 2º, 3º, 4º e 5º lugares. Entre os 10 municípios que apresentam maior capacidade de gasto por aluno-ano, apenas quatro – Niterói, Itatiaia, Rio de Janeiro e Angra dos Reis – têm ganhos de receitas educacionais com o FUNDEF. Mesmo assim, ganhos significativos apenas a Cidade do Rio de Janeiro obteve: 41,44%.

O Gráfico 1 mostra que, nem mesmo a significativa redistribuição de recursos provocada pelo FUNDEF, tornou as condições de financiamento educacional satisfatoriamente equilibradas. A média de gasto por aluno-ano, de 2.033,00, só é superada por três municípios – Niterói, Trajano de Moraes e São José de Ubá. Os municípios que tinham entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, que eram 33 antes do FUNDEF, passaram a 74, e 25 outros governos locais tinham menos de R\$ 1.000,00 por aluno-ano para as despesas educacionais.

Considerações finais

Antiga capital do Estado do Rio de Janeiro antes da fusão, Niterói tinha, em 2002, 465 mil habitantes e o PIB per capita de R\$ 8.398,20. Município emancipado de Nova Iguaçu no início dos anos 1990, Japeri tinha 87.465 habitantes e o PIB per capita de R\$ 4.609,91.

Dois municípios, duas realidades opostas que se expressam nos indicadores educacionais analisados neste trabalho. Enquanto Japeri tinha mais de 67% das matrículas de Ensino Fundamental sob sua responsabilidade, Niterói apresentava menos da metade, apenas 29,6%. Os ganhos de receita de Niterói com o FUNDEF foram de apenas 4,66% enquanto os de Japeri superam 209%. Mesmo assim, Niterói, que antes do FUNDEF, dispunha de R\$ 3.067,13 por aluno-ano, passou a dispor de R\$ 3.210,48, 3,73 vezes o que passou a ter Japeri com a vigência do Fundo – R\$ 858,67, realidade que era muito mais desigual antes do FUNDEF, quando este município possuía apenas R\$ 277,75 por aluno-ano.

A leitura dos indicadores encontrados para os 92 municípios do Rio de Janeiro permite dizer que as políticas de municipalização do Ensino Fundamental não foram projetadas como mecanismos de superação das grandes desigualdades educacionais apresentadas pelo Estado. Tampouco demonstram que as políticas de financiamento, ainda que mais equânimes com a vigência do FUNDEF, são capazes de trazer o equilíbrio necessário entre os diferentes governos locais no esforço de garantia de condições de qualidade para a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRETCHE, Martha. Relações Federativas nas Políticas Sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, UNICAMP-CEDES, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, XX, 18 de ago. de 1971.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, n. 191a, 5 out. 1988.

_____. Emenda Constitucional n. 14/96, de 12 de setembro de 1996. Modifica os artigos. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato de disposições constitucionais transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de setembro de 1996.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de dez. 1996.

_____. Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 de dez. de 1996.

_____. Lei 9766, de 18 de dezembro de 1998. Altera a legislação que rege o salário – educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de dez. de 1998.

_____. Lei 10 832, de 29 de dezembro de 2003. Altera o §1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei 9.424, de 24 de dez. de 1996, e o art. 2º da Lei 9.766, de 18 de dez. de 1998, que dispõe sobre o Salário – Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 de dez. de 2003.

RIO DE JANEIRO. *Programa de Municipalização do Ensino de 1º Grau do Estado do Rio de Janeiro – PROMURJ*, Secretaria de Estado de Educação, 1988.

_____. Decreto 22.115, de 16 de abril de 1996. Dispõe sobre a organização em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios do Sistema Público de Ensino no Estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial estado do Rio de Janeiro*, 17 abr. 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2005, 5ª ed.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Como Desafio na Ordem Jurídica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; e Veiga, C.G. (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 567-584

DAVIES, Nicholas. Municipalização do Ensino de 1º Grau no Estado do Rio de Janeiro – uma análise do documento oficial (PROMURJ). Campinas, *Cadernos CEDES*, n. 32, abr. 1989. p. 130 – 135

OLIVEIRA, Cleiton de. A Municipalização do Ensino Brasileiro. In: OLIVEIRA, Cleiton de et al. *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 11-36.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ROSAR, Maria de Fátima F. A municipalização como estratégia de descentralização e de desconstrução do sistema brasileiro. In: OLIVEIRA, Dalila A. (org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p 15-140.

SANTOS, Lincoln de Araújo. *As Razões da Descontinuidade: Centralização e Descentralização do Ensino No Estado do Rio de Janeiro – O Exemplo de Paracambi*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. Controle Social da Educação: Aspectos Históricos e Legais. In: Souza, Donaldo Bello de (org.). *Conselhos Municipais e Controle Social da Educação: Descentralização, Participação e Cidadania*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

Sítios WEB

www.tce.rj.gov.br

www.tcm.rj.gov.br

www.inep.gov.br

Tabela 1 - Matrículas no Ensino Fundamental por dependência administrativa - Brasil - anos escolhidos - %

	1975	1980	1985	1991	1995
Federal	0,63	0,75	0,47	0,33	0,1
Estadual	56,05	52,78	57,25	57,24	56,16
Municipal	30,43	33,64	30,21	30,04	32,11
Particular	12,90	12,82	12,07	12,39	11,63
Total	100,00	100	100	100	100

Fonte: 1975, 1991, 1995 - INEP/MEC; 1980, 1985 - Anuário Estatístico do IBGE a partir de dados do MEC

Tabela 2 - Matrículas municipais por Região Geográfica - 1995/2002 - %

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1995	32,29	46,95	20,38	36,01	25,58
2002	55,91	63,93	40,09	44,28	36,75

Fonte: Sinopse Estatística 1991-1995 e 2002 - INEP-MEC

Tabela 3 - Matrículas públicas no Ensino Fundamental regular no Estado do Rio de Janeiro - 1991-2006 - %

	Estado	Municipais
1991	38,87	61,13
1992	38,53	61,47
1993	38,55	61,45
1994	38,19	61,81
1995	38,35	61,65
1996	35,71	64,29
1997	35,11	64,89
1998	36,52	63,48
1999	34,19	65,81
2000	33,31	66,69
2001	32,09	67,91
2002	31,66	68,34
2003	30,17	69,83
2004	28,92	71,08
2005	27,21	72,79
2006	26,26	73,74

Fonte: INEP-MEC

Anexo 1

	Municipalização do Ensino Fundamental	Importância do FUNDEF no financiamento educacional	Capacidade de financiamento aluno-ano sem FUNDEF	Capacidade de financiamento aluno-ano com FUNDEF
Angra dos Reis	63.43	7.12	1,449.77	1,553.01
Aperibé	53.47	-19.70	1,125.76	906.06
Araruama	76.77	136.22	414.60	989.57
Areal	74.53	20.15	965.67	1,162.98
Armação dos Buzios	97.23	26.26	870.12	1,100.48
Arraial do Cabo	46.74	26.70	843.66	1,068.88
B Jesus do Itabapoana	36.24	14.48	941.19	1,077.51
Barra do Pirai	32.26	12.52	800.41	900.58
Barra Mansa	63.04	62.76	723.41	1,177.40
Belford Roxo	53.74	156.09	381.09	975.92
Bom Jardim	39.85	-1.60	1,296.25	1,275.72
Cabo Frio	71.39	43.45	897.91	1,288.09
Cachoeiras do Macacu	35.61	9.58	938.52	1,028.38
Cambuci	32.80	-32.79	2,165.50	1,455.50
Campos dos Goytacazes	40.22	2.38	1,062.25	1,087.51
Cantagalo	39.99	-29.50	2,445.96	1,724.29
Carapebus	77.52	-24.42	1,509.32	1,140.73
Cardoso Moreira	75.14	13.28	852.91	966.54
Carmo	25.44	-31.95	1,893.71	1,288.63
Casimiro de Abreu	66.82	-14.69	1,384.63	1,181.19
Com Levy Gasparian	76.22	-0.01	983.71	984.99
Conceição de Macabu	33.19	-12.82	1,194.88	1,052.24
Cordeiro	27.43	-20.45	1,663.52	1,323.36
Duas Barras	52.26	-16.55	1,249.23	1,042.51
Duque de Caxias	50.27	40.51	951.81	1,341.17
Eng Paulo de Frontin	63.63	-2.12	1,160.06	1,135.44
Guapimirim	77.48	67.23	551.75	922.70
Iguaba Grande	66.53	6.83	1,167.65	1,252.78
Itaboraí	62.45	157.85	385.98	995.26
Itaguaí	62.37	39.71	665.95	930.40
Italva	60.49	-6.73	1,283.19	1,196.88
Itaocara	35.27	-19.34	1,541.65	1,243.57
Itaperuna	43.99	31.53	811.85	1,067.80
Itatiaia	96.85	12.79	1,556.95	1,756.03
Japeri	67.75	209.15	277.75	858.67
Laje do Muriaé	41.60	-25.31	1,965.60	1,470.98
Macaé	70.56	5.07	1,319.05	1,397.63
Macuco	35.18	-31.62	2,592.09	1,772.37
Magé	53.28	140.96	375.52	924.41
Mangaratiba	91.97	42.66	907.43	1,294.53
Maricá	53.26	50.11	801.74	1,206.68
Mendes	29.22	-24.26	1,743.99	1,320.95
Mesquita	44.89	26.16	750.95	947.44
Miguel Pereira	51.18	12.13	1,064.49	1,196.45
Miracema	31.56	-6.30	936.28	877.33
Natividade	53.36	-8.87	1,132.30	1,031.91
Nilópolis	50.14	58.45	577.51	915.07
Niterói	29.60	4.66	3,067.13	3,210.48
Nova Friburgo	49.87	31.99	908.70	1,202.50
Nova Iguaçu	45.64	112.41	490.27	1,065.79

Paracambi	62.91	40.77	651.07	917.48
Paraíba do Sul	60.44	35.96	735.88	1,001.83
Paraty	61.54	33.00	956.06	1,271.55
Paty do Alferes	47.40	24.70	1,018.75	1,280.29
Petrópolis	79.89	81.55	667.81	1,215.70
Pinheiral	75.93	49.00	657.72	980.96
Pirai	67.54	-1.20	1,467.78	1,450.15
Porciúncula	48.85	-0.88	920.76	917.87
Porto Real	83.83	-5.55	1,353.41	1,280.19
Quatis	86.27	14.51	929.15	1,064.01
Queimados	49.64	110.30	494.36	1,063.31
Quissamã	83.20	-38.25	2,896.20	1,788.74
Resende	54.70	14.56	1,054.39	1,222.70
Rio Bonito	58.31	51.57	730.68	1,109.89
Rio Claro	46.18	-9.89	1,212.52	1,094.00
Rio das Flores	62.15	-11.67	1,489.33	1,315.55
Rio das Ostras	70.66	10.01	1,232.06	1,360.30
Rio de Janeiro	85.36	41.44	1,221.07	1,727.02
S Feo de Itabapoana	44.11	-1.14	914.49	904.05
S J do Vale do R Preto	88.47	34.53	767.36	1,032.31
S João de Meriti	46.63	61.98	612.78	992.60
S P da Aldeia	61.62	88.87	496.81	938.30
S Seb do Alto	24.81	-44.58	2,715.67	1,505.15
São Fidélis	43.77	2.56	998.77	1,027.28
São Gonçalo	39.72	83.56	653.90	1,212.96
São João da Barra	39.71	-20.44	1,370.60	1,090.39
São José de Ubá	34.21	-35.67	3,217.05	2,069.38
Sapucaia	43.80	-9.97	1,684.22	1,516.34
Saquarema	70.75	78.67	549.98	982.64
Seropédica	74.03	135.30	371.60	874.36
Silva Jardim	73.26	24.71	865.45	1,080.06
Sta Maria Madalena	24.76	-43.02	3,027.06	1,724.87
Sto Antonio de Pádua	48.07	6.86	861.31	920.36
Sumidouro	56.91	-5.29	1,571.62	1,488.43
Tanguá	63.35	46.97	729.10	1,101.91
Teresópolis	68.08	101.59	562.98	1,158.22
Trajano de Moraes	21.03	-35.30	3,789.24	2,451.64
Três Rios	53.42	40.46	776.87	1,104.16
Valença	42.64	34.40	658.21	884.62
Varre-Sai	72.19	8.74	884.08	961.91
Vassouras	45.71	7.00	1,152.45	1,234.53
Volta Redonda	75.96	26.03	1,075.43	1,362.46

O PNE E O PDE COMO DESAFIOS POLÍTICOS PARA OS EDUCADORES

Bertha de Borja Reis do Valle (FSD)

Doutora em Educação (UFRJ)

berthavalle@hotmail.com

Neste início do século XXI, as políticas públicas de educação no Brasil têm dado margem a muitas discussões. O Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais e Municipais, as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Compromisso Todos pela Educação deram origem a uma grande movimentação de projetos de ação educacional.

Hoje, um grande problema enfrentado pelos governos e um desafio para os professores são os reflexos da pouca aprendizagem dos que frequentam a escola e que já se fazem notar até na produtividade da indústria nacional, comprometendo a competitividade de nossas fábricas em tempos de globalização da economia. O Conselho Nacional da Indústria encaminhou ao governo federal propostas de fortalecimento do ensino e apontou como prioridades a Educação Básica, a valorização do professor, a implantação da gestão de qualidade nas escolas, a requalificação de profissionais do magistério e a contribuição das Universidades no desenvolvimento da competitividade industrial e na formação do magistério.

Constroem-se alternativas para o desenvolvimento da gestão democrática da educação pública: implantação, acompanhamento e controle social das instituições e das ações do estado, pelos cidadãos e pelas entidades. Discutem-se projetos de financiamento da educação para a garantia e concretização do oferecimento (acesso e permanência) da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e da Educação Superior, trazendo a questão do orçamento participativo, dos fundos e do Produto Interno Bruto (PIB), como referência. Elaboram-se também propostas de políticas globais para valorização dos trabalhadores em educação: formação inicial e continuada, condições de trabalho, condições materiais de vida – salários e planos de carreira. Estes são os grandes eixos presentes no Plano Nacional de Educação e no Plano de Desenvolvimento da Educação – nossos desafios na atualidade.

É muito importante reconhecermos que pela primeira vez se busca redimensionar a importância da escola e de seus profissionais, cabendo aos sistemas de ensino o papel de coordenação, apoio e incentivo às escolas, abandonando práticas autoritárias. A sociedade civil organizada entende que deve ser salvaguardada a conquista dos direitos sociais e resguardadas as políticas públicas educativas das discontinuidades, dado a rotatividade e os desmandos de diferentes governos.

O Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação

Na construção democrática da sociedade, os planos devem ser elaborados pelo conjunto da sociedade e pelo Poder Público (nacional, estadual, municipal) fixando objetivos, diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino. Seu objetivo maior então é o de garantir aos cidadãos que a educação escolar, enquanto política social, direito de todos e um dever indeclinável do Estado, seja oferecida com qualidade, permitindo assim o acesso e a permanência do conjunto da população à escola. Várias, entretanto, podem ser as formas para a sua elaboração e materialidade. Deste modo, ora são gerenciados de forma mais democrática - garantindo os processos participativos, ora por comissões criadas pelo Poder Político.

A discussão sobre um Plano Nacional de Educação não é recente. Em 1934, o Artigo 150 da Constituição já estabelecia como competência da União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país".

O Plano Nacional de Educação que temos hoje foi aprovado pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. É uma lei prevista na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que dita em seu Artigo 214:

“a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à: I. erradicação do analfabetismo, II- universalização do atendimento escolar, III- melhoria da qualidade do ensino, IV – formação para o trabalho e V- promoção humanística, científica e tecnológica do País”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) reafirma esta determinação:

“ a União incumbir-se-á de: I- elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” (inciso I, Art 9), e mais: “a União no prazo de um ano a partir desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (§1º do Art 87).

Compete também aos Estados e Municípios, segundo o PNE, fomentarem a construção dos seus respectivos planos: Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME), criando as bases necessárias para a sua formulação. (Artigo 2º, da Lei 10.712/2001). Muitos Estados e Municípios brasileiros ainda não consolidaram esta determinação.

A construção do Plano Nacional de Educação tem uma história que não pode ser esquecida. O PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, como ficou conhecido o Projeto de Lei 4.155/98, tinha propostas ancoradas em largas discussões pelas entidades representativas do magistério e dos estudantes, num amplo diagnóstico da situação do povo e do País.

No entanto, pressionado pelas injunções políticas no Congresso Nacional, através do relator responsável, na Comissão de Educação - Deputado Nelson Marchesan (PSDB/RS) - foi subscrito pelo MEC um substitutivo à proposta da sociedade brasileira. Encaminhado para brevíssima participação social no debate, nas audiências públicas foram convidadas e ouvidas as autoridades e técnicos vinculados às posições oficiais. As emendas de diversos parlamentares e a pressão da sociedade civil permitiram, na realidade, que pequenos avanços fossem conquistados, principalmente no que se refere ao financiamento da educação. Mesmo se afastando dos 10% do PIB previstos pelo PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, alcançava 7% do PIB, o que frente ao PNE do MEC consistiu em uma das suas principais virtudes. Todavia, após a aprovação do substitutivo (Lei 10.172/2001), pelo Congresso Nacional, o Executivo Federal, desrespeitando toda a discussão realizada pela comunidade educacional, efetuou nove vetos ao PNE:

1. atender, pelo Programa de Garantia de Renda Mínima, a 50% da clientela nos três primeiros anos da vigência do PNE e a 100% até o sexto ano;
2. ampliar a oferta de ensino superior público numa proporção de pelo menos 40% das matrículas totais;
3. criar, no âmbito federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, com pelo menos 75% dos 18% vinculados ao ensino;
4. ampliar o crédito educativo para atingir, no mínimo, 30% da clientela do ensino superior privado, com prioridade para os de menor renda;
5. triplicar, em dez anos, os recursos de financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, por meio de agências federais e estaduais;
6. implantar, em um ano, planos de carreira para os profissionais técnico-administrativos;
7. elevar, na década, pelo esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%, por meio da ampliação anual de 0,5%, nos quatro primeiros anos, e de 0,6%, no quinto ano;
8. no prazo de dois anos, alocar valores anuais por aluno que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente; e
9. garantir recursos do Tesouro Nacional para pagamento de aposentados da área de educação fora dos recursos vinculados ao ensino

Como se pode perceber, a maior parte dos vetos do Presidente ao Projeto de Lei do PNE dispunha sobre a utilização de recursos, prazos e financiamentos para a garantia do acesso à educação escolar e possível inclusão dos cidadãos para a implementação de metas a serem observadas pela União, pelos Estados e Municípios. Sem essas garantias, o PNE se transformou em mera carta de intenções.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em janeiro de 2001, tem duração prevista para dez anos. Sua estrutura se assenta no diagnóstico da educação e propõe as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino, para o magistério da Educação Básica e para o financiamento e gestão da educação. Além disso, a Lei que instituiu o PNE previa, no artigo 3º, que sua implantação seria avaliada periodicamente, sendo que a primeira avaliação deveria ocorrer no quarto ano de

vigência, ou seja, em 2004, para o fim de se corrigir as deficiências e distorções, determinação que não foi atendida.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado oficialmente pelo Ministro da Educação, em abril de 2007, simultaneamente à promulgação do Decreto nº 6.094, dispoendo sobre o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação", estabeleceu as metas a serem alcançadas até 2022. O ano de 2022 foi definido devido ao caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil.

Segundo o Professor Dermeval Savianni,

“confrontando-se a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE) com a do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constata-se que o segundo não constitui um plano, em sentido próprio. Ele se define, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE. Ele não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivos do PNE, mas se compõe de ações que não se articulam organicamente com este”. (2006, p.A3)

O PDE tem como prioridade uma Educação Básica de qualidade para todos. As ações que estão sendo implementadas pelo Ministério da Educação, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação, buscam o envolvimento de pais, alunos, professores e gestores, para alcançar o sucesso e a permanência do aluno na escola, completando os seus estudos básicos com conhecimento das ciências, das artes, da língua escrita e falada etc. Procura também, em algumas de suas ações, investir na Educação Profissional e na Educação Superior, que estão interligadas com todo o processo educativo.

O Plano prevê ainda que os municípios com baixos indicadores de ensino terão acompanhamento e assessoria direta do MEC, para que superem as dificuldades apresentadas. Para isso, foi ampliada a ação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), avaliação amostral que ocorre desde a gestão do Presidente Itamar Franco, com a criação da Prova Brasil, uma das ações do PDE, que tem as mesmas características do SAEB, porém é aplicada a todos os alunos do final dos dois segmentos do Ensino Fundamental de todas as escolas públicas urbanas do Brasil. A Prova Brasil é um dos dados para a definição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que tem sido falado e discutido em vários espaços educacionais.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado e divulgado pelo Ministério da Educação, dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O IDEB é um indicador da qualidade educacional, que combina o Saeb, a Prova Brasil e a taxa de aprovação de cada escola e de cada município, considerada como o tempo médio que o aluno leva para concluir uma série. Foi criado com o propósito de nortear as políticas educacionais do país, a fim de melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Este índice analisa, no mesmo indicador, o

desempenho dos alunos nas avaliações aplicadas pelo MEC nas redes públicas de todo o país e as taxas de evasão e repetência destas mesmas escolas.

Desde 2005, quando foi aplicada pela primeira vez a Prova Brasil, a divulgação dos resultados do IDEB tem apontado que poucos municípios brasileiros estão em um nível considerado ideal. A realidade dos dados aponta que, em sua grande maioria, as melhores cidades em desempenho dos alunos são pequenas, com baixa população, onde, certamente, a participação dos professores e da comunidade no dia-a-dia das escolas é mais intensa do que nas cidades grandes. Em junho de 2008, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, em entrevistas à imprensa, comentou que, apesar das notas ruins, houve um aumento do último IDEB, e, segundo ele, “as metas de 2007 foram superadas e as de 2009, já atingidas. Vencemos uma etapa, um pequeno trecho de nosso longo percurso. A hora é de comemorar um pouquinho e trabalhar muito”.

Além da "Prova Brasil", foi lançada no âmbito do PDE a "Provinha Brasil" para verificar o desempenho em leitura de crianças de 6 a 8 anos, tendo em vista o objetivo de garantir que, aos 8 anos, todas estejam alfabetizadas.

O PDE foi apresentado como um plano que tem a finalidade de enfrentar os problemas educacionais do país, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de Educação Básica, agregando ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades.

O movimento *Compromisso Todos pela Educação*, lançado em 6 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, em São Paulo, apresentou-se como uma iniciativa da sociedade civil, conclamando a participação de todos os setores sociais. Em abril de 2007, o Decreto nº 6.094, dispôs sobre sua implementação pela União, em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e a participação das famílias e das comunidades. Deu impulso a uma ampla mobilização social e foi assinado por todas as secretarias de educação estaduais e municipais do Brasil.

A adesão ao *Compromisso* significa que governadores e prefeitos se comprometem a colocar em prática as diretrizes definidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, entre elas, garantir que as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade e a definição de critérios para a nomeação de diretores e gestores das escolas. Em seu lançamento, o "Compromisso Todos pela Educação" definiu cinco metas:

1. Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola;
2. Toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever;
3. Todo aluno deverá aprender o que é apropriado para sua série;
4. Todos os alunos deverão concluir o Ensino Fundamental e o Médio;
5. O investimento necessário na Educação Básica deverá estar garantido e bem gerido.

A partir da assinatura do Compromisso Todos pela Educação, o MEC instituiu o Plano de Ações Articuladas (PAR), pelo qual, cada município, a partir do diagnóstico da realidade educacional, faz o planejamento das ações voltadas para quatro eixos:

- 1º) gestão educacional;
- 2º) formação de professores e de profissionais da rede pública;
- 3º) práticas pedagógicas de avaliação.
- 4º) infra-estrutura física e recursos pedagógicos.

O Plano de Ações Articuladas de cada município, ao chegar ao Ministério da Educação, é encaminhado para a Secretaria de Educação Básica e passa por uma análise técnica quanto ao atendimento dos requisitos dos quatro eixos. Logo após a aprovação, serão assinados um termo de cooperação técnica e o convênio para o repasse dos recursos federais ao município.

Outra ação política ligada ao PDE foi a instituição do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE-Escola, que foi regulamentada pela Portaria Ministerial nº 27, de 21 de junho de 2007. Por esta Portaria, cada escola pública de Educação Básica deve ter seu plano de gestão, no qual serão indicadas as metas a serem atingidas, as ações necessárias, o prazo para o cumprimento das metas e os recursos necessários. O MEC se propõe a complementar os Estados e Municípios com os recursos necessários para a concretização destes planos e definiu que terão prioridade as escolas de Ideb muito abaixo da média estadual.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com a ampla divulgação que tem tido pela mídia escrita, falada e televisiva, tem contribuído para que toda a população tome conhecimento das ações governamentais voltadas para a educação. A conscientização da importância dos processos educacionais na formação da cidadania faz com que os desafios políticos já existentes há longo tempo, se tornem mais presentes e temáticas de ampla discussão e de ação por parte dos educadores: a gestão democrática, o financiamento da educação e a valorização do magistério.

Os grandes desafios políticos da educação brasileira

Diante do cenário atual, vemos como grandes desafios para as políticas públicas de educação a questão da gestão democrática, envolvendo todos na melhoria dos processos educacionais, a ampliação dos recursos financeiros para a educação e a valorização dos profissionais da educação, não só em termos salariais, como também em condições de trabalho.

O primeiro grande desafio é o processo de construção da gestão democrática, assegurado na Constituição Federal (inciso VI, do artigo 206) que diz: “O ensino será ministrado com base nos

seguintes princípios: (...) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei” e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 3º, inciso VIII, que repete a mesma determinação constitucional.

A gestão democrática vincula-se às lutas pela democratização das instituições sociais e do espaço público. A questão da gestão democrática passa pela efetiva divisão do poder na sociedade – relação entre Sociedade Política e Sociedade Civil, enfatizando as decisões políticas necessárias para a construção de um projeto de nação, e na escola, fazendo com que os atores da comunidade escolar (alunos, pais, professores, funcionários) e da comunidade local a construam, respeitando as demandas e os interesses da coletividade. Gestão democrática não é uma mera técnica gerencial ou relacionada apenas às questões administrativas. Em verdade, ela vai muito além destas questões.

O PDE, no desenvolvimento de suas ações e com o Compromisso Todos pela Educação deverá contribuir para que a gestão democrática passe a ser uma rotina educacional.

Apesar das discussões e esclarecimentos que têm sido feitos, ainda verificamos que muitos sistemas escolares não se aperceberam da responsabilidade e importância que representa a gestão democrática da educação, com a participação de todos os envolvidos: professores, pais, alunos e a comunidade como um todo. Várias escolas deixam de cumprir tanto determinações legais como pedagógicas, fazendo com que não consigamos assegurar a gestão democrática na escola. Somente mantendo a organização e a participação de todos os envolvidos no processo educacional, conseguiremos impor a vontade coletiva do grupo e assegurar os princípios democráticos em nossas escolas.

Outro grande desafio político é o financiamento da educação. Nosso país representa, diante das outras nações, um dos que tem investido pouco em educação. A grande contradição que se observa é sua colocação entre os melhores na economia mundial, mas o 68º no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que coloca a educação como um dos fatores para o cálculo desse índice.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que foi aprovado em dezembro de 2006, e já está em vigência em todo o país, ampliou a ação do Fundef, estendendo-se, além do Ensino Fundamental, para o Ensino Médio e a Educação Infantil. A participação dos estados e municípios na composição do Fundeb passou de 15%, como era no Fundef, para 20% da arrecadação de impostos destinados, por determinação constitucional, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Ministro da Educação, Professor Fernando Haddad, em artigo recente, declara que: “*Expandir o acesso à educação de qualidade depende de assegurar fontes estáveis de financiamento. Acelerar o passo exige da nação duas providências: derrubar a DRU da educação e garantir que parte dos royalties do petróleo seja destinada à educação.* (2008, p.3)”

A DRU, a que o Ministro se refere, é a sigla para Desvinculação de Recursos da União e desvincula 20% de toda a arrecadação da receita de impostos. Entrou em vigor em 1995, como Fundo Social de Emergência. Virou Fundo de Estabilização Fiscal até 1999, e, então, DRU. É um fundo de investimento público que dá mais liberdade ao governo para gastar, sem os limites impostos pela previsão orçamentária.

Nesse mesmo artigo, o Ministro informa que a ideia de destinação de recursos provenientes do pagamento de royalties do petróleo à educação remonta ao ano de 1953 com a Lei do Petróleo (Lei 2.004/1953). Alterada em 1969, pelo decreto-lei 523, previa indenização a Estados e Territórios, correspondente a 5% do valor do óleo extraído, cabendo aos Ministérios de Minas e Energia e da Educação, em partes iguais, no caso de extração da plataforma continental. O MEC deveria investir estes recursos no "incremento da pesquisa e do ensino de nível superior no campo das geociências". Em 1973, o decreto-lei 1.288 excluiu o MEC da partilha. (HADDAD, 2008, p.3)

O terceiro desafio para os educadores é a construção de uma política global de valorização dos professores, que deve abranger dois requisitos fundamentais; a formação inicial e continuada e as condições de trabalho e de salário.

Sobre as condições de trabalho (tempo para aperfeiçoamento, planejamento e correção de trabalhos de alunos, acesso a livros e a bibliotecas, número de alunos por turma, falta de infraestrutura, realização de centros de estudo) e as condições de salário, entende-se que deverão ser expressas em planos de carreira, de competência dos sistemas de ensino, e que a formação continuada dos profissionais seja valorizada.

As condições de trabalho e o acúmulo de funções, que muitos professores são obrigados a assumir, não só comprometem o trabalho pedagógico, mas também a sua própria condição de ser humano, na medida em que o surgimento de doenças (orgânicas e emocionais) faz parte de suas vidas. O estabelecimento de planos de carreira, piso unificado e salários garantindo também o aperfeiçoamento, o lazer, se fazem necessários como parte de uma política global de valorização destes trabalhadores e trabalhadoras.

A criação do piso salarial nacional para todos os professores é uma das metas já alcançadas pelo PDE, através da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Nenhum professor do Brasil poderá receber menos de R\$ 950,00 mensais para uma jornada de quarenta horas semanais. Fora também garantido por lei, que um terço da carga horária docente deveria ser dirigido para atividades fora da sala de aula, o que permitiria a correção de trabalhos, planejamento de aulas, participação em seminários, atendimento individual aos alunos e outras atividades que o projeto pedagógico da escola tivesse previsto. Entretanto, alguns governadores impetraram uma Ação de

Inconstitucionalidade (ADIN) junto ao Supremo Tribunal Federal, em relação a esta determinação legal, o que foi aprovado pelos Ministros.

No que se refere à formação docente, o PDE apresenta várias ações, entre elas: Iniciação à Docência - bolsas para alunos de licenciatura, Nova Capes - responsável pelas políticas de formação de professores, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) - cursos à distância de formação inicial e continuada de docentes da educação básica, esperando atingir aproximadamente dois milhões de professores.

O ensino à distância para formar professores em nível superior, nas condições atuais do avanço tecnológico, já está sendo utilizado por vários sistemas educacionais. No Estado do Rio de Janeiro, foi criado um consórcio de todas as universidades públicas – federais e estaduais (CEDERJ) - administrado pela Fundação CECIERJ, órgão da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, que já oferece em mais de trinta cidades, vários cursos de licenciatura nas áreas de Química, Física, Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia, além de Administração, Tecnologia em Sistemas de Computação e, recentemente, o de Turismo.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010)

A Conferência Nacional de Educação – CONAE, a ser realizada em março de 2010, em Brasília, é um espaço aberto pelo Governo Federal para que toda a sociedade brasileira participe do debate sobre a Educação Nacional, discutindo da Educação Infantil à Pós Graduação.

A finalidade principal da CONAE-2010 é discutir o Sistema Nacional Articulado de Educação e as diretrizes para o Plano Nacional de Educação 2011-2021, levando em conta a avaliação das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministro Fernando Haddad, em abril de 2007.

Todos os segmentos representativos da população brasileira: professores, estudantes, responsáveis pelos alunos, profissionais técnicos da educação, gestores, lideranças comunitárias, a sociedade civil organizada de modo geral está tendo a oportunidade de discutir e projetar os rumos da educação brasileira em conferências municipais, intermunicipais e estaduais.

A realização da CONAE nos faz relembrar um pouco da história da educação brasileira e traz nas suas origens a Lei nº 378, de 1937, que, ao reorganizar o então Ministério da Educação e Saúde Pública, instituiu a Conferência Nacional de Educação. No artigo 90 dessa Lei podemos ler:

Art. 90. Ficam instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde, realizadas em todo o País, e orientá-lo na execução dos serviços locais da educação e de saúde, bem como na comissão do auxílio e da subvenção federais.

A primeira Conferência Nacional de Educação foi realizada em novembro de 1941, e, a partir dela, congressos e conferências foram realizados pela sociedade e pelo Poder Público. Durante o período da ditadura militar houve um grande retrocesso, devido à proibição de seminários e congressos. Apenas as reuniões anuais da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) eram autorizadas pelo regime ditatorial.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a partir da abertura política pela ditadura, os educadores brasileiros retomaram aos poucos os espaços democráticos de construção de políticas públicas.

A Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010 está sendo precedida, em 2009, de Conferências Municipais/Intermunicipais e de Conferências Estaduais e do Distrito Federal, cuja discussão temática envolverá todas as etapas e modalidades de ensino.

As Conferências Municipais e Intermunicipais, bem como as Estaduais e a Nacional tem como base de discussão o Documento Referência da CONAE, escrito por uma equipe de pesquisadores da educação de diferentes instituições acadêmicas e que está organizado em seis eixos temáticos:

1. Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional
2. Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação;
3. Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar;
4. Formação e Valorização dos Profissionais da Educação;
5. Financiamento da Educação e Controle Social;
6. Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade

Conclusões

As reflexões sobre o Plano Nacional de Educação que temos hoje e sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação nos levam a concluir que, no âmbito das circunstâncias atuais e das perspectivas do futuro, pode-se associar a plausibilidade de continuação dos atuais cenários da educação, ou a preponderância de um deles, a fatores que poderão atuar como condicionantes:

- a) a capacidade de os governos federal, estaduais e municipais implementarem ações conjuntas que assegurem a integração e a qualidade do ensino em todos os níveis, incluindo-se a formação dos professores como etapa indispensável.
- b) o crescimento político dos municípios, investindo em projetos de Educação Básica, com resultados em curto e médio prazo.
- c) a organização de movimentos da sociedade para lutar por uma escola melhor e por professores mais bem formados e mais valorizados.

d) a tomada de consciência pelo conjunto dos professores da potencialidade de seu papel político e social e de que sozinhos não reverterão o quadro da educação no Brasil.

As ações governamentais assegurarão a melhoria da qualidade da educação no país, se conseguirem atender às demandas, com base em análise das necessidades expressas nos resultados das pesquisas realizadas pelo próprio MEC e por diferentes programas de pós-graduação.

Todos estes fatores dependerão do grau de governabilidade que conseguirmos atingir. O PNE 2001-2011, cujas metas dificilmente serão alcançadas até 2011, os Planos Estaduais e Municipais que ainda não estão consolidados em todo o Brasil, as ações do PDE que dependem da continuidade dos projetos municipais em andamento pelos atuais gestores educacionais são preocupações que os educadores brasileiros têm manifestado, pois sem um compromisso, de fato, de todos pela educação, não superaremos os desafios políticos que analisamos, nem atingiremos os patamares educacionais que almejamos.

A expectativa em relação ao sucesso da Conferência Nacional de Educação/ 2010 é que, finalmente tenhamos um Plano Nacional de Educação que seja, de fato, um documento norteador das políticas públicas de educação, construído democraticamente pelo povo brasileiro e consolidado por seus gestores públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 10/01/2001.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Publicado no D.O.U. de 25/04/2007.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Publicada no D.O.U. de 17/07/2008.

HADDAD, Fernando. "Petróleo e qualidade da educação". Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2008, p. A3.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 27, de 21 de junho de 2007. Institui o Plano de Desenvolvimento da Escola.- PDE-Escola. Publicada no D.O.U., de 28/06/2007.

_____. CONAE/2010: Documento Referência. Brasília: MEC, 2009

SAVIANI, Dermeval. "O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC". In: *Educação & Sociedade*, vol.28 nº 100. Campinas: CEDES, out. 2007.

O PODER MÉDICO EM NOVA FRIBURGO

Elizabeth Vieiralves (FSD)
Mestra em História (UERJ)
emav@globo.com

RESUMO

O presente artigo centra sua análise no estudo das relações entre medicina e poder político, em Nova Friburgo, entre 1955 e 1977. Destaca determinados políticos, que respaldados na sua prática médica solidária e altruísta, recebem de seus clientes, como moeda de troca, sufrágios eleitorais, expressando, dessa forma, sua gratidão.

RESUMEN

El presente artículo centra su análisis en el estudio de las relaciones entre medicina y poder político, en Nueva Friburgo, entre 1955 y 1977. Realza determinados políticos, que, anclados en su práctica médica solidaria y altruísta, reciben de sus clientes, en cambio, sufragios electorales, expresando, de este modo, su gratitud.

Palavras-chave: poder político, prática médica altruísta, sufrágios eleitorais.

INTRODUÇÃO

O período correspondente às décadas de 1950 a 1970, oferece elementos privilegiados para se analisar não só a ascensão de médicos atuantes e influentes aos cargos políticos, em Nova Friburgo, como a sua permanência no poder, por mais de vinte anos.

Entre os vários médicos com este perfil, selecionamos, apenas três que expressam determinadas características marcadas pelo altruísmo e abnegação, instigando a atenção para um estudo mais aprofundado sobre o tema. Dois deles, o Dr. Feliciano Benedicto da Costa e Dr. Amâncio Mario Azevedo, acrescentaram às suas práticas médicas o carisma que lhes era próprio, inserindo-se, também, no espaço político, ao assumirem cargos de mandatários municipais ou no legislativo. O terceiro médico, Dr. Dermeval Barbosa Moreira, embora não tenha assumido, diretamente, mandatos públicos, terá tão grande influência entre as famílias friburguenses, que o seu aval sobre qualquer candidato será suficiente para que este seja sufragado.

A consolidação do poder desses médicos se dá, de fato, a partir da redemocratização do país, pós Estado Novo, quando os partidos políticos voltam a fazer parte da cena política através das campanhas eleitorais e das disputas para amealhar votos entre a população - e vai se estender até o último período do governo de Amâncio de Azevedo (1977).

Dessa forma, o perfil dos médicos-políticos ganha um contorno mágico e sedutor pela sua atuação assistencialista, com toque messiânico, legitimado pela dedicação e tenacidade no seu trabalho, definindo uma nova “moeda” de troca pelos seus serviços.

Transforma-se a gratidão, pela atenção recebida, em fidelidade incondicional aos caminhos políticos apontados por esses médicos, independente de suas opções partidárias e ideológicas, conferindo-lhes poder e influência que se manifestam em todo o período analisado. Tal fato vai se verificar não só quando eles assumem a gestão direta da coisa pública, mas também, indiretamente, quando se constituem como referências obrigatórias a qualquer proposta. Isto significa que nenhum projeto político poderia ser construído sem a anuência das figuras médicas em questão.

O MÉDICO E A ARTE DE CURAR

O Aparelho Estatal, até a década de 1930, era o grande ausente nas questões relativas à previdência e à assistência médica da população brasileira. A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, com o crescimento industrial e conseqüente aumento da classe operária, começa a existir uma insatisfação generalizada entre os trabalhadores, que reivindicam seguridade social e assistência à saúde.

O próprio governo percebe a necessidade de criar mecanismos que viessem a atender, de certo modo, as carências e reclamos das classes trabalhadoras. Inaugura-se, então, em cima da experiência inicial das CAPs (Caixa de aposentadoria e Pensões) um sistema previdenciário, os IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões - formados pelas categorias profissionais organizadas com a finalidade de proporcionar aposentadorias e pensões, auxílio-doença e auxílio-funeral⁴⁰.

Os Institutos Previdenciários (IAPs), atuando, basicamente, na concessão de aposentadorias e benefícios aos seus assegurados, não impediam que a Medicina permanecesse, essencialmente, privada.

As pessoas desassistidas e desprotegidas economicamente procuravam a assistência médica em alguma forma de benemerência, realizada nas Santas Casas de Misericórdia ou, nos consultórios de médicos abnegados, inseridos numa proposta altruísta.

Geralmente, não eram muitos aqueles que se dispunham a serem acordados na madrugada, com a certeza que não receberiam honorários e, por vezes, até se obrigariam moralmente a comprar o remédio⁴¹.

Até os primórdios do século XX, a arte de curar sofria grandes limitações diagnósticas por conta da deficiente comprovação laboratorial e terapêutica cujos êxitos eram restritos.

A discussão desse fato, retrata as dificuldades médicas da época no tratamento de doenças, com a busca incessante do diagnóstico precoce, uma das únicas formas de obtenção da cura clínica.

⁴⁰ ROCHA João Hélio, *Assistência médica e odontológica para todos*. Nova Friburgo: Pro- Page, 1994, p.21.

⁴¹ Conforme entrevista do Dr. Vanor Tassara Moreira, ex-prefeito, em 04/09/2001.

Se, por um lado, muitas doenças foram sanadas com o auxílio de pesquisas científicas, medidas profiláticas, vacinações e terapias ousadas, por outro lado, os médicos, também, vivenciaram fracassos diante de situações-limites.

A população não desconhecia as dificuldades para se chegar ao bom termo da cura. Por isso mesmo, valorizava, sobremaneira, os tratamentos bem sucedidas, conduzidos pela competência dos médicos, formando com eles vínculos profundos de gratidão. Outras vezes, embora a cura não fosse possível à luz da ciência médica, os pacientes e seus familiares permaneciam ligados aos médicos que os assistiam e lhes proporcionavam o alívio possível da dor e frequente consolo.

Na realidade, a arte de curar até hoje enfrenta limites; algumas fronteiras desapareceram com os avanços científicos que vêm favorecendo a cura de inúmeras moléstias; outras fronteiras, porém, estabelecem barreiras ainda não ultrapassadas.

Durante muito tempo, o hospital foi o local dos desenlaces que, preferencialmente, não deveriam acontecer nos domicílios. A sua imagem, diante do povo, nada mais era que um nosocômio comprometido com o alívio da dor através dos opiácios, onde se esperava a morte: “*Em geral, até o início deste século, o hospital era um verdadeiro despejo de seres humanos, oriundos das classes menos favorecidas, que aguardavam a morte*”⁴².

Num processo evolutivo, durante o transcorrer do século XX, o papel do hospital mudou, tornando-se um lugar destinado à recuperação da saúde dos pacientes que para ali se dirigiam. O novo tipo de hospital serviu também para acentuar o poder médico e a dependência dos pacientes diante da autoridade profissional.

Nesse contexto, a prática da “ouvidoria”, que fazia parte do cotidiano dos médicos da época, estabelecia, nos consultórios e na visita domiciliar, o contato direto com a população, permitindo ao médico a realização de um diagnóstico mais preciso.

Servia, também, como reforço ao poder político, uma vez que o médico era conhecedor dos problemas que iam desde as queixas de saúde, passando pelas dificuldades pecuniárias, avaliando as condições em que viviam os seus pacientes, seus eleitores em potencial. Assim, a visita domiciliar ampliava os vínculos criados nos consultórios, expressos numa relação do médico para com seu paciente que, se submetia às suas orientações tanto no aspecto simplesmente médico como no projeto familiar onde atuava como conselheiro.

O poder médico, segundo Paul Starr⁴³, pode ser legitimado pelo conceito de *autoridade cultural*, cujas raízes encontram-se na dependência e na legitimidade. Entre os profissionais médicos a competência é a base para manter a dependência dos pacientes junto à sua autoridade, determinando a obediência às suas prescrições.

⁴² NETO, .André de Faria Pereira. *Palavras, Intenções e Gestos. Os interesses profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922)*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Medicina Social da UERJ, 1997, p. 23.

⁴³ STARR, .Paul. *La Transformación de la Medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económico, Secretaria de Salud, 1991 p. 23., Este autor é uma grande autoridade sobre o assunto.

Em relação à legitimidade do poder médico, a sua base encontra-se, também, na competência, reconhecida pela corporação, pela comunidade. Tais profissionais têm seus papéis ampliados, assumindo atitudes de aconselhamentos aos seus pacientes e identificando as suas necessidades mais prementes.

Como reforça Paul Starr: “*A semejanza del soberano en el Leviatán de Hobbes, su autoridad se extiende hasta el significado de las cosas*”⁴⁴.

Essa competência existente na prática médica logrou maior êxito com o advento dos antibióticos e quimioterápicos, nas décadas de 1940 e 1950, além de contar com o desenvolvimento de vacinas eficazes.

Consequentemente, em função destas conquistas, criou-se um clima de otimismo na comunidade científica pela crença de que seria possível eliminar as doenças infecciosas com os avanços tecnológicos ocorridos durante o período mencionado.

Todo esse otimismo vai se manifestar num certo culto à medicina, desdobrando-se numa fé inabalável nos médicos e na sua arte de curar. A hegemonia dos médicos, patenteada nessas décadas, foi reforçada pelo grande progresso da medicina do pós-guerra, possibilitando a crença que esses médicos seriam capazes de vencer todos os desafios no processo de cura de seus pacientes.

O DISCURSO DOS MÉDICOS ENQUANTO ESTRATÉGIA DE PODER.

O ano de 1922 foi um marco na sociedade brasileira, revestindo-se de grande importância no nível nacional, em razão de acontecimentos relevantes, tais como, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil, a comemoração do Centenário da Independência, entre outros, que vão trazer para discussão da sociedade brasileira questões sociais, políticas e culturais.

Realiza-se, nesse momento, o Congresso Nacional dos Práticos que veio somar-se aos eventos comemorativos do Centenário da Independência. O nome “*práticos*”, que, nesse Congresso, refere-se aos médicos, causou certa estranheza no universo de pessoas que viviam fora do contexto da corporação médica, uma vez que este conceito era usado para identificar profissionais cujos conhecimentos haviam sido adquiridos fora dos bancos universitários.

Encontramos na tese de André de Faria Pereira Neto uma referência à entrevista do ginecologista e obstetra famoso, Fernando Magalhães, ao repórter de *O Jornal*, explicando o conceito de “prático”:

“(…) Prático ou ‘*praticien*’ é o mesmo que médico praticante da profissão. O Congresso não se chamou dos clínicos – porque a clínica quer dizer leito do doente, e o

⁴⁴ Idem, p. 27

fim do nosso certâmen é discutir apenas a medicina social e não a medicina clínica” (NETO, 1997: 49).

Neste Congresso, foram apresentadas por relatores respeitados dentro da corporação, teses diferenciadas, relativas à classificação de profissionais médicos que vieram a se enquadrar em três modelos: altruísta, tecnicista e higienista⁴⁵.

O modelo altruísta é o que mais nos interessa neste momento, porque retrata com maior fidelidade o perfil dos médicos que nos dispomos analisar. Bonifácio Costa, médico defensor do modelo altruísta, assim o caracteriza:

“(…) a prática médica comporta, com efeito, um caráter de moralidade, de desinteresse, de abnegação e de sacrifício que parecia aos antecessores merecer ser identificado a um sacerdócio religioso e este caráter consagra sua originalidade profissional”(NETO. 1997: 58).

No modelo altruísta, o que importa é o exercício pleno das funções do médico, quer nos atendimentos clínicos quer nos cirúrgicos que, acima de tudo, deveriam ser revestidos de uma habilidade semelhante à do artista, sendo executada quase sempre de maneira individual.

Em reforço da visão altruísta, Bonifácio Costa afirma: “*Medicina é uma arte, que cura algumas vezes, alivia muitas vezes, consola sempre*”.⁴⁶

Normalmente, o atendimento médico assim caracterizado, fazia-se em caráter individual, prescindindo quase sempre de qualquer auxílio. Tais aspectos restringiam o trabalho de equipe, pois este médico absorvia, geralmente, todos os procedimentos profissionais que passavam pela anamnese⁴⁷, diagnóstico, prescrição de medicamentos e até o ato cirúrgico, se necessário fosse.

Os êxitos eleitorais, portanto, estavam associados à aproximação com as massas populares, num trabalho árduo que cobria não só a precariedade do atendimento institucional à população, mas também a deficiência do número de médicos atuantes na cidade.

A prática política desses médicos era muito semelhante. Embora inseridos em partidos diferentes, eram vistos pela população, principalmente, como profissionais competentes, dedicados, zelosos, condições estas que eram transferidas para a esfera política isto é, a sua competência como médicos os capacitava diante da opinião popular a exercerem os poderes políticos da cidade.

Por possuírem qualidades de “ouvidores”, esses médicos, granjeavam posições de protetores, conselheiros e amigos de seus pacientes, caracterizando uma postura paternalista em relação à clientela, fato que se projetava também para a vida pública.

⁴⁵ NETO, André de Pereira Faria. *Palavras, Intenções e Gestos. Os interesses profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922)*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Medicina Social da UERJ, 1997, p.58.

⁴⁶ COSTA, Bonifácio. In: idem, p.237.

⁴⁷ Anamnese consiste em avaliar sintomas e sinais através de um histórico do paciente que conduzem a um diagnóstico.

Em função da inserção das massas populares no projeto de governo, percebemos uma forma de populismo que, segundo a população da época carecia do autoritarismo tão comum nos governos populistas.

Para entender melhor esta questão, é interessante fazer uma breve apreciação sobre o populismo brasileiro, reportando-nos a Francisco Weffort, autor clássico, que analisou a prática populista. Na sua visão, a imagem mais adequada do conceito:

“é a de uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares”. (WEFFORT, 1978: 75- 76)

Dessa forma, percebemos, em Nova Friburgo, na prática política, característica dos médicos-políticos pós-45, a incorporação de elementos do populismo brasileiro, como a questão da aliança com setores de diferentes classes sociais, que mantém a sua hegemonia na sociedade friburguense. Percebemos, ao mesmo tempo, a concessão de muitas reivindicações populares, principalmente, àquelas das camadas mais carentes.

Entretanto, a prática médica altruísta, que coloca estes médicos em contato mais direto com a população, apesar de mantê-la acomodada, despolitizada mesmo, tem como resultado uma população disposta a fazer de tudo para que seus “protetores” permaneçam no poder.

Portanto, não levar em consideração o valor dado pela população à prática desses profissionais é, pelo menos, ficar distante da veracidade dos fatos, confirmados pelo sentimento de gratidão popular que sempre se transformou em apoio às vitoriosas campanhas eleitorais dos médicos⁴⁸.

A TRAJETÓRIA DOS MÉDICOS-POLÍTICOS

As tabelas que se seguem servem para ilustrar a frequência com que esses médicos alcançaram o poder político em Nova Friburgo, tanto no executivo como no legislativo.

TABELA DOS MÉDICOS PREFEITOS – 1955 – 1977

período	Prefeito	Partido	Vice-Prefeito	partido
1955-1959	Feliciano B. Costa	PSD / PSP	Amâncio M. de Azevedo	PSD
1959-1963	Amâncio M. de Azevedo	PSD	Vanor T. Moreira	PSP
1963-1964	Vanor T. Moreira	UDN	Heródoto B. de Mello	UDN
1967-1971	Amâncio M. de Azevedo	MDB	Lafayette B. Filho	MDB
1971-1973	Feliciano B. Costa	ARENA	José Rios	ARENA
1973-1977	Amâncio M. de Azevedo	MDB	Ítalo Spinelli	MDB

TABELA DE MÉDICOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS

Período	Deputado Estadual	Partido	Deputado Federal	Partido
---------	-------------------	---------	------------------	---------

⁴⁸ Conforme entrevista, em 28 de agosto de 2001, de Da. Maria José Braga, professora, escritora, poetisa, cofundadora da Academia Friburguense de Letras.

1963-1967	Amâncio M. de Azevedo	PSD		
1963-1967	Feliciano B. Costa	PSP		
1967-1970	Waldir Costa	MDB		
1970-1973	Waldir Costa	MDB		
1974-1977	Feliciano B. Costa	ARENA		
1978-1979			Amâncio M. de Azevedo	MDB / PP

A relevância desse estudo evidencia-se a partir da constatação da existência de seis mandatos de prefeitos-médicos, nesse período, que somariam cerca de duas décadas, além dos mandatos de deputado estadual, deputado federal assumidos por médicos, em Nova Friburgo.

Amâncio Mário de Azevedo era natural do Rio de Janeiro, onde nascera em 19 de dezembro de 1917. Ainda menino, veio para Nova Friburgo, onde completou seus estudos até o nível secundário, diplomando-se, em 1944, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ).

Em Amâncio, o médico vinha em primeiro lugar. A sua vocação política teve as raízes no seu próprio cotidiano como médico que, ao fazer atendimentos domiciliares em lugares inacessíveis, decidiu candidatar-se, visando melhorar as condições de vida da população mais carente, expandindo os serviços públicos para áreas até então abandonadas.

A sua trajetória política fez-se meteoricamente. Em 1946, Amâncio Mário de Azevedo conseguiu uma cadeira na Câmara Municipal, com 600 votos, e logo se destacou nas eleições da mesa, tornando-se figura obrigatória para responder sobre qualquer questão de saúde, consolidando-se essa posição em 1949, na Comissão de Higiene da Câmara municipal⁴⁹.

Em 1954, Dr. Amâncio Mário de Azevedo retornou à carreira política, sendo eleito vice-prefeito na gestão do Dr. Feliciano Costa (1955-1958). Na eleição seguinte, para a prefeitura municipal (1958), fez uma dobradinha com um jovem médico, Dr. Vanor Tassara Moreira, por sua vez, filho de outro influente médicos do município, Dr. Dermeval Barbosa Moreira.

Bastante elucidativa para mostrar a ligação de Amâncio com as classes populares, foi a sua decisão de tomar posse em plena Praça Getúlio Vargas – a Catedral dos Eucaliptos – como era chamada: *“Fiz uma promessa na Catedral dos Eucaliptos que assumiria o executivo na simplicidade e na intimidade dos que me deram tão significativa vitória”*⁵⁰.

Este gesto, em que Amâncio M. de Azevedo decide assumir o mandato de prefeito na praça, um espaço público simboliza a sua simbiose com as classes populares que lhe haviam conferido o poder através dos sufrágios eleitorais, refletindo também a incorporação à cultura popular.

⁴⁹ Jornal *A Voz da Serra* de 20 de outubro de 1947, 1ª página. Amâncio assumiu nesse momento a Comissão de Higiene da Câmara onde teve atuação destacada.

⁵⁰ *A Voz da Serra* de 07/08 de fevereiro de 1959, 1ª página. Cumpre ressaltar que a Praça Getulio Vargas constitui-se o ponto central de Nova Friburgo.

No ano eleitoral de 1962, Amâncio Mário de Azevedo permaneceu no comando político de seu grupo de apoio, elegendo-se Deputado Estadual⁵¹. É importante ressaltar que as suas atividades no Legislativo não o fizeram esquecer a sua condição de médico, cuja clientela exigia a continuidade na assistência clínica, mantendo o seu domicílio em Nova Friburgo.

Em 1966, Amâncio volta a pleitear a cadeira do executivo, vencendo seu principal adversário por uma margem de 3 mil e 500 sufrágios. O povo estava delirante!

Mais uma vez, em 1972, Amâncio Azevedo concorre à Prefeitura Municipal. Num manifesto assinado pelo deputado Dr. Waldir Costa e pelo Dr. Dermeval Barbosa Moreira, estes médicos avalizam a candidatura do colega durante a campanha política: “o povo friburguense sabe que Amâncio representa os sentimentos mais nobres do nosso povo, que significa o próprio povo no governo”⁵².

Ainda em campanha, o médico-político sofre as primeiras manifestações da doença que o havia acometido, precisando afastar-se momentaneamente em virtude de uma delicada intervenção cirúrgica. Tal episódio, porém, não impede que a população consagre Amâncio nas urnas, como Prefeito de Nova Friburgo, pela terceira vez.

O seu último mandato foi mais atribulado, não só em função da sua saúde que se deteriorava, mas, também, de acontecimentos políticos ocorridos no município.⁵³ Mesmo assim, na eleição de 1978, Amâncio Mário de Azevedo elegeu-se Deputado Federal, mandato que exercerá apenas até o final de 1979, quando vem a falecer em 13 de dezembro, praticamente encerrando o ciclo dos chamados “médicos do povo”⁵⁴.

Feliciano Benedicto da Costa nasceu no dia 28 de setembro de 1902, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Vinha de uma família humilde, sendo o único filho a se formar por ter entrado na Marinha de Guerra do Brasil, que lhe deu condições para continuar os estudos.

Inicialmente como grumete, Feliciano ultrapassou muitas barreiras, inclusive por ser negro, chegando ao oficialato (capitão de Mar e Guerra), numa instituição elitista e, de certa forma, racista como a Marinha do Brasil. Fez o curso de enfermagem e posteriormente cursou medicina na Faculdade Fluminense de Medicina onde se formou em 1936. Veio para Nova Friburgo como chefe de clínica do Hospital de tuberculosos do Sanatório Naval, em 1940.

Além de ser profundamente comprometido com a Santa Casa de Misericórdia, Dr. Feliciano fazia, também, da sua vida médica uma doação aos excluídos, com uma proposta altruísta, cobrando de quem tivesse posses e beneficiando a população marginalizada.

⁵¹ Jornal *A Voz da Serra* de 03 de abril de 1962, 1ª página.

⁵² *O Nova Friburgo* de 30 de setembro de 1972, p. 08.

⁵³ Em 1973, ocorreu um assassinato no interior da Câmara Municipal, gerando certa instabilidade política no seu governo.

⁵⁴ Robson Perrut. *Nosso Jornal*. Edição Especial de dezembro de 1989, p. 03.

Em Nova Friburgo, onde se radicou, constituiu uma invejável clínica médica, encerrando, nesta cidade, a sua carreira militar da qual muito se orgulhava.

Iniciou sua carreira política no PTB, percorrendo depois o PSD, PSP, ARENA e, após a abertura partidária, filiou-se no PP. Assumiu o mandato de prefeito por duas vezes – 1956/1959 e 1972/1973 - além de se eleger como deputado estadual por dois períodos – 1963/1967 e 1975/1978. No primeiro mandato de deputado, tornou-se Secretário de Estado do governo de Badger Silveira

Feliciano Costa, o “Corisco”, no dizer do jornalista Nelson Kemp, graças ao seu temperamento inquieto, procurava sempre criar novas situações, no dinamismo constante de sua gestão⁵⁵. O comprometimento com o turismo, como fonte de renda para o município, o fez criar a Secretaria de Turismo, órgão orientador de um calendário de eventos proposto para o ano inteiro cuja finalidade era de atrair para Nova Friburgo o maior número de turistas. Para viabilizar o seu projeto, empenhou-se, junto ao governador Miguel Couto, no sentido de asfaltar a estrada da Serra dos Órgãos no trajeto Cachoeiras de Macacu / Nova Friburgo – a Br 116, fator primordial para alavancar o desenvolvimento do turismo no município.

Esta era uma nova visão entre a cidade-clima, que se destinava à recuperação de doentes, principalmente tuberculosos e a cidade-turismo, que trazia festas e lazer para os sadios⁵⁶.

A sua morte, em 1981, extrapolou as fronteiras de Nova Friburgo. Além do povo que pranteava o médico querido, velhos políticos da República, também, se manifestaram através de exéquias laudatórias ao médico-político.

Dermeval Barbosa Moreira nascido em 13 de agosto de 1900, em Conceição de Macabu, torna-se farmacêutico formado em Leopoldina, Minas Gerais, exercendo sua profissão por sete anos. Ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, onde se forma na primeira turma da UFF, em 1931. Permanece trabalhando por mais três anos como médico em Conceição de Macabu e, por fim, transfere-se para Nova Friburgo, em 1934.

Durante 40 anos, Dermeval B. Moreira trabalhou em Nova Friburgo, na voz corrente da população, dedicando às classes mais carentes o melhor dos seus esforços Junto de outros médicos, o Dr. Dermeval fez parte do ciclo dos “*médicos do povo*”, identificando-se com eles no que diz respeito à prática altruísta, colocando-se a serviço daqueles que mais necessitavam⁵⁷.

Dermeval Moreira, possuía um grande prestígio influenciando, seguramente, nos resultados eleitorais, já que aqueles candidatos por ele indicados, quase sempre saíam vitoriosos das urnas. Bastante elucidativa foi a eleição de Amâncio Mario Azevedo, em 1972, quando, uma semana antes

⁵⁵ Jornal *A Voz da Serra* de 20/21 de janeiro de 1973, p. 01.

⁵⁶ Jornal *O Nova Friburgo*, de 28 de junho de 1958, 1ª página, cont. p. 2 b. Este trajeto foi obra do governo do Dr. Miguel Couto Filho (1955-1958).

⁵⁷ *Nosso Jornal* de 03 de dezembro de 1989, p.03.

do pleito, tornou público o seu apoio ao correligionário, transformando a possível derrota em vitória⁵⁸.

Poucos anos após a sua chegada em Nova Friburgo, funda o Pronto Socorro em 1º de junho de 1940, sob sua direção e reúne um grupo de médicos onde pontifica seu grande amigo, o cirurgião Waldir Costa. O compromisso com a saúde do friburguense exigiu a ampliação do sistema hospitalar. O Pronto Socorro não suportava mais a demanda.

Sob a liderança de Dermeval, a classe médica e os empresários foram convocados para participar acionariamente do empreendimento do Hospital São Lucas, inicialmente através da adaptação do Hotel Madrid em Casa de Saúde, com o objetivo primordial de construir, num futuro próximo, um grande hospital no seu antigo sítio⁵⁹,

Em 1974, o médico do povo, amado e respeitado, depois de uma lenta agonia faleceu, recebendo de cerca de 60 mil pessoas⁶⁰ o adeus de gratidão e as saudades eternas.

DILUIÇÃO DO PODER DOS MÉDICOS-POLÍTICOS

Na década de 1970, a política do atendimento previdenciário e médico torna-se mais abrangente, estendendo-se à população rural e, logo a seguir, aos empregados domésticos, culminando em 1977 com a divisão do sistema previdenciário- INPS- e do atendimento médico – INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), estabelecendo a massificação e universalização da assistência previdenciária e médica.

Entretanto, o exercício pleno da assistência médica, abrangendo todos os segmentos da população, só ocorrerá, de fato, em todo território brasileiro, a partir da Constituição de 1988,

com a transferência definitiva do controle da assistência médica para o Ministério da Saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS)⁶¹.

Em Nova Friburgo, os direitos ampliados dessas novas categorias a partir da década de 1970, constitui um aumento considerável da demanda por parte dos assistidos, obrigando à criação de novos serviços e à terceirização de outros, como ambulatórios de ortopedia, laboratórios, banco de sangue, serviços radiológicos, entre outros.

A população, antes desassistida institucionalmente, passa a ter direitos que lhe asseguram, ainda que precariamente, um atendimento clínico e cirúrgico junto às Instituições governamentais.

Verificamos, a partir daí, a diluição do sentimento de gratidão que criava fortes vínculos individuais entre o médico e o paciente, desobrigando-o moralmente de retribuir qualquer tipo de favor com o sufrágio eleitoral.

⁵⁸ Entrevista de sua filha, Da. Derly Moreira Chalhoub, em 04 de setembro de 2000.

⁵⁹ Jornal *A Voz da Serra* de 23/24 de abril de 1966, p. 01.

⁶⁰ A estimativa de 60 mil pessoas refere-se aos habitantes de Nova Friburgo e moradores das cidades vizinhas que foram prestar a última homenagem ao seu ídolo. Cf depoimento da filha de Dermeval B. Moreira, D.^a Derly M. Chalhoub.

⁶¹ CORDEIRO, Hésio *Sistema Único de Saúde*. RJ: Ayuri Editorial Ltda. 1991, p. 184. Resolução nº 258 de 07 de janeiro de 1991 do INAMPS/MS aprovando a norma operacional básica do SUS nº 01/91. D.O.U. de 10/01/1991.

Os novos médicos que passam a atuar profissionalmente na cidade, inserem-se numa outra filosofia de trabalho, que se realiza de uma maneira corporativa, resguardando, de certo modo, a sua privacidade nos momentos em que se encontram desobrigados de cumprir horários de trabalho.

Na realidade, o governo e as instituições privadas tornam-se os intermediários entre os médicos e a clientela, em razão do seu poder econômico, comprando ou vendendo os serviços médicos, quer sejam com vínculos empregatícios, quer de forma terceirizada.

O médico vai, pois, perdendo a sua identidade na relação médico-paciente. As instituições ambulatoriais substituem o poder pessoal do médico que se torna, diante da população, o plantonista da maternidade, do ambulatório, do pronto socorro, da clínica cirúrgica, etc.

Com a universidade direcionando o ensino para especializações no campo clínico e cirúrgico, o médico chegou ao centro urbano com o compromisso de exercer somente a sua especialidade. Assim sendo, o médico generalista passou a ter menos prestígio e poder com os pacientes em relação ao crédito dado aos especialistas.

Essa nova situação eliminara a exclusividade de um único médico que resolvia, anteriormente, todos os problemas de saúde da família, obrigando a formação de novos vínculos, na razão de necessidades prementes que seriam melhor resolvidas por especialistas. Em Nova Friburgo, com o desaparecimento desses médicos como partícipes do contexto familiar, como conselheiros, orientadores e amigos, fica uma lacuna na sociedade que, hoje, com a implantação, ainda reduzida, da experiência cubana do médico de família, propõe-se resgatar os benefícios do médico no convívio intenso do projeto familiar, que nada mais é do que incentivar a humanização profissional.

É importante perceber que o homem se ressentia da visão fragmentada do seu ser. Ele precisa ser visto como um todo, estimulado a desenvolver seus potenciais que não se limitam somente aos atendimentos especializados.

Não se pretende, com isso, combater os avanços alcançados com a visão particularizada do organismo humano, com o desenvolvimento das diversas especialidades. De modo geral, pode-se identificar como grande carência, na relação médico-paciente, a falta de humanização do projeto médico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Nova Friburgo, os médicos-políticos que assumiram o poder executivo e, algumas vezes, o legislativo, alcançaram êxitos eleitorais devido a uma prática médica de caráter altruísta, associada a uma aproximação com as massas populares, num trabalho árduo que cobria não só a precariedade do atendimento institucional à população, mas também a deficiência do número de médicos atuantes na cidade.

A prática política desses médicos era muito semelhante. Embora inseridos em partidos diferentes, eram vistos pela população, principalmente, como profissionais médicos competentes, dedicados, zelosos, condições estas que eram transferidas para a esfera política, mais precisamente, a sua competência como médicos os capacitava diante da opinião popular a exercerem os poderes políticos da cidade

Era com bastante frequência que esses médicos assumiam posições de protetores, conselheiros e amigos de seus pacientes, caracterizando o caráter paternalista, pode-se, mesmo, dizer populista em relação à clientela, fato que se projetava, também, para a vida pública.

Com a evolução da medicina institucional, a partir da década de 1960, começa um processo de diluição do poder político dos médicos, acrescido do aumento do contingente desses profissionais.

O sistema médico previdenciário friburguense apresenta mudanças que se concretizam, de modo geral, no atendimento despersonalizado do médico ao paciente, situação que não era comum anteriormente.

Dessa maneira, o profissional médico, sofreu um processo de proletarização. Para ter um salário digno diante das novas exigências sociais, passou a exercer a medicina em diversos empregos, atendendo a uma clientela crescente em razão da expansão demográfica, em parte favorecida pelo êxodo rural e pela migração da população das cidades vizinhas, conforme dados do IBGE⁶².

Com isso, a medicina desvia seu eixo de atendimento, que deixa de ser feito nos consultórios equipados dos médicos e passa a se realizar por especialistas em ambulatórios previdenciários, algumas vezes, em condições deficientes e desestimuladoras. Os hospitais, tornam-se o centro do sistema, assumindo a condição de “*balcão de negócios*” da medicina, de planos de assistência pública e privada, em geral, mal remunerados. A hospitalização cresce com internações até para confirmar o diagnóstico através de inúmeros pareceres de especialistas e exames complementares.

A medicina atual, para alcançar o seu desiderato, precisa da participação de todos os envolvidos na sua execução que venham a se comprometer com a disciplina social, ideias humanísticas, novos hábitos na relação médico-paciente, estabelecendo um sentido moral de cooperação para que o seu gestor principal, o Estado, possa torná-la um direito universal do povo.

Caberia muito a propósito a afirmação do prof. Vicente Barreto no seu artigo “*Ética para a Democracia*”, quando se refere à medicina atual dentro dos quadros do neoliberalismo:

“O problema não consiste, portanto, nem no término da economia capitalista, nem no desaparecimento do Estado; trata-se do controle do Estado e da economia pela

⁶² Análise Demográfica de Nova Friburgo. Prefeitura Municipal. Tabela III p. 05. De acordo com os censos do IBGE, em 1970 a população migrante era de 27,8% da população geral e em 1980, a população migrante era de 33% da geral.

sociedade com estabelecimento de regras morais referentes ao bem viver que superam o individualismo liberal” (BARRETO, 1991: 4-6).

Em suma, a pretensão desse estudo é de reconhecer qualidades de solidariedade e de benevolência nos médicos analisados, sem mistificações. A atitude altruísta dos médicos-políticos em sua prática profissional abnegada, no trato do ser humano, em meio ao sofrimento, não os exime de suas responsabilidades públicas.

Sem dúvida, o populismo se vale de um Estado inoperante, ineficiente e, faz da dificuldade ao atendimento, a moeda de troca política/eleitoral.

Numa análise mais profunda e crítica, entendemos que tal prática não estimula, nem contribui para a construção da cidadania e da consciência de direito da população friburguense. Toda prática populista, mesmo com espírito altruísta, não favorece à construção de uma sociedade livre, consciente e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: o processo de urbanização da Suíça Brasileira*. Niterói, 1992, Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado
- BARRETO, Vicente. *Ética para a Democracia*. Caderno de ideias do Jornal do Brasil de 13/09/91, pp. 4, 6.
- CORDEIRO, Hésio. *Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro: Ayuri, 1991.
- COSTA, Bonifácio. “O charlatanismo médico e as medicinas absurdas”. Actas, p. 237. In: NETO, André de Faria Pereira. *Palavras, Intenções e Gestos*. Os Interesses Profissionais da elite Médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922). Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1997.
- COSTA, Ricardo da Gama Rosa. “Visões do “Paraíso Capitalista” - Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República”. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997, dissertação de mestrado.
- MELLO, Thereza de Albuquerque (coord.), *Notas Biográficas para Monografias*, Caderno de Cultura nº 1, Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1985.
- NETO, André de Faria Pereira. *Palavras, Intenções e Gestos*. Os Interesses Profissionais da elite Médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922). Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1997.
- ROCHA, João Hélio. *Assistência Médica e Odontológica para Todos*. Nova Friburgo: Pro-Page, 1994.
- STARR, Paul. *La Transformación Social de la Medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOBRE O EPITÁFIO COMO TIPOLOGIA POÉTICA

Luiz Fernando Dias Pita (FSD)
 Mestre em Letras Clássicas (UFRJ)
 Mestre em Literaturas Hispânicas (UFF)
 nandopit@uol.com.br

RESUMO

O estudo do processo escritural dos epitáfios revela uma tipologia poética cuja trajetória é bastante elucidativa quanto à relação da sociedade ocidental com a morte, mostrando-se não só uma fonte para os estudos literários, assim como históricos e antropológicos.

RESUMEN

El estudio del proceso escritural del epitafio revela una tipología poética cuya trayectoria es bastante elucidativa cuanto a la relación de la sociedad occidental con la muerte, mostrándose como fuente para los estudios históricos y antropológicos.

Palavras-chave: Tipologia poética, Latim, Estudos históricos

Dentre as diversas transformações ocorridas na sociedade contemporânea pelo avanço da Modernidade, uma das mais radicais tem sido a da erradicação da morte do cotidiano. Sendo a assepsia um dos valores mais caros à contemporaneidade, assistimos ao progressivo banimento da morte não apenas para a periferia das relações pessoais mas também a seu constante deslocamento para fora do cotidiano familiar. Exemplo disso é que, se há duas gerações era ainda corriqueiro que os falecimentos se dessem em casa, e os velórios idem, hoje tais práticas soam absurdas para a esmagadora maioria das populações urbanas, acostumadas a, respectivamente, (não) vê-los ocorrerem em hospitais e relegá-los às capelas dos cemitérios.

Como decorrência deste fato, temos a falência do epitáfio como uma das diversas tipologias em que se era possível classificar os gêneros poéticos. Claro está que se, dentre estes, o epitáfio - por sua própria temática - sempre ocupou a mais lúgubre das posições, o fato de o gênero ter caído em desuso o coloca em uma situação ainda mais periférica no conjunto dos estudos literários. No entanto, para pesquisadores de algumas áreas, o epitáfio pode ainda mostrar-se como fonte de informações de substancial interesse: dados históricos, geográficos, culturais, etc., podem ser extraídos de epitáfios.

Por permitir a extração de informações de tal monta – relevantes para o conjunto das Ciências Humanas e em sintonia ainda mais estreita com o âmbito dos estudos da Língua Latina, defendo ser o epitáfio um gênero com que dever-se-ia ter maior proximidade, pelo fato de apresentar - posto que sua composição era habitual tanto entre a nobreza quanto mesmo entre a burguesia ascendente - uma produção ininterrupta neste idioma até o século XIX, data a partir de que se torna esporádica – e em que a própria elaboração de epitáfios torna-se também exígua.

Seja como for, através dos epitáfios podemos extrair informações de caráter linguístico, filológico, epigráfico, e mesmo poético, posto que muitos foram compostos como peças poéticas de pequena ou média extensão. Enfim, os mais diversos aspectos da língua latina podem ser detectados através de seu exame. Ultrapassando ainda este âmbito, o epitáfio – analisado como gênero – comporta ainda possibilidades de abordagem que podem contribuir para um melhor exame da própria evolução dos gêneros em si, prestando com isso um serviço aos Estudos Literários.

Se já alertamos para a extensão do epitáfio como uma de suas características básicas, cumpre evocar também o fato de não ter um leitor potencial – como seriam os das demais tipologias literárias – à exceção do transeunte, alguém que, fortuitamente, se deparasse com o texto.

Este caráter fortuito no perfil do leitor deve-se ao fato de que a maioria dos epitáfios da Antiguidade sequer sejam encontrados em cemitérios, posto que então era mais habitual o cremarem-se os mortos ao sepultamento simples. Os cemitérios, quando os havia, eram localizados fora das cidades, e mesmo em galerias subterrâneas – caso de Roma. Também era corriqueiro que as grandes famílias do Império construíssem, à beira das estradas, seus próprios mausoléus. Ademais, muitas vezes os textos dos epitáfios eram usados não nos túmulos, mas nas estátuas e medalhões dedicados aos falecidos. Deste modo, o epitáfio ocupava um espaço muito mais público que aquele que lhe seria posteriormente reservado; uma vez que, como resultado do Cristianismo e de sua crença na ressurreição da carne, tornou-se costume – durante a Idade Média e mesmo durante o Renascimento - sepultarem-se os nobres em igrejas ou nas capelas de seus palácios; sendo aí colocadas as lápides e, nelas, os textos.

Antes de prosseguirmos, no entanto, cabe alertar que os epitáfios aqui selecionados provêm de túmulos localizados em sua maioria na Península Ibérica e isto se deve à grande quantidade dos mesmos que aí se preservaram.

Dentre os epitáfios originalmente compostos em língua latina, o mais conhecido certamente será o de Virgílio. Composto pelo próprio, pode ser tomado como paradigmático para o gênero: “Mantua me genuit, Calabri rapuere, tenet nunc/ Parthenope: cecini pascua, rura, duces.”⁶³

De brevíssima extensão, o epitáfio em si deixa ao leitor a tarefa de descobrir a quem se refere o texto. É estabelecido um curioso jogo de interpretações, pois constroi-se um texto em que o leitor desconhecido deverá buscar – pelas “pistas” que o texto concede – conhecer o autor. Considerada a fama de Virgílio, esta identificação não teria sido difícil; até porque, segundo o que se deduz pelo exemplo seguinte – recolhido em Mértola, sul de Portugal), a prática de deixar a cargo do transeunte a identificação do túmulo tornou-se costumeira:

Itala me genuit telus, Hispania exil;
lustris quinque fui, sexta peremit hiemps.
Ignotus cunctis hospesque hac sede iacebam,

⁶³ “Nasci em Mântua e na Calábria morri; tem-me agora/ Nápoles: cantei os pastos, os campos, os guerreiros.”

Império Romano do Ocidente. Em momento histórico caracterizado pelo esvaziamento cultural e pela concentração da cultura nas mãos da Igreja, percebe-se o aumento da extensão dos epitáfios, que, tornados mais longos ao tempo em que a maioria da população tornava-se analfabeta, acabavam por configurar faticamente uma mensagem de poder.

Contudo, seja pela extensão, que conduzia à inserção de novos elementos, enriquecendo a variedade temática dos epitáfios, seja pelo ideário cristão agora presente nos textos, estes epitáfios principiam a apresentar os topoi que cristalizariam o gênero. Assim é que no Epitáfio de Basilla, composto por Eugênio de Toledo, começa a perceber-se o esboço de uma sensibilidade que nos é mais próxima que a das anteriores:

Sparge rosas, lector, et lilia candida pone
 Et rite sacrum sic uenerare locum.
 Hic dilecta deo recubans Basilla quiescit,
 Clara parentatu, clarior et merito,
 uirtutum gemmis et morum flore uenusta:
 Hanc imitare uelis, si bonis esse cupis.⁶⁶

A composição de epitáfios começa também a evidenciar práticas próprias de outros gêneros literários – como a sátira e o vilipêndio – como se percebe no exemplo abaixo, e dedicado ao rei visigodo Chindasvinto (643-657); o qual, apesar de considerado pelos historiadores um dos que melhor governou a Península Ibérica, fazendo diversas reformas legislativas e beneficiando a Igreja em diversos momentos; recebeu do mesmo Eugênio de Toledo a seguinte “homenagem”:

Plangite me cuncti, quos terrae continet orbis,
 Sic uestra propriis probra lauentur aquis,
 Sic Christus uobis dimittat debita clemens,
 Sic pateat summi fulgida porta poli.
 Promite funereum contrito pectore fletum
 Et facite luctum conlacrimando pium,
 Suspirate deo, gemitum producite maestum
 Ac pro me misero dicite “parce precor”.
 Chindasuinthus ego noxarrum semper amicus,
 Patrator scelerum Chindasuinthus ego.
 Inpius obscaenus, probrosus turpis iniquus,
 Optima nulla uolens, pessima cuncta ualens
 Quidquid agit qui praua cupit, qui noxia quaerit,
 Omnia commisi, peius et inde fui.
 Nulla fuit culpa, quam non committere uellem,
 Maximus in uitiiis et ipse fui.
 En cinis hic redii scepra qui regia gessi:
 Purpura quem texit, iam modo terra premit.
 Non mihi nunc prosunt biblattea tegmina regni,
 Non gemmae uirides, non diadema nitens.
 Non iuuat argentum, non fulgens adiuuat aurum,
 Aulica fulcra nocent nec mihi gaza placet.

⁶⁶ “Espalha rosas, leitor, e depõe lírios brancos/ E assim venera segundo os ritos este lugar sagrado./ Aqui deitada descansa Basilla querida por Deus./ De família ilustre, e mais ilustre que pedras preciosas/ pelo mérito das virtudes e que uma flor pela elegância dos costumes:/ Queira imitá-la, se quiserdes estar entre os bons.”

Omnis enim luteae deceptrix gloria uitae
 Et flatus abiit, mox liquefacta perit.
 Felix ille nimis et Christi munere felix,
 Qui terrae fragiles semper abhorret opes.⁶⁷

A tônica depreciativa que aparece no epitáfio de Chindasvinto demonstra que o processo escritural reservado aos epitáfios já não era destinado à simples preservação da memória dos mortos, mas adquirira a função de fazê-lo de acordo com os interesses dos vivos, fato que tem seu exemplo mais gritante nos epitáfios de D. Afonso Henriques, considerado o fundador da monarquia portuguesa ao derrotar os castelhanos na batalha de Ourique. Enterrado de maneira simples em um nicho de uma igreja de Coimbra, seus restos eram identificados pelo poema a seguir:

Alter Alexander iacet hic, aut Iulius alter
 Belliger inuictus, splendidus orbis honor.
 Pacis et armorum cuato moderamine doctus
 Alternare uices tempora tuta dedit.
 Quis pietas Christi uel quantum debeat isti
 Ad fidei cultum regna subacta docent.
 Post Regni fastus † fidei moderamine pastus
 In miseros inopes accumulauit opes.
 Quod Crucis hic tutor fuerit necnon Cruce tutus
 Ipsius clypeo Crux clypeata docet.
 Viuax Fama, licet tibi tempora longa reserues,
 Digna suis meritis dicere nemo potest.⁶⁸

Em 1520, D. Manuel I constroi um novo e monumental mausoléu para D. Afonso Henriques, colocando-lhe um novo e muito mais laudatório epitáfio:

Alphonso Henrico I Portugaliae Regi, regio sanguine, religione et armis clarissimo, qui imperatore Alphonso Castellae rege pro patria, ac uiginti potentissimis Maurorum regibus cum maximis copiis, parua manu sed fide animoque ingenti, diuersis proeliis pro christiani nominis augmento, iusta acte, superatis: Olysiponem Sanctarenam Eboram aliaque quatordecim munitissima oppida et uniuersam fere Lusitaniam ab infidelium

⁶⁷ “Chorai me todos os que estão sobre a terra,/ assim vossas vergonhas serão lavadas com a água apropriada,/ assim Cristo clemente liberte-vos dos débitos,/ assim se abram as portas brilhantes do Céu supremo./ Ofereça um choro fúnebre com um peito contrito,/ e fazei, chorando em coro, um luto piedoso./ Suspirai a Deus, produzi um gemido triste, e pelo mísero de mim dizei “poupai-o, suplico”./ Sou Chindasvinto sempre amigo das culpas,/ sou Chindasvinto executor de crimes./ Ímpio, obsceno, iníquo torpe e vergonhoso,/ favorável a nada bom, eficaz em tudo quanto péssimo/ quem deseja o que quer que seja vicioso, quem busca o nocivo./ Tudo isto cometi, e fui ainda pior:/ Não houve culpa que não quisesse cometer, e eu mesmo fui o máximo em vícios./ Eis que aqui, em cinzas, devolvi os cetros reais que comandeii:/ já somente a terra oprime as púrpuras que vesti,/ não me são úteis agora as duplas couraças púrpura do reino, /nem as gemas verdes, nem o diadema brilhante,/ nem a prata nem o ouro refulgente ajudam, /nem me agrada o tesouro, e os servos da corte atrapalham./ Pois tudo - a enganadora glória e o sopro da vida suja - se esvai,/ e uma vez dissolvida, morre./ Muito feliz e feliz é aquele que, com a dádiva de Cristo,/ sempre despreza as frágeis riquezas da terra.”

⁶⁸ “Aqui jaz enterrado outro Alexandre ou Júlio César, guerreiro invencível, honra e lustre do mundo./ Manteve os tempos do seu reinado com a maravilhosa variedade e alternância de paz e guerra./ Os reinos que reduziu a poder da Igreja estão mostrando o muito que mereceu à religião cristã e fé de nosso Salvador./ Depois de fazer os gastos que convinhão à majestade de seu real estado, entesourou para os pobres e miseráveis, levado a isso com a suavidade da lei evangélica./ Bem mostra que foi defensor da Cruz de Cristo e defendido por ela o seu escudo real, em o qual se vê a mesma cruz repartida em escudos menores./ Fama vivaz! Ainda que acrescentes tempo mais dilatados, ninguém haverá que possa dar louvores iguais a seus méritos.”

manu recuperans Christi peculiū adiecit. Hoc et Alcobatiae pluraque alia caenobia extruxit ditavitque: nec Regno solum posterisque insignia Christum qui ei apparuit crucifixum referentia, sed cunctis etiam maximum exemplum reliquit. Cuius uirtus suis contenta factis cetera exequi non patitur. De Fide, de Patria, de Regno, de suis benemerenti, pietissimum hoc sepulchrum posuere. Obiit anno Domini CICCLXXXV, Regni sui LXXIII et aetatis XCI VI die Decembris RIP.⁶⁹

Como se percebe, o novo epitáfio de D. Afonso Henriques acaba por conceder estatuto de veracidade histórica às lendas que o cercam, contribuindo, posto que oficializa, para a constituição daquela imagem de fundador do reino que os séculos seguintes corroborarão.

Entretanto, mesmo período histórico observar-se-ão duas importantes mudanças no cotidiano cujas consequências para o gênero epitáfio logo far-se-ão sentir: o advento da imprensa e o Humanismo Renascentista. O primeiro com seu consequente avanço na propagação do livro, possibilita ao gênero um novo meio de divulgação, pois poderá ser composto já não apenas para exposição em lápides e igrejas, mas para livre circulação, o que aliás ocorreria com qualquer outro texto poético. E o segundo, propugnando-se a busca pelas fontes clássicas e também mais intensas pesquisas sobre o padrão culto da língua latina, acabará por erguer a um novo patamar o nível da produção poética em língua latina como um todo e do gênero epitáfio em particular, uma vez que poetas consagrados estarão empenhados em sua produção.

Agregando-se a isto o forte influxo cultural humanístico vivido por Portugal nos séculos XV e XVI, momento histórico em que despontava como potência econômica europeia, graças ao comércio marítimo, é facilmente compreensível o porquê da produção portuguesa ter sido tão abundante, havendo grande variedade de poetas lusos dedicados ao tema. É curioso notar que os epitáfios compostos para divulgação em livro raramente eram os mesmos utilizados para as lápides dos homenageados, o que lhes conferiria um valor apócrifo, mas também uma função informativa muito próxima, pois análoga, daquela que se destacava na poesia popular.

Uma mostra do quanto a circulação do epitáfio vinculou-se à do livro repousa na variedade de epitáfios compostos por Flavius Iacobus Eborensis – pseudônimo do poeta Diogo Pires, com fértil produção no gênero – a respeito da morte de D. Sebastião I na batalha de Alcácer-Quibir (1572):

Quem tellus tantilla tegit Bethlemis ad aedem,
Victor Ioannes rex Orientis erat.
Felix, heu nimium felix, ni scepra Sebastus

⁶⁹ “Ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, claríssimo pelo sangue real, religião e armas, o qual, vencidos em várias batalhas o imperador D. Afonso, rei de Castela, em defesa do reino, e vinte reis mouros poderosíssimos, acompanhados de grandes exércitos, em aumento da cristandade e não tendo ele da sua parte mais que poucos soldados e a pureza da fé e grandeza de ânimo de que era dotado, livrou da servidão dos mouros e restituiu à Igreja de Cristo, Lisboa, Santarém, Évora e outras catorza povoações fortíssimas. Fundou e dotou liberalmente este mosteiro e o de Alcobaça e outros muitos. Não só deixou ao reino e a seus descendentes as armas em que se representam as chagas de Cristo, o qual lhe apareceu, mas um exemplo maravilhoso, cuja virtude com suas obras se iguala e não dá lugar a se passar adiante em seus louvores. A este ínclito príncipe, tão benemérito da república cristã, de sua pátria, reino e de seus vassallos mandaram seus piedosos herdeiros levantar este sepulcro. Faleceu no ano do Senhor de 1185, tendo setenta e três de seu reinado e de idade noventa e um, no sexto dia do mês

Exciperet, nocuit Manibus ille nepos.⁷⁰

Lusitana suo iacet hic cum rege iuuentus.
Crimen et hoc (eheu) non leue Martis erit.
Dignos laude uiros, et forti pectore letho⁷¹
Tradit, ab ignauis abstinet ille manum.

Quisquis ad haec Libyes uenisti forte uiator
Littora, siste gradum paucaque; uerba lege.
Hic Lusitana gentis cum rege Sebasto.
Pristina libertas, et bona cuncta iacent.⁷²

Fazendo-se menores e mais concisos, retomam os epitáfios aquelas características presentes nos da Antiguidade. Evidentemente, este fenômeno não se restringiu à produção poética portuguesa, mas espalhou-se por toda a Europa como o atestam os dois exemplos seguintes: o primeiro dedicado ao imperador Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico - e I da Espanha – falecido em 1555. e o segundo dedicado a um jovem denominado André Franco, falecido aos 23 anos, compostos pelo mesmo Diogo Pires:

Hospes uixi olim, et uictor bella ampla peregi,
Magnus et in toto Charolus orbe fui.
Nunc clypeos, et signa tholo suspensa breuesque;
(Si quis honos) titulos, ossaque, muda uides.⁷³

Flere immortales mortali in funere Diuos
Si fas et si lex aequior illa daret,
Fleissent Andrea nouem tua fata serores,
Flesset et effusis maesta Minerua comis.
Frangeret et calamos, et plectra sonantia Phoebus
Et tener in pullis uestibus iret Amor.
At quoniam uetitum, faxint tibi funera uates
Digna, coronatus caelet et ossa lapis,
Carmen et incidant, iuuenis qui clauditur urna,
Vincere longaeuum Nestora dignus erat.⁷⁴

Do mesmo autor, e usado aqui para que se possa perceber a amplitude dessa produção, e também em que grau se retomam os parâmetros clássicos, veja-se o epitáfio composto para João

⁷⁰ /Aquele João Vitorioso, a quem tão pouca terra cobre no templo de Belém,/ era rei do Oriente. /Feliz (ai! feliz demais!) seria se Sebastião, aquele neto que foi funesto aos/ Manes, não lhe herdasse os cetros.”

⁷¹ “Aqui jaz com seu rei a juventude lusitana./ e este (ai!) não será um leve delito de Marte:/ Entrega à morte homens de peito forte e dignos de louvor,/ e poupa suas mãos dos covardes.”

⁷² “Oh! Forte viajante que vieste a estas praias líbias,/ detém-te os passos e lê estas poucas palavras:/ Aqui jazem, com o rei Sebastião,/ a remota liberdade lusitana e todos os bens do seu povo.”

⁷³ “Estrangeiro vivi um dia, e vencedor movi grandes guerras, /por todo o mundo fui o grande Carlos./ Agora vês, mudos, suspensos e alinhados na cúpula, os escudos,/ insígnias e os títulos passageiros, (e se houver nisso alguma honra), ossos desnudos.”

⁷⁴ [Se fasto fosse e se uma lei mais igual que essa concedesse/ chorarem os deuses imortais em enterro mortal,/ teriam os deuses chorado, André, teus destinos,/ teria a triste Minerva chorado com os cachos desfeitos./ quebraria Febo as penas e a lira soante/ e o doce Amor iria em vestes de luto./ E mesmo sendo proibido, os poetas teriam feito a ti funerais dignos,/ e o laureado cinzelaria na lápide um poema,/ gravando: “quem na urna de jovem está encerrado,/ era digno de vencer o longo Nestor”.

d'Áustria, meio-irmão de Carlos V e principal arquiteto da Batalha de Lepanto, em que as marinhas espanhola, veneziana e do papado derrotaram a esquadra turca, assegurando assim o controle europeu da navegação no Mediterrâneo ocidental:

Naumuriense uia Mosae prope nota fluentia
 Nuper in aggesto caespite carmen erat.
 Hic situs Austriades Ioannes, cetera narret
 Fusus in Ionia barbarus hostis aqua.⁷⁵

Repare-se que, à semelhança do epitáfio de Virgílio, pouco se diz sobre os feitos do herói, ainda que se lhe dê o nome. Contudo, deve-se igualmente perceber que a descrição cuidadosa do lugar do sepultamento dá ao gênero uma nova coloração, até então inusitada. Sendo desnecessária em inscrição no próprio túmulo, evidencia que este epitáfio, além de ter sido composto diretamente para publicação, assume um propósito descritivo que não se havia ainda associado ao gênero.

O hábito da composição de epitáfios permaneceria vigente durante nos séculos seguintes, acompanhando a trajetória da literariedade na Europa. Contudo, a partir do século XVIII, como consequência do Romantismo, o uso do latim como código decresce consideravelmente. Este decréscimo não impede, porém, que diversos autores se dediquem ao gênero, como veremos neste último exemplo, composto no Brasil pelo filósofo Tobias Barreto.

O epitáfio é dedicado a uma senhora a quem não se pôde identificar, pois seu nome aparece totalmente abreviado. Publicado em periódico da cidade de Campos, na então província do Rio de Janeiro, no dia 05 de janeiro de 1856, o texto surpreende pelo incomum de sua estrutura poética, pois trata-se de uma “ode sáfica” – expressão mesma com que o filósofo o intitula –, tal estrutura, evidência de um excelente conhecimento e manejo da versificação latina, não era porém considerada pelos antigos como adequada para o tema em questão.

Não tendo notícia de que qualquer outro epitáfio tenha sido composto valendo-se de tal estrutura poética, pode-se considerar o trabalho de Tobias Barreto, malgrado os lugares-comuns presentes no texto em si, e que certamente afetam sua qualidade como poema, uma inovação no fazer literário em língua latina. Fato reforçado pela referencialidade da epígrafe que abre o poema, que Barreto buscou em Horácio.⁷⁶

Convém ainda dizer que tal composição foi a primeira em latim realizada por Barreto – tivemos notícia de duas mais- conforme o mesmo afirma no *post-scriptum* ao poema:

O Autor, um tanto receoso dos erros que certamente se hão de encontrar nestas poucas palavras, não tanto por lhe faltarem os necessários conhecimentos, como por ser esta a primeira vez que se atirou a fazer composições em latim, roga aos Srs. Leitores que lhe desculpem as faltas que encontrarem, e juntamente corrijam.

⁷⁵ “Pelo caminho de Naumurs junto às famosas estradas do Mosella fluente/ recentemente numa elevação do solo um poema havia:/ “Aqui descansa João d’Áustra”. O restante dirá/ o inimigo bárbaro afundado em água jônica.

⁷⁶ Trata-se do verso “Mors ultima linea rerum est.” (*Horat. Epist. 16, Lib. 1, v. 79.*)

Eis, por fim, o texto de Tobias Barreto:

Parca crudelis posuit diebus
Terminum uitæ unius incltyti entis,
Atque nos desideriiis reliquit
Intime plenos.

Lenis uxor fidaque, blanda mater,
Vera cultrix relligionis, atque
Indigentum sollicita, alta faulrix
Lidia nos est.

Illa iam non ambulat orbe terræ,
Plus neque inter nos manet, accidens hoc
Triste qui lugebimus sempiterno
Serietate.

Illa nunc uisu Domini fruens est,
Angelorum cantica et audiens est,
Qui Dei miracula magna cantat
Voce sonora,

Virginem et Matrem Omnipotentis almam
Laudibus multis celebrant alacres.
Illa nunc aeternam agitatque sanctam
Optime uitam.⁷⁷

Se o poema de Barreto inova ao usar a fórmula da ode sáfica para compor um epitáfio, é também o que mais se distanciou da referencialidade da cultura clássica, pois apenas a figura da Parca se apresenta em toda a obra, recheada da mística cristã. Contudo, não deixa, por si só, de confirmar a longevidade e adaptabilidade do epitáfio como gênero poético, cabendo, para finalizar este trabalho, a reflexão do porquê do desaparecimento do gênero na Contemporaneidade.

Essa resposta parece ser inequívoca: todos os epitáfios aqui expostos apresentam, além da composição em latim, outro traço que lhes é característico: ao dirigirem-se ao leitor – seja o passage ocasional, seja o leitor do livro ou mesmo do jornal em que se tenha publicado – visavam os epitáfios educar para a morte, fato então presente no cotidiano, como dito no início. Tendo sido a morte paulatinamente deslocada para hospitais, asilos, clínicas médicas e “de repouso”, o epitáfio perdeu completamente sua razão de ser, mas tornando-se, ele também, algo cujo interesse perdura, hoje, em função da enormidade de informações que deles se podem extrair.

⁷⁷ A cruel Parca após o limite aos dias da vida do mais ínclito ser, e relegou-nos cheios de saudade no íntimo. // Esposa fiel e doce, mãe amorosa, verdadeira cultuadora da fé, e amiga dos pobres, Lídia é-nos uma grande benemérita. // Ela já não anda pela face da terra, nem permanece mais entre nós, acontecimento pelo qual enlutar-nos-emos tristemente com seriedade eterna. // Ela, que canta os grandes milagres de Deus com sonora voz, desfruta agora da face do Senhor ouvindo os cânticos dos anjos, que, alegres, celebram com muitos louvores a Virgem Mãe e Criadora do Onipotente. // Ela agora habita e desfruta otimamente a santa vida eterna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, António Rodrigues de; ALBERTO, Paulo Farmhouse (sels.). *Latim I – Textos*. Lisboa: Colibri, 1995. Coleção Cadernos Universitários
- RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, 2 v.
- _____. *Para a história do Humanismo em Portugal*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, 2 v.

ENTREVISTA

Entrevista com o professor e historiador João Raimundo de Araújo, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, com a tese “A Construção do Mito da Suíça Brasileira (1910-1960)”, defendida em 2003. Mineiro de Antônio Carlos, radicado em Nova Friburgo desde 1977, especializou-se no estudo do processo de urbanização e industrialização de Nova Friburgo associado às lutas políticas locais e à difusão da ideologia da Suíça Brasileira. Foi, durante muitos anos, coordenador e liderança-mor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, onde hoje continua professor de História do Brasil e História Regional, é diretor do Sindicato dos Professores (Sinpro) de Nova Friburgo e um flamenguista muito saudável.

Local da Entrevista: Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia.

Data: 03 de julho de 2009.

Entrevistador: Sidney Cardoso Santos Filho

1º BLOCO DA ENTREVISTA

Sidney: Professor, fale um pouco da sua trajetória acadêmica.

Professor: Eu sou um dos mineiros que veio nos anos 60 para morar no Rio de Janeiro, para estudar, trabalhar. Fiz a faculdade de História na Universidade Federal Fluminense – UFF, em Niterói, a terminei em 1974. Em 1977, me mudei para Friburgo – já trabalhando aqui na Santa Dorotéia. No início dos anos 80, fiz uma especialização em História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, depois entrei no mestrado da UFF em 1986, em História, e o terminei no início nos anos 90, trabalhando o tema: O processo de urbanização na Suíça brasileira (1890- 1930).

Sidney: Fale um pouco sobre a área de concentração da sua dissertação.

Professor: Hoje mudou, mas naquele período havia três áreas de concentração: mentalidades/ideias, história agrária e história urbana. Eu fiz o mestrado em história urbana. Minha orientadora foi a professora Ismênia de Lima Batista. Em 1995, entrei no doutorado e, devido a um problema de saúde, precisei dar uma parada. Depois voltei e o terminei em 2003, retomando o tema, isso porque, na dissertação, eu já apontava para uma questão que era o chamado mito da Suíça brasileira, cuja discussão eu aprofundo na tese de doutorado que defendi em 2003.

Sidney: Professor, o senhor é um mineiro de que região?

Prof: Eu sou da mesma região, da mesma cidade de um grande historiador da História do Brasil, José Murillo de Carvalho, a região de Barbacena. Hoje, Barbacena está mais famosa por conta de um grupo de teatro de lá, que é famoso. Então eu sou daquela região e, como falei, vim morar no Rio como todo mineiro para tentar a vida no Rio de Janeiro.

Sidney: Veio com toda família?

Professor: Não, de Minas para o Rio não. Vim morar na casa de uma tia. É o velho esquema: a família abriga no início, e depois é contigo. Já quando vim para Friburgo, estava casado com a minha mulher, que é historiadora também.

Sidney: Quando foi a primeira chegada em Friburgo?

Professor: Foi em 1975.

Sidney: Foi a sua esposa que lhe apresentou a Nova Friburgo?

Professor: Não, não, não. Tanto eu quanto a minha esposa, nós fizemos História na UFF e uma amiga nossa, historiadora também, era da nossa turma, Marieta de Moraes Ferreira. Ela é de família friburgense e foi convidada pelas irmãs aqui da faculdade para vir reorganizar o curso de História que estava meio embolado. A Marieta aceitou este trabalho e convidou alguns amigos já formados pra vir dar aula aqui. E eu fui um dos contemplados. Eu e minha mulher.

Sidney: Praticamente, então, o senhor é um dos professores responsáveis pela formação do curso de História desta faculdade!

Professor: Sim, eu posso dizer que sim, porque o curso de História, se não me engano, foi criado dez anos antes, em 1965, mas ele viveu um período, eu diria, até 1975, meio claudicante, em decomposição. A Marieta reergueu o curso, trazendo outros professores: eu, Soninha, outras pessoas que depois se tornaram nomes importantes na História, na historiografia brasileira, como é o caso do Luiz Carlos Soares, que hoje é o titular na UFF, da própria Marieta, de Eduardo Silva, que é também um pesquisador da Casa Rui Barbosa e que tem vários livros publicados.

Sidney: Quais e quantos professores daquela época o senhor ainda encontra nos corredores desta Faculdade?

Professor: A professora Geni. Eu tenho a impressão que ela é até um pouco mais antiga do que eu, aqui na faculdade. Poderia dizer que eu, a professora Lúcia Raminelli e a professora Geni somos os mais antigos.

Sidney: Como se sente trabalhando ininterruptamente aqui desde aquela data?

Professor: Eu acho que até hoje estou cumprindo uma função interessante aqui na região. Porque nós temos uma abrangência que não se restringe só a Friburgo. Você vê isso também no curso de Geografia, que é um curso mais novo. A gente forma alunos oriundos de uns dez municípios da região, das cidades de Cantagalo, Cordeiro, Bom Jardim, Duas Barras, etc... Sem dúvida nenhuma, todos os professores de História hoje, praticamente, foram alunos aqui nossos.

Sidney: Isto faz da Faculdade um espaço importante para a formação docente nesta região?

Prof: Acredito que sim, acredito que sim, e a gente também, esse grupo que veio pra cá, na Geografia eu não sei, mas acredito que seja mais ou menos paralelo à segunda metade dos anos 60 e nos anos 70, quando houve uma reviravolta no modo de pensar a História. Até então a História vinha com aquela linha positivista.

Sidney: Trata-se de uma renovação que também chegou na Geografia!

Professor: Na Geografia também. E, aliás, eu diria pra você, o meu despertar por esta nova forma de encarar a História está muito ligado ao Rui Moreira, que é da Geografia. Os ensinamentos dele, de quem fui aluno e da Vera, esposa dele, me estimularam muito a repensar a História. Então eu tenho ligações também com a Geografia. Diria que a Geografia foi fundamental para eu pensar a História.

2º BLOCO DA ENTREVISTA

Sidney: Professor, o senhor é muito ligado aos movimentos sociais e etc. Mas, para início de conversa, fale-me um pouco sobre os seus laços com o SINPRO.

Professor: Então, veja, no SINPRO eu sou da direção até hoje, eu sou um dos jurássicos do SINPRO (risos).

Sidney: Quantos ainda estão por lá?

Professor: Daquele período? Dessa velha guarda?

Sidney: É... digamos que sim!

Professor: No SINPRO, nós – talvez – sejamos uns três diretores da velha guarda, contando comigo.

Sidney: Fale mais sobre o SINPRO.

Professor: O SINPRO é o sindicato de professores de escolas privadas.

Sidney: Ele atua em quantos municípios?

Professor: Bom, vou te dizer alguns deles. Não sei se vou conseguir abarcar todos, posso não me lembrar de todos: Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Cantagalo, São Sebastião do Alto, Cachoeiras de Macacu, Macuco, todos esses são abarcados pelo SINPRO.

Sidney: O senhor tem uma relação com Sindicato dos Profissionais das escolas públicas – SEPE da região? Fale um pouco sobre está relação.

Professor: Sem dúvida, sem dúvida. O SEPE, na minha época, também tinha esta abrangência, nestes municípios também. Fui diretor do SEPE em 1979 e fiquei na direção até mais ou menos 1985. Fui diretor quando o SEPE foi criado – naquelas famosas greves de 1979. São históricas essas greves.

Sidney: Sobre estes movimentos, diga-me: como o senhor tem visto os movimentos sociais hoje, sobretudo o SEPE e, se possível, fale-me também do Partido dos trabalhadores – PT. Ainda é muito presente aqui na região?

Professor: Olha, veja bem, engraçado que a história do PT... eu acho que no Rio também, mas aqui em Friburgo, sem dúvida, tem uma ligação profunda com o SEPE. Eu tomei conhecimento da existência do PT em uma assembleia de professores no SEPE do Rio de Janeiro. Foi lá que eu comecei a ouvir falar no PT. Quer dizer, do LULA a gente já tinha conhecimento pelo movimento sindical. Mas a criação do Partido dos Trabalhadores eu fiquei sabendo em assembleia do SEPE lá embaixo, e aí, me lembro de ter me encontrado com um professor, até que lamentavelmente ele morreu ano passado, um professor de Niterói, João Batista, quem trouxe as primeiras cartilhas de um movimento pró-PT. E eu trouxe essas cartilhas pra cá, e a gente começou a discutir dentro do SEPE, de modo que o PT, ou pelo menos a origem dele vem de dentro do SEPE aqui de Friburgo.

Sidney: Poderíamos dizer que existe uma ligação muito próxima entre os nascimentos do PT e do SEPE na região.

Professor: Sem duvida nenhuma. Se em São Paulo foi o movimento metalúrgico, eu acho que por aqui, foi o movimento dos professores (risos).

3º BLOCO DA ENTREVISTA

Sidney: Esta entrevista é para a revista docente da Faculdade, a Revista TESSITURAS. Sabemos que ela começou a se construir este ano, mas que a ideia já existia. O senhor sabe dizer quando começou? Quem estimulou essa ideia?

Professor: Sem qualquer pretensão minha, mas eu venho há mais ou menos uns dez anos, ou mais, batendo nesta tecla. Da necessidade da criação de uma revista acadêmica. Por quê? Isso é história também, Sidney. Entendo que, a partir dos anos 90, não saberia precisar qual ano, mas estou aí falando genericamente dos anos 90, a educação no Brasil e, sobretudo, a educação universitária, começou a sofrer mudanças profundas. Até o final dos anos 80 e início dos anos 90, o ensino universitário era um pouco a extensão do ensino médio.

Sidney: Tipo “colegião”?

Professor: Isso, um “colegião”. E, a partir dos anos 90, você começa a perceber uma pressão maior, uma exigência maior para que os professores fizessem mestrado, doutorado. Se você quer ser professor universitário, você tem que se qualificar.

Sidney: Professor, fale-me um pouco mais sobre o assunto.

Professor: Esta nova maneira de ser, sem dúvida nenhuma, estava antenada com a situação americana e europeia.

Sidney: Diríamos então que a educação universitária brasileira não estava descolada do contexto mundo?

Professor: É... não estava descolada. Uma das características dessa nova realidade seria, eu não diria como uma exigência, mas como necessidade, a criação, nas universidades e faculdades, de revistas produzidas pelos docentes, para que o corpo docente pudesse publicar suas pesquisas. Quer dizer, há um incentivo maior às pesquisas também. Uma maneira que você tem de publicar suas pesquisas é sem dúvida através de uma revista, já que publicar uma tese ou uma dissertação é muito mais complicado, porque são textos mais extensos, e as discussões temáticas geralmente aparecem em ensaios menores, em textos menores. E a revista tem esse papel. Então comecei a perceber isso e a colocar esta questão para as pessoas aqui na Faculdade. Às vezes eu me tornava meio chato, as pessoas às vezes não entendiam, não queriam. Enfim, agora que eu estou encontrando este eco maior.

Sidney: O senhor tem uma leitura positiva para a criação da revista TESSITURAS este ano?

Prof: Sem dúvida nenhuma. Eu acho que está no caminho certo. É a coisa mais interessante que esse ano está acontecendo na Faculdade. A gente estava num clima meio baixo astral (risos). É a revista que está – pelo menos pra mim – levantando o astral.

Sidney: O senhor acredita que essa revista começa a mexer com os outros professores para que eles se animem a publicar seus textos?

Professor: Eu acho que sim. Sem dúvida nenhuma, dos meados dos anos 90 pra cá, a ida de professores daqui e até mesmo o número de alunos que se formam para fazer mestrado e doutorado no Rio de Janeiro tem crescido. O Professor André (Geografia) é um exemplo de um ex-aluno daqui, que não só retornou para dar aula, como também foi lá pra baixo para defender a tese, defender uma dissertação recentemente. E significativamente também abordando o tema Friburgo, um tema sobre Friburgo. Então isso é muito interessante, mesmo que possa haver algumas resistências de um ou outro, eu sou otimista e acho que o resultado vai ser muito positivo. Pessoas que não estão trabalhando aqui na revista agora, nesta fase de organização, mas terão interesse, sim,

em publicar. Jovens professores, como a professora Daniele Ramos, de Letras, que acabou de defender uma dissertação, terão interesse sim.

Sidney: Além de um ponto positivo para a Associação de Docentes, é também um ponto positivo para a Faculdade?

Professor: É outra coisa, Sidney: a Faculdade de Filosofia, embora seja pouco conhecida, seja uma faculdade tímida em termos de quantidade de alunos, etc... mas em locais em que ela deve ser mais conhecida ela passa a ser entendida e respeitada em termos da qualidade do trabalho que se desenvolve aqui. Existe um historiador da UFF, que já morou quando era criança aqui em Friburgo, professor Ciro Flamarion Cardoso, que sem dúvida nenhuma é um dos três maiores historiadores vivos hoje em dia. É uma figura ligada à História internacionalmente, chamado para dar conferências em Paris, enfim, é um homem desse naipe. E ele sempre, e não é de hoje, quando pode, ele tece elogios à Faculdade. É quando alguém se refere à FFSD como uma faculdade de interior, numa qualificação pejorativa, ele diz: “não senhor, esta faculdade eu conheço, é de excelente qualidade”. Timidamente a gente veio construindo uma imagem de uma faculdade pequena e de interior, porém, de grande qualidade. Eu acho que a revista pode ser útil, mais um ponto a favor disso aí.

Sidney: Até que ponto o senhor acredita que a revista possa ter uma relação mais próxima com a sociedade de Nova Friburgo? Será que ela vai abrir caminhos “para além” dos muros da Faculdade?

Professor: Poderá sim. Agora, depende muito das outras pessoas, da cidade. Eu explico melhor isso: sem dúvida também, que nesse tempo todo em que trabalho aqui e que moro em Friburgo, a faculdade se tornou um grande centro cultural de Nova Friburgo, principalmente no aspecto da cultura acadêmica e política também. A Faculdade sempre foi um centro de debates de pensadores não só da cidade, mas daqueles que vêm aqui falar. Eu me lembro de te assistido algumas palestras aqui, como as de Ferreira Gullar, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Eduardo Portela, Dona Cleonice Bernardinelle e a figura de Luiz Carlos Prestes, que eu assisti duas vezes, uma fazendo palestra aqui na Faculdade. Minimamente, a faculdade sempre exerceu essa função na cidade e sempre foi aberta a estas discussões e a estes debates. Há ainda uma outra figura que esteve recentemente aqui na cidade, fez sua caminhada intelectual aqui me Friburgo, no Brasil inteiro, mas aqui em Friburgo sempre teve um trabalho especial, é o deputado Chico Alencar. Que é um dos maiores intelectuais que o Brasil tem hoje. O primeiro livro dele, que foi o primeiro livro didático dele, ele lançou aqui na Faculdade. Então, essa preocupação sempre foi muito presente. Poderia citar muitos outros personagens significativos da História e da Literatura que vieram a Nova Friburgo, pela Faculdade Santa Dorotéia, expor suas ideias e produções.

Sidney: Vejo que a revista vai caminhar neste mesmo sentido.

Professor: Vai somar, é um ingrediente importante deste somatório.

Sidney: Professor, muito obrigado por ter cedido esta entrevista.

Professor: Eu é que agradeço e fico muito honrado de estar fazendo esta entrevista. A honra é minha.